

“UM POVO ÀS MARGENS”



ESTUDO PROPOSITIVO PARA
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM
CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE



Mateus Santos Lima



2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CAMPUS LARANJEIRAS

Mateus Santos Lima

“UM POVO ÀS MARGENS” – ESTUDO PROPOSITIVO PARA HABITAÇÃO DE
INTERESSE SOCIAL EM CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE

Laranjeiras/SE

2022

Mateus Santos Lima

**“UM POVO ÀS MARGENS” – ESTUDO PROPOSITIVO PARA HABITAÇÃO DE
INTERESSE SOCIAL EM CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Maria de Souza Martins Farias – Universidade Federal de Sergipe
(Orientadora)

Profa. Dra. Maria Cecilia Pereira Tavares – Universidade Federal de Sergipe
(Examinador interno)

Me. Heloisa Diniz de Rezende (Examinador externo)

Aos filhos e filhas do "Venho Chico",
fontes de inspiração e aprendizado.

AGRADECIMENTOS

Sou grato a minha mãe, **Conceição**, e ao meu pai, **Antonio Marcos**, por terem me dado todo o suporte nessa caminhada desde que nasci;

As minhas irmãs, **Natália e Mariany**; às minhas avós, **Maria e Cleonice**, mulheres pelas quais tenho muito carinho; e a todos os familiares que me apoiam de alguma forma. Vocês me formaram antes de qualquer curso acadêmico. Obrigado!

A **todos os amigos**, meu muito obrigado pelos diferentes momentos e troca desde a fase de pré-escolar até os dias atuais. Em especial, cito **Samuel**, presente em diferentes fases da minha vida e que contribuiu com esse trabalho. Amigo, que a gente continue se fazendo presente.

Aos QUERIDOS, que cruzaram comigo nessa jornada de graduação durante cinco (rápidos) anos: **Alan, Fabiana, Fernanda, Isabela, Kauan, Lucas e Raíssa**. Obrigado por todo apoio, vocês foram e são essenciais. Que continuemos em uma jornada linda, de agora em diante. Obrigado!

Agradeço à **Universidade Federal de Sergipe**, onde orgulhosamente me formo no sentido mais pleno da palavra. Foram anos de contribuições que só foram possíveis pela oportunidade de acessar o ensino superior gratuitamente.

Na UFS, o contato com a **extensão universitária popular** definiu e contribuiu diretamente com a minha formação, consequentemente, com esse trabalho. Assim, quero agradecer ao **EMAU Trapiche** e a todos os trapicheiros que coletivamente constroem ele. É um prazer caminhar com pessoas tão incríveis.

À professora **Ana Maria**, minha orientadora durante esse processo de conclusão do curso, agradeço pelas contribuições e quero deixar minha admiração não só pela profissional, mas pela pessoa incrível que é.

Por fim, agradeço a todos os **moradores da cidade de Canindé de São Francisco/SE** que contribuíram diretamente com esse trabalho. Suas experiências e conhecimentos de vida são a essência do que pode ser construído aqui. Somado a isso, quero citar Adeval, Josefa, José Caetano, Raquel e Vitor, também moradores, pelas referências e contribuições. Obrigado!

**Nos barracos da cidade
Ninguém mais tem ilusão
No poder da autoridade
De tomar a decisão
E o poder da autoridade
Se pode, não faz questão
Se faz questão, não consegue
Enfrentar o tubarão**

**Ôôô, ôô
Gente estúpida
Ôôô, ôô
Gente hipócrita**

**O governador promete
Mas o sistema diz não
Os lucros são muito grandes
Mas ninguém quer abrir mão, não
Mesmo uma pequena parte
Já seria a solução
Mas a usura dessa gente
Já virou um aleijão**

**Ôôô, ôô
Gente estúpida
Ôôô, ôô
Gente hipócrita**

**Ôôô, ôô
Gente estúpida
Ôôô, ôô
Gente hipócrita
Ôôô, ôô
Gente estúpida
Ôôô, ôô
Gente hipócrita**

Nos Barracos da Cidade – Gilberto Gil

RESUMO

Este trabalho, intitulado “Um Povo às Margens” – Estudo Propositivo para Habitação de Interesse Social em Canindé de São Francisco/SE”, tem o objetivo de elaborar propostas contemporâneas para Habitação de Interesse Social (HIS) em Canindé. Pensado como forma de oferecer respaldo à luta por melhores condições de moradia, gestão democrática do espaço e defesa da função social do Arquiteto/Urbanista. Sendo a cidade de Canindé o lugar escolhido para tal defesa, a metodologia adotada para atender os objetivos propostos foi traçada em três partes. A primeira é referente ao referencial teórico, que abrange um histórico da produção do espaço brasileiro que tem como resultante a ausência do direito à moradia, e aponta alguns caminhos contrários as práticas dominantes. A segunda explora, também historicamente, a cidade de Canindé e traz um diagnóstico da política habitacional local a partir dos seus moradores, usando relatos do processo de construção da “Nova Canindé”, e dos moradores do bairro Portelinha acerca das suas condições de moradia no local. Na última parte, duas proposições são traçadas com base no que foi estudado anteriormente; somado ao estudo de experiências praticadas em outras cidades; e de uma reflexão que defende a assessoria técnica popular praticada pelos profissionais da arquitetura e urbanismo, assim como alternativa contra a hegemonia de produção do espaço alinhada com diferentes ações. Resultando em arranjos de políticas públicas mais populares e democráticas.

Palavras-chave: Arquitetura e urbanismo; Assessoria técnica popular; Direito à moradia; Canindé de São Francisco/SE; Políticas públicas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	20
Notas Introdutórias	21
2.1. Déficit Habitacional	23
2.2. Direito à moradia e à cidade	30
2.3. Soluções contemporâneas para HIS	37
3 FORMAÇÃO ESPACIAL DE CANINDÉ	42
3.1. A cidade às margens do Rio São Francisco	43
3.2. A chegada da Hidrelétrica de Xingó	49
3.3. A Canindé do presente	55
4 DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO HABITACIONAL EM CANINDÉ	68
4.1. Metodologia	69
4.1.1. Levantamento e sistematização dos dados: O projeto da “Nova Canindé”	70
4.1.2. Levantamento e sistematização dos dados: O bairro Portelinha	71
4.2. O fim da “Canindé Velha” e início da “Nova Canindé” segundo os moradores antigos	75
4.2.1. A Vivência na cidade ribeirinha até a chegada do “progresso”	75
4.2.2. A chegada do “progresso” à “Canindé Velha”	77
4.3. A situação habitacional no bairro Portelinha segundo seus moradores	84
4.3.1. Sexo	89
4.3.2. Renda	89
4.3.3. Situação da moradia	90
4.3.4. Situação da moradia: recorte de casas adquiridas pelo poder público	95
4.3.5. Situação da moradia: recorte de casas autoconstruídas	99
4.3.6. Infraestrutura	100

4.3.7. Auxílio técnico	104
4.3.8. Participação popular	104
4.4. Estrutura institucional e legislação	105
5 PROPOSTAS PARA HIS EM CANINDÉ: ESTUDO DE PRÁTICAS	111
5.1. Referências para a construção de uma nova política pública habitacional	112
5.1.1. Políticas habitacionais autogestionárias: São Paulo/SP (1989-1995) e Belo Horizonte/MG (1996-2004)	113
5.1.2. Gestão do território no município de Conde/PB (2017-2020)	117
5.1.3. A atuação da Taramela ATAC junto as ZEIS Fortaleza/CE	124
5.2. Assessoria técnica popular na produção espacial	126
6 PROPOSTAS CONTEMPORÂNEAS PARA HIS EM CANINDÉ	135
6.1. (Re)estruturação institucional e legal	139
6.2. Programas com foco no déficit habitacional quantitativo e qualitativo	144
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	159
APÊNDICES	165
APÊNDICE A – Semiestrutura das entrevistas com antigos moradores	165
APÊNDICE B – Estrutura do formulário para moradores do Portelinha	166
APÊNDICE C – Entrevistas com antigos moradores e com a agente de saúde	168



1 INTRODUÇÃO

O município de Canindé de São Francisco, distante 212 km da capital sergipana, Aracaju, está localizado na microrregião do Alto Sertão e possui uma população de 24.686 pessoas, de acordo com o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BGE). Assim como em outras cidades do Brasil, que em 2019 atingiu o déficit habitacional corresponde a 5,877 milhões de domicílios e a inadequação de domicílios urbanos chegou a 24,894 milhões de domicílios (FJP, 2021), a gestão municipal atua de forma precarizada no que diz respeito à política habitacional na cidade de Canindé de São Francisco, apresentando conjuntos habitacionais afastados, com tipologias padronizadas, ausência de infraestrutura e sem assessoramento à população, que assume a responsabilidade na produção de sua moradia. Tais acontecimentos se reproduzem, por exemplo, no bairro Portelinha, oficialmente criado em 2015, com conjuntos habitacionais construídos, que se expandiu sem nenhum planejamento e ausência de infraestrutura urbana. Além da ineficiência de programas habitacionais, a legislação da cidade, disponível no site da Prefeitura¹ e na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SMOSP), está desatualizada, onde não constam planos de habitação.

O problema começa desde o projeto de fundação da sede atual, a “Nova Canindé”, produto da construção de uma cidade mais distante das margens do Rio São Francisco, devido à construção da Usina Hidrelétrica de Xingó. A cargo do projeto, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) projetou uma nova cidade com alguns bairros e moradias para a população que vivia às margens do Velho Chico, já que a antiga sede do município, composta por comunidades tradicionais, foi destruída.

A mudança da antiga para a nova sede, proposta pelo prefeito da época, Jorge Carvalho, e aprovada pela população através de um abaixo-assinado, estava pautada na justificativa de melhor desenvolvimento da sede do município, segundo correspondências² da época. Assim, é importante questionar essa suposta adesão popular dentro da ação pública, que abrange uma transformação do habitar das pessoas, e como ela foi realizada, visto que ela acontece em 1987, ano da inauguração da sede do município, antecedendo

¹ Para mais informações: <https://www.caninde.se.gov.br/>. Acesso em: setembro de 2022.

² Correspondência interna passada entre os setores da CHESF em 1983 (C.I. – 164/1983).

a Constituição Federal de 1988, documento que garantiu a participação popular através de diferentes formas. Afinal, uma mudança nesse nível não deveria ser realizada dessa forma, sem considerar a vontade popular e sem ampla discussão. A comunidade ribeirinha, que possui cultura, forma de viver e de morar, foi transportada para uma realidade nova, para outras casas que, atualmente, ainda resistem na cidade.

Os acontecimentos citados, desde a construção da “Nova Canindé” até a formação de um bairro mais recente, demonstram que a política habitacional existente na sede do município de Canindé de São Francisco necessita de um estudo. Como forma de expor suas lacunas e apontar possíveis caminhos é preciso defender a moradia como um direito social, conforme prevê a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º³, até nas cidades de pequeno porte, pois elas também são vítimas da dinâmica capitalista do espaço existente em grandes metrópoles, que tem como central a cidade vista como uma mercadoria (MARICATO, 2015).

Prova disso é que, de acordo com a Fundação João Pinheiro (2021), o déficit habitacional no estado de Sergipe em 2019 foi de 81.321 domicílios, um número que reflete as condições precárias de moradia das pessoas mais pobres, seja na capital Aracaju, ou em demais localidades como Canindé, que possui heranças da distribuição desigual da terra implementada pela política de sesmarias da Coroa portuguesa para explorar a terra (IBGE)⁴ e posterior domínio de coronéis e capitães passados adiante por gerações (COSTA, 2006); além disso, é escassa de alternativas públicas de enfrentamento eficientes.

Assim, é relevante estudar cidades de pequeno porte para explorar outras realidades e defender alternativas pautadas no direito à cidade e à moradia, criando uma tendência de produção crítica do conhecimento que defenda a função social da terra em mais lugares. Dessa maneira, que possam

³ “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, Art. 6º).

⁴ Para mais informações: Para mais informações: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=34896&view=detalhes>. Acesso em: maio de 2022.

ser influenciadas novas práticas dentro da gestão pública e do campo profissional da arquitetura e urbanismo que considerem a participação popular.

Somado a isso, é necessário afirmar que a construção do trabalho é uma forma de salvaguardar o profissional Arquiteto Urbanista, de ampliar sua forma de atuação e reforçar a função social da arquitetura e urbanismo diante da falta de acesso da população aos serviços da área. Uma pesquisa encomendada e divulgada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), em 2022, demonstrou que 82% das moradias produzidas no Brasil são feitas sem arquitetos ou engenheiros⁵, o que demonstra a ausência nos territórios populares. Porém, além do acesso ao profissional, é importante colocar em discussão o tipo de atuação que ele terá.

As defesas que serão feitas a partir da conclusão do curso, são baseadas em uma formação que teve a extensão universitária popular presente por meio do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe, o Trapiche, proporcionando o contato com a assessoria técnica e com as questões da cidade que a permeiam. A continuação a essa atuação se dá, agora, profissionalmente dentro da CHÃO Assessoria Técnica Popular, fundada em 2022, que já tem acumulado outras experiências no campo. Assim, acrescenta-se a contribuição direta dessa trajetória sobre a temática escolhida e como ela se materializou nesse trabalho de conclusão do curso.

Além de reforçar um campo profissional, difundir a assessoria técnica para a população, inclusive como política pública dentro do Estado, é fundamental para ampliar as concepções sobre a existência de formas alternativas e democráticas voltadas às políticas que não visam apenas a produção. Essa ação, demonstra soluções contra-hegemônicas à ordem do capital para o enfrentamento do déficit habitacional, visto que programas como o Programa Minha Casa Minha Vida sofrem críticas ao seu modelo produtivo e a Lei de Assistência Técnica (Lei nº 11.888/2008) não concretizou grandes ações dentro da habitação popular (CARDOSO E AMORE, 2018).

⁵ Para mais informações: <https://www.cau.br/pesquisa-datafolha-82-das-moradias-do-pais-sao-feitas-sem-arquitetos-ou-engenheiros/>. Acesso em: outubro de 2022.

Nesse sentido, a construção desse estudo tem como objetivo geral elaborar propostas contemporâneas para Habitação de Interesse Social (HIS) em Canindé de São Francisco/SE. Para isso, os objetivos específicos serão: estudar a cidade de Canindé de São Francisco na perspectiva histórica; analisar a política habitacional adotada em Canindé seus impactos e seus problemas; e compreender como as questões de HIS são resolvidas em Canindé.

Tudo será feito a partir do estudo de caso do projeto de construção da “Nova Canindé” e da situação do bairro Portelinha, já mencionados. Propondo-se traçar caminhos e estratégias para melhorar as intervenções na cidade e a assessoria prestadas à população pela política da HIS por parte do poder público.

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia adotada iniciou com a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, a fim de obter materiais de análise e acúmulo dentro dos temas a serem tratados, seja em órgãos públicos ou bibliotecas físicas e virtuais. Além disso, foram realizadas entrevistas de caráter qualitativo com 4 moradores antigos de Canindé que habitaram a “Canindé Velha” e aplicado um formulário aos moradores do bairro Portelinha, cujo resultado foi de 53 aplicações, gerando dados qualitativos e quantitativos. A aplicação do formulário *in loco* também permitiu uma maior percepção do território e contou com a ajuda de uma profissional agente comunitária, que contribuiu para a definição do recorte de aplicação escolhido por ser sua área de trabalho.

As entrevistas foram fundamentais para um diagnóstico da política habitacional em Canindé a partir dos seus moradores, sendo esse primordial para as proposições ao final do trabalho. Ademais, as propostas são resultado do estudo referencial dentro da pesquisa bibliográfica acerca de ações que, a partir da assessoria técnica à população, tem mostrado na prática outros caminhos possíveis, principalmente dentro da gestão pública.

Se tratando da estrutura geral desse trabalho, o segundo capítulo, intitulado “Produção do Espaço Urbano”, é resultado da pesquisa bibliográfica, reunindo um referencial teórico que engloba discussões relevantes e pertinentes à elaboração do trabalho, tais como a situação habitacional no

Brasil e as raízes históricas dos seus problemas, que incluem a falta de acesso à terra e a autoconstrução da moradia, as relações de produção do espaço desigual dentro do capitalismo e a luta histórica dos movimentos sociais pelo direito à cidade. Ao final, são apontadas as soluções contemporâneas para a HIS pautada dentro da assistência/assessoria técnica.

Em seguida, o terceiro capítulo, intitulado “Formação Espacial de Canindé”, reflete a pesquisa de bibliografias e de documentos sobre a cidade, ao destrinchar a sua história e localizá-la, como forma de começar a compreender o lugar estudado. Passou-se pelas origens do município ainda não demarcado; seguindo pela chegada da Hidrelétrica de Xingó e sua justificativa questionável de progresso para a região; e um panorama da cidade atual através de dados sobre as condições sociais e como está a situação habitacional.

No quarto capítulo, é realizado um diagnóstico da política habitacional em Canindé a partir da sistematização das entrevistas com a população canindeense e demais informações levantadas pela pesquisa em órgãos físicos e virtuais. Primeiro, a metodologia dos estudos de caso é explicada para depois serem apresentadas as entrevistas qualitativas aos moradores antigos, que falaram sobre suas vivências na “Canindé Velha”, como aconteceu o processo de mudança para a nova sede e como é morar na cidade atual. Em seguida, os depoimentos da agente de saúde contatada e os formulários aplicados aos moradores do Portelinha resultaram em gráficos. Neles, são feitos os apontamentos sobre a presença da autoconstrução e das habitações produzidas pelo poder público, infraestrutura, participação popular, e auxílio técnico para a população. Junto a isso, o panorama da estrutura institucional e legal local também é realizado. Todo o caminho traçado no capítulo evidencia como a questão habitacional é levada de maneira problemática na Cidade e como isso justifica a necessidade de soluções.

Os dois últimos capítulos são referentes à construção de duas proposições para a gestão pública do território da cidade, principalmente dentro da questão habitacional. A princípio, foi realizado o estudo de experiências pertinentes para a elaboração das propostas; seguido da

explicação sobre o que é a assessoria técnica popular, um campo fundamental para ser considerado dentro dos caminhos sugeridos, evidenciando suas potencialidades e defesas para a construção do espaço pela população e enfatizando sua importância para os profissionais Arquitetos e Urbanistas. Finalizando com o capítulo de apresentação das proposições: (Re)estruturação institucional e legal, e os Programas de Habitação Autogestionário e Regularização Fundiária, formulados com base em todo o estudo percorrido ao longo do trabalho.

A photograph of a dirt road in a developing urban area. The road is muddy with puddles and leads towards a cluster of brick houses. The sky is overcast with large, grey clouds. A power line runs diagonally across the upper right portion of the image. The foreground is dominated by the reddish-brown soil of the road.

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Notas Introdutórias

O presente capítulo abordará como tem sido construído o espaço urbano brasileiro. Uma abordagem que parte do intenso processo de urbanização no século XX e seus desdobramentos. Antes, convém expor a visão a qual se compreende esse **espaço**.

Milton Santos, ao fazer reflexões através de algumas das suas obras sobre o presente, na segunda metade do século XX, apresenta sua visão sobre o espaço. Na obra *Espaço e método* (1985), ele afirma que o espaço é social, não sendo formado apenas pelos objetos geográficos naturais e artificiais, mas é tudo isso mais a sociedade, o que dá vida a esses objetos são todos os processos sociais de uma sociedade em um dado momento (SANTOS, 2008).

Para Santos (1985), “o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história, mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade” (SANTOS apud SAQUET E SILVA, 2008, p. 15). Saquet e Silva acrescentam o entendimento do geógrafo em *Por uma Geografia nova* (1978), onde ele, considerando a sua totalidade, entende espaço como:

conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente. O espaço é resultado e condição dos processos sociais, elaboração amplamente difusa na geografia dos anos 1970-80 [...] compreendido como uma categoria fundamental quando predominava a utilização de princípios do materialismo histórico e dialético. (SAQUET E SILVA, 2008, p. 7 e 8).

Por outro lado, é importante estabelecer a diferença entre espaço e território. Santos (2008, p. 232) relaciona os dois, defendendo que “a utilização do território pelo povo cria o espaço”. Essa visão sobre território de Milton Santos é explicada por Saquet e Silva (2002, p.8) ao afirmar que “O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área.”

Em *A natureza do espaço* (1996), Milton Santos amplia as concepções do conceito de território e sua diferenciação com o espaço.

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua

realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. Esta é uma outra forma de apreender o objeto da geografia. (SANTOS, 2006, p. 38).

Para acrescentar, cabe trazer o entendimento de **espaço urbano**, que Roberto Lobato Corrêa define em *O espaço urbano* (2000). Na visão de Corrêa (2000), o espaço urbano, ou a cidade capitalista, é fragmentado por diversos usos da terra, mas ele também é articulado, pois suas partes mantêm relações espaciais com as demais, por meio de fluxos e deslocamentos tanto dos objetos e de pessoas, como de maneira menos visível através de “circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, [...] envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia” (CORRÊA, 2000, p. 8). Assim como Santos, ele considera as relações sociais como fundamentais para expressão de espaço (CORRÊA, 2000).

Além de fundamentais, as relações sociais se refletem, dentro do espaço da cidade capitalista existente, através da estrutura de classes, sua segregação espacial é uma amostra disso, sendo a demonstração extrema da desigualdade social urbana (CORRÊA, 2000). Nessas cidades, as classes se reproduzem e dão funções e forma ao urbano, como aborda Milton Santos, sendo produzidas pela ação dos agentes modeladores do espaço (CORRÊA, 2000).

“A ação desses agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capitais, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem.” (CORRÊA, 2000, p. 11). Esses agentes são, segundo Corrêa (2000): os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Há relação de dominação e dominado entre eles, como manutenção de uma exploração da classe mais poderosa, onde a posse da renda da terra é central para manter a estrutura exploratória (CORRÊA, 2000).

De forma aplicada, será evidenciado, no decorrer do próximo capítulo, como esses pensamentos se materializam a partir de outros referenciais, principalmente após o contexto de industrialização brasileira, onde o espaço

urbano capitalista triunfa. Juntamente a ele, ganha evidência a forma de morar resultante desse sistema e suas implicações, escancarada por dados como o déficit de moradias da população, os conflitos e as reações.

2.1. Déficit Habitacional

A partir da introdução anterior, como início da compreensão da situação da moradia no Brasil, será dada continuidade primeiro com a ilustração e evidenciação do seu déficit habitacional, seguindo com a inadequação de domicílios, através dos levantamentos realizados pela Fundação João Pinheiro (FJP)⁶. O primeiro é classificado como o número de novas moradias necessárias para a solução de necessidades habitacionais básicas, englobando ainda aquelas onde não há condição de serem habitadas devido a precariedade, coabitação familiar não desejada, dificuldade de pagamento do aluguel em áreas urbanas, e domicílios improvisados (FJP, 2021). Já o segundo, está relacionado às múltiplas e diversas deficiências que impossibilitam um imóvel oferecer uma boa qualidade de vida para os moradores, exigindo a adoção de diversas políticas públicas como regularização fundiária e serviços de infraestrutura (FJP, 2021).⁷

De acordo com o estudo da FJP (2021), em 2019 o déficit habitacional no Brasil correspondeu a 5,877 milhões de domicílios, divididos em três componentes: habitação precária, coabitação e domicílios identificados com ônus excessivo de aluguel urbano (Quadro 1). Os estados das regiões Norte e Nordeste detêm as maiores porcentagens de déficit habitacional por domicílios particulares permanentes e improvisados (FJP, 2021).

⁶ A base de dados utilizada pela FJP é fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁷ O déficit habitacional também é chamado de déficit habitacional quantitativo, enquanto a inadequação de domicílios configura o déficit habitacional qualitativo.

QUADRO 1 - Síntese do déficit habitacional em 2019		
Componente	Subcomponente	Domicílios
Habitação precária	Domicílios rústicos	696.849 (11,9%)
	Domicílios improvisados	785.736 (13,4%)
Coabitação	Unidades domésticas conviventes déficit	1.261.407 (21,5%)
	Domicílios identificados como cômodo	96.968 (1,7%)
Domicílios identificados com ônus excessivo de aluguel urbano		3.035.739 (51,7%)
Total		5.876.699 (100%)

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2021. Elaborado pelo autor.

No caso da inadequação de domicílios urbanos, o estudo da FJP (2021) aponta em 2019 o total de 24,894 milhões de domicílios, divididos entre os componentes: carências de infraestrutura urbana, carências edilícias e inadequação fundiária urbana (Quadro 2). As regiões Norte e Nordeste aparecem novamente com os maiores percentuais de inadequações em relação aos domicílios particulares permanentes urbanos por unidade da Federação (FJP, 2021).

QUADRO 2 - Síntese dos indicadores da inadequação domiciliar urbana em 2019		
Componente	Subcomponente	Domicílios
Carências de infraestrutura urbana	Energia elétrica	406.143
	Abastecimento de água	10.725.833
	Esgotamento sanitário	4.916.086
	Coleta de lixo	553.350

Carências edilícias	Inexistência de banheiro exclusivo	359.872
	Número total de cômodos do domicílio igual a número de cômodos servindo de dormitório	1.886.095
	Armazenamento de água inadequado	9.000.021
	Piso inadequado	69.187
	Cobertura inadequada	1.023.757
Inadequação fundiária urbana		3.557.117
Total		24.893.961

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2021. Elaborado pelo autor.

Mediante o estudo da FJP sobre a situação habitacional no Brasil em 2019, o mais recente divulgado, é percebida a realidade precária em que se encontra a situação da moradia no país. Isso é reforçado quando a composição do déficit e inadequação habitacional é analisada por faixa de renda domiciliar e a população que sobrevive com até três salários mínimos representa a maior porcentagem nos números, uma clara demonstração da desigualdade social brasileira.

No caso do país, observa-se que, para a habitação precária, cerca de 76% dos domicílios possuem renda domiciliar de até um salário mínimo. Para o componente coabitação, todavia, estima-se que a renda domiciliar esteja acima de três salários mínimos em aproximadamente 42% dos casos. Finalmente, para o ônus excessivo com o aluguel urbano, predominam os domicílios com renda domiciliar entre um e dois salários mínimos ou aproximadamente 45% dos domicílios desse componente. (FJP, 2021, p. 140).

A questão habitacional no Brasil, enfrentada pela população de baixa renda, é um problema histórico que começa pela falta de acesso à terra e pela exploração da força de trabalho, como será abordado. O início da extorsão desse território, que procede à invasão de Portugal, demarca as bases da

realidade social desequilibrada em que se constrói o Estado Brasileiro. Assim, a partir da década de 1530, algumas terras da costa brasileira foram repartidas em quinze capitanias hereditárias e doadas a fidalgos⁸ da metrópole portuguesa, que desenvolveram a exploração da cana de açúcar utilizando mão de obra indígena, inicialmente, e a partir da segunda metade do século XVI os povos africanos escravizados (URMSCHANN, 1999).

O cenário descrito evoluiu ao longo do tempo e rebateu na formação urbana brasileira até os dias atuais, como veremos a seguir. Assim, a abordagem feita, aqui, se concentra no período mais recente da cidade latino-americana, acentuado por volta de 1930, “culminando num poderoso processo de periferização, com loteamentos populares e autoconstrução, ou na difusão de conjuntos habitacionais, [...] construídos pelo Estado” (CORRÊA, 2000, p. 74).

Dessa forma, é a partir do século XX, especificamente a partir da década de 1980, quando o Brasil se torna majoritariamente urbano, passando de 44,67% da população nas cidades (censos IBGE), na década de 1960, para 67,59% em 1980⁹, que os problemas urbanos se aprofundam (MARICATO, 2015), e as cidades ganham uma nova configuração.

Nem todos os indicadores sociais são negativos no processo de urbanização concomitante à industrialização que se deu no decorrer do século XX, mais exatamente a partir de 1930. A mortalidade infantil, a expectativa de vida, o nível de escolaridade, o acesso à água tratada, a coleta de lixo, e a taxa de fertilidade feminina apresentam uma evolução positiva a partir de 1940 até nossos dias, exatamente devido à mudança de vida com a urbanização (IBGE, 2008). No entanto, os efeitos da doutrina neoliberal que acompanhou a chamada globalização afastaram a perspectiva de crescimento, ainda que acompanhado de concentração de renda (Schwarz, 2007). (SCHWARZ apud MARICATO, 2015, p. 28).

Essa guinada neoliberal do sistema capitalista, associada à globalização dentro de um país periférico e desigual como o Brasil, principalmente a partir de 1980, acentua a perspectiva de uma cidade mercadoria, onde a

⁸ O título de fidalgo era concedido pelo Rei ou Imperador a pessoas da corte portuguesa e depois passado de forma hereditária em família. Para mais informações: <https://www.significados.com.br/fidalgo/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20Fidalgo%3A&text=Era%20um%20dos%20t%C3%ADtulos%20ostentados,de%20forma%20heredit%C3%A1ria%20em%20fam%C3%ADlia>. Acesso em: maio de 2022.

⁹ A população urbana do Brasil de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 é 84,72%. Para mais informações: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: maio de 2022.

desregulamentação e a privatização dos serviços públicos, são características (MARICATO, 2015). Como resultado, "as três políticas públicas urbanas estruturais (ligadas à produção do ambiente construído) – transporte, habitação e saneamento – foram ignoradas [...] por mais de 20 anos" (MARICATO, 2015, p. 29). Somado a isso, esse período é marcado por outras características.

Na América Latina, a desigualdade social é resultado de uma herança de cinco séculos de dominação externa que se combina, internacionalmente, a elites com forte acento patrimonialista. As características do patrimonialismo poderiam ser sucintamente descritas como as seguintes: a) a relação de favor ou de troca é central no exercício do poder; b) a esfera pública é tratada como coisa privada e pessoal; c) existe correspondência entre detenção de patrimônio e poder público e econômico. (MARICATO, 2015, p. 78).

Dessa maneira, a perpetuação das práticas patrimonialistas continua a definir quem detém a terra e as decisões dentro do Estado quando se olha para a política pública contemporânea. "O poder social, econômico e político sempre esteve associado à detenção de patrimônio, seja sob a forma de escravos (até 1850), seja sob a forma de terras ou imóveis (de 1850 em diante)" (MARICATO, 2015, p. 26).

Não à toa, essa estrutura contribui com a existência da classe de renda baixa e a desigualdade que, escassa de alternativas, é obrigada a arcar com os custos e a construir suas próprias moradias de maneira precária, por exemplo. Esse processo é chamado de autoconstrução e se estabelece como outro ponto desse processo de industrialização brasileira a partir de 1940 (MARICATO, 2015).

De acordo com Maricato (1982, p. 74) "[...] o processo de construção da casa (própria ou não) seja apenas pelos seus moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja pelos moradores auxiliados por um profissional [...] remunerado", constitui a definição de autoconstrução. Maricato (1982) ainda acrescenta que ela se estende para além do ambiente individual, abrangendo o de caráter público, como melhorias em ruas e construção de espaços comunitários.

Esse fenômeno ocorre, basicamente, devido aos baixos salários que a classe trabalhadora recebe e à ausência de políticas públicas que lhes supram na vivência urbana. Ou seja, a exploração de sua força de trabalho se estende para além do emprego e se soma com a dinâmica capitalista em expansão de exploração dessa força (MARICATO, 1982), sendo fundamental para a acumulação de capital durante a industrialização do Brasil (MARICATO, 2015).

No mais, a situação habitacional precária, a coabitação, a falta de saneamento e a segregação sócio espacial são alguns dos saldos para as cidades brasileiras contemporâneas. Isso acabou se estabelecendo mesmo após a retomada democrática brasileira nos anos 1980, que teve como antecedente a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH)¹⁰, com os seus programas habitacionais que muito contribuíram para a periferização dos mais pobres nas cidades brasileiras (FARIAS, 1989).

Somente após a Constituição Federal de 1988 e a criação dos artigos 182 e 183 das Políticas Urbanas, é que se começou a ter alguns saldos positivos dentro da política habitacional, resultado da conquista do Movimento da Reforma Urbana, que ocorreu a partir de 1963. Assim, o golpe de 1964 refreou o movimento, que foi retomado na década de 1980 e, como resultado da luta, esses artigos foram contemplados na constituição de 1988 e se ampliaram com o Estatuto das Cidades (Lei Federal n.º 10.257/2001) em 2001 (FARIAS, 1986).

Ainda nessa perspectiva de avanço no começo dos anos 2000, a ascensão de governos federais petistas¹¹ trouxe conquistas através de programas sociais, trazendo uma perspectiva de dias melhores (MARICATO, 2015). O crescimento econômico e a melhoria da renda apresentados veio, em parte, pelos investimentos em obras de infraestrutura e habitação, primeiro com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, responsável por obras como ferrovias, aeroportos, pavimentação, esgoto e água; e segundo

¹⁰ Criado em 1964, o BNH centralizava os recursos do Estado para solucionar o déficit habitacional e progressivamente destinou esses recursos para a iniciativa privada como forma de aquecer a indústria da construção civil, ao invés de focar na habitação popular (MARICATO, 1982).

¹¹ Referência aos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT).

com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de 2009 (MARICATO, 2015).

Acerca do PMCMV:

Retoma-se a visão empresarial da política habitacional, ou seja, de construção de novas casas, apenas, sem levar em consideração o espaço urbano em seu conjunto e muito menos a cidade já comprometida pela baixa qualidade.

Com a finalidade explícita de enfrentar a crise econômica de 2008, o MCMV apresenta pela primeira vez uma política habitacional com subsídios do governo federal. Desenhado pelo Ministério da Casa Civil [...], em parceria com os maiores empresários do setor [...]. O programa concluiu uma reforma do financiamento imobiliário que vinha sendo ensaiada, [...] desde a década de 1990; mas, nunca é demais lembrar, a questão fundiária ficou intocada (Royer, 2014). O MCMV formalizou as condições para um *boom* imobiliário no Brasil. (MARICATO, 2015, p. 37 e 38).

O foco do PMCMV esteve na construção de novas moradias padronizadas e distantes de áreas consolidadas da cidade. Somado a isso, há uma prevalência dos interesses de proprietários de terras e de empresas da construção com aval do Estado, que cria abertura para as empresas tomarem decisões sobre a política habitacional (CARDOSO E AMORE, 2018). “Uma simbiose entre governos, parlamentares e capitais de incorporação, de financiamento e de construção promoveu um boom imobiliário que tomou as cidades de assalto” (MARICATO, 2015, p. 39).

Assim, a especulação fundiária e imobiliária promoveu a elevação do preço da terra e dos imóveis, um cenário configurado a partir das relações patrimonialistas históricas (MARICATO, 2015), já mencionadas, que dialoga com a perspectiva mercadológica da política habitacional nas cidades. Um resultado frustrante, visto que as saídas públicas em habitação encontradas pelo Estado brasileiro continuam não resolvendo a precária condição de moradia, como demonstram os dados de déficit habitacional mais recentes, e segregam a classe de menor renda da cidade “informal”.

Se tratando do contexto mais recente do país, essas constatações se intensificam. O programa habitacional que o governo federal em vigência¹² anunciou em 2021 para substituir o PMCMV, chamado Casa Verde e Amarelo

¹² O político de extrema-direita, Jair Bolsonaro, assumiu a presidência em 2019 para um mandato de 4 anos.

(PCVA), possui a mesma finalidade econômica do anterior, também abrangendo o perímetro urbano e rural (MELO, 2021). Nele, diferentes faixas de renda familiar podem ser contempladas com uma moradia, onde a faixa 1 se refere a famílias com renda mensal de até R\$ 2.400 mensais, mas o programa enfrenta baixo orçamento e cortes, além de obras atrasadas e número de contemplados baixo¹³. No caso da modalidade do PCVA, que prevê regularização e melhorias pontuais da casa, empresas privadas executam a regularização no município, gerando abertura para o capital privado lucrar, sem obrigação de melhorias na infraestrutura urbana (GUERREIRO, 2021)¹⁴. Por outro lado, em 2019 apenas 3% dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) foi utilizado¹⁵.

Ademais, a pandemia de covid-19, iniciada em 2020, agravou as condições sociais da população brasileira que, segundo o IBGE, apresentou mais de 15,2 milhões¹⁶ de desempregados no primeiro trimestre de 2021. As ações do governo atual que foram elencadas aconteceram durante o período pandêmico, veementemente negado por ele, além do número de remoções e despejos. Entre março e agosto de 2020, os primeiros meses da pandemia, 6.373 famílias ficaram desabrigadas, contra 27.618 famílias em fevereiro de 2022, um aumento de 333%, mesmo sob decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em outubro de 2021, que impedia desocupações e despejos até o 31 dia março de 2022¹⁷.

2.2. Direito à moradia e à cidade

A partir da constatação da desigualdade da cidade capitalista, Corrêa (2000) afirma que ela é formada por áreas residenciais segregadas, que refletem a estrutura social de classes, sendo reflexo de ações do presente e do

¹³ Para mais informações: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/governo-esvazia-orcamento-do-programa-casa-verde-e-amarela/>. Acesso em: maio de 2022.

¹⁴ Para mais informações: <http://www.labcidade.fau.usp.br/normativa-da-regularizacao-fundiaria-do-casa-verde-e-amarela-mais-problemas-a-vista/>. Acesso em: maio de 2022.

¹⁵ Para mais informações: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/365536/governo-federal-empenhou- apenas-3-do-orcamento-par.htm>. Acesso em: maio de 2022.

¹⁶ Para mais informações: <https://veja.abril.com.br/economia/ibge-desemprego-durante-a-pandemia-foi-maior-que-o-estimado/>. Acesso em: maio de 2022.

¹⁷ Dados do balanço da Campanha Despejo Zero. Para mais informações: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/15/mais-de-27-mil-familias-sofreram-despejos-no-brasil-durante-a-pandemia>. Acesso em: maio de 2022.

passado. As pessoas, através dos diferentes usos que atribuem à terra, são agentes que materializam “formas espaciais” (CORRÊA, 2000). “A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem” (CORRÊA, 2000, p. 11).

Dessa forma, Corrêa (2000) delimita cinco agentes sociais responsáveis por produzir a cidade: os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado, e os grupos sociais excluídos. Salientando que há um marco jurídico que regula a atuação de cada um, porém esse marco não é neutro e que os três primeiros servem para reproduzirem o modelo exploratório das relações de produção capitalista, sua acumulação e amenização dos conflitos de classe, esse último cabendo ao Estado. Além disso, é através do controle e uso da terra que os agentes atingem seus propósitos, podendo os capitais industrial, financeiro e imobiliário trabalharem em articulação (CORRÊA, 2000).

Corrêa ainda acrescenta que o capital imobiliário tem interesse na produção de moradias populares quando obtém vantagens. “Créditos para promotores imobiliários, facilidades para desapropriação de terras, e créditos para futuros moradores” (CORRÊA, 2000, p. 22), são exemplos de ajudas criadas pelo Estado que geram acumulação de capital, ao passo que essa produção habitacional amortece crises econômicas através da criação de empregos. Por outro lado, uma ação desse agente é criar ou recriar áreas nobres na cidade, estando constantemente fazendo e reforçando a segregação socioespacial (CORRÊA, 2000).

É importante ressaltar o papel central que exerce o Estado na formação segregadora e desigual do espaço urbano, salientando seu lado contrário às camadas populares. Ele sozinho pode ser todos os agentes já citados, regula o uso do solo com a criação de leis e implanta serviços públicos, mas age privilegiando a classe dominante a partir dessa regulação, investimento e distribuição, justamente por ela estar no poder (CORRÊA, 2000). “A atuação do Estado se faz, fundamentalmente [...], visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o

processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações” (CORRÊA, 2000, p. 26).

A relação de segregação residencial, a partir de espaços criados, é reflexo da moradia (e da terra) ser tratada como uma mercadoria, ela possui valor de uso e valor de troca (CORRÊA, 2000). Segundo Maricato (2015), enquanto a classe trabalhadora quer da cidade, em um primeiro momento, o valor de uso, a exemplo de moradia e serviços públicos mais baratos e de melhor qualidade. “Os capitais que ganham com a produção e exploração do espaço agem em função do seu valor de troca. Para eles, a cidade é a mercadoria. É um produto resultante de determinadas relações de produção” (MARICATO, 2015, p. 22).

Ademais, deve ser ressaltada a ineficiente ação do Estado brasileiro dentro das contradições da questão habitacional, mesmo diante das suas obrigações legais. A emenda constitucional nº 26 de 2000, art. 6º, adicionou à Constituição federal de 1988, dentro do capítulo de direitos sociais, a moradia como um direito; já o capítulo referente à Política Urbana, a ser executada pelo poder público municipal através dos artigos 182 e 183¹⁸, visa garantir a função social das cidades e o bem estar dos habitantes, prevendo formas de desapropriação do imóvel, além do plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana (BRASIL, 1988). A aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.257/2001), em 2001, conquista dos movimentos sociais¹⁹, regulamentou o capítulo original sobre política urbana que tinha sido aprovado pela Constituição Federal (1988). Capítulo esse que também tinha sido precedido por uma mobilização sociopolítica (FERNANDES, 2013).

Dentre alguns avanços do Estatuto estão a

[...] substituiu a noção – dominante na ordem jurídica – de propriedade privada individual sem maiores qualificações pela noção das “funções sociais da propriedade e da cidade” [...]; criou diversos

¹⁸ A Emenda Popular de Reforma Urbana culminou na inclusão da função social da propriedade e da cidade, dentro do capítulo de Política Urbana da Constituição brasileira de 1988 (LAGO, 2012).

¹⁹ A retomada democrática nos anos 1980 reacendeu a luta de movimentos sociais (MARICATO, 2015). “A aprovação da lei federal em 2001 foi em grande medida resultado de um amplo processo nacional de mobilização sociopolítica clamando pela promoção de reforma urbana no Brasil.” (FERNANDES, 2013, p. 214).

processos sociopolíticos, mecanismos jurídico-institucionais, instrumentos jurídicos e urbanísticos, bem como recursos financeiros destinados a viabilizar a implementação de uma gestão urbana justa e eficiente [...]; [...] participação popular nos processos decisórios e de elaboração legislativa [...]; reconheceu os direitos coletivos dos residentes em assentamentos informais consolidados à segurança jurídica da posse, bem como a regularização sustentável de seus assentamentos. (FERNANDES, 2013, p. 215).

Assim como:

[...] a materialização efetiva desse novo marco jurídico inovador foi colocada em grande medida nas mãos das administrações municipais, especialmente por meio da formulação de Planos Diretores Municipais – PDMs. Anteriormente à aprovação da lei federal, a enorme maioria dos municípios não tinha um marco jurídico minimamente adequado para a disciplina dos processos de uso, ocupação, parcelamento, desenvolvimento, preservação, conservação, construção, e regularização do solo urbano. A maioria dos municípios não tinha sequer dados e informações básicas, mapas, fotos aéreas e outros materiais relevantes sobre seus próprios territórios e processos socioespaciais. (FERNANDES, 2013, p. 216).

Outros avanços institucionais importantes também surgiram após o Estatuto das Cidades. Como a Lei federal n.º 11.124/2005, de iniciativa popular, que criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS²⁰, a Lei n.º 11.888/2008 de Assistência Técnica para comunidades (FERNANDES, 2013), assim como a criação do Ministério das Cidades, em 2003, as secretarias de habitação, mobilidade e saneamento ambiental, e alguns espaços de participação direta da população, através do Movimento Pela Reforma Urbana (MARICATO, 2015).

Dessa maneira, cabe frisar a importância do Movimento Pela Reforma Urbana e Direito à Cidade, que permanecem resistentes frente à luta por direitos fortalecida no Brasil a partir do contexto de redemocratização, articulado por movimentos de moradia, entidades de classe, associações comunitárias, organizações não governamentais e instituições de pesquisa (LAGO, 2012). Todos compoem o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)²¹ e construindo propostas que desencadeiam uma série de conquistas,

²⁰ Foi uma proposta construída pelos movimentos sociais e apresentada como projeto de lei de iniciativa popular (CARDOSO E AMORE, 2018).

²¹ “Organizado nas cinco regiões do país e desde 1987, o FNRU atua para modificar o processo de segregação social e espacial existente nas cidades brasileiras, a fim de que se tornem mais

aqui mencionadas, como o entendimento da função social da propriedade e também as vitórias de candidaturas progressistas em 1988, que colocou técnicos envolvidos com o movimento dentro das instituições (LAGO, 2012).

Porém, mesmo após as conquistas, “a profunda crise fundiária e habitacional no Brasil – constituída ao longo de séculos – tem ganhado novos contornos” (FERNANDES, 2013, p. 216), não sendo mitigada pelos avanços listados, como tem sido demonstrado, apesar da sua grande importância. Assim, a realidade desigual resulta em conflitos sociais que desencadeiam lutas populares pelo direito à cidade e à cidadania, sendo o Estado alvo da reivindicação popular (CORRÊA, 2000), seja no passado ou no presente.

Viver em cidades é fazer parte de um contexto desigual, de negação dos direitos estabelecidos em leis, onde grande parcela da população autoconstrói loteamentos ou recebem conjuntos habitacionais do Estado, ambos distantes do centro e precarizados. Sendo assim, são em

[...] terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de remoção, que lutam pelo direito à cidade. (CORRÊA, 2000, p. 30).

É importante ressaltar que a reprodução dessa realidade não se restringe a grandes cidades ou metrópoles. O crescimento e emergência das cidades de médio e pequeno porte²², tratadas como territórios urbanos²³, é um fenômeno no início do século XXI, reduzindo a migração para metrópoles e litoral (ARAÚJO apud AKAISHI, 2011). Somado a isso, as construções patrimonialistas, que provocam o desigual acesso à terra e a produção informal

justas, inclusivas e democráticas.” Para mais informações: <https://forumreformaurbana.org.br/quem-somos/>. Acesso em: maio de 2022.

²² Segue-se aqui o entendimento de AKAISHI (2011), baseado em outros autores, sobre a definição de municípios de pequeno porte para aqueles com população até 50 mil habitantes, e densidade habitacional menor do que 80 hab/ km².

²³ “É pertinente ressaltar que a delimitação entre o rural e o urbano é também objeto de discussão. Os critérios do IBGE designam as sedes municipais (cidades) e sedes distritais (vilas) como espaços urbanos, o que alavancaria significativamente o número das populações urbanas. Mas existem estudos que questionam esses dados.” (AKAISHI, 2011, p. 43).

da moradia, agravam-se nesses territórios onde não há um mapeamento e as limitações são maiores, como a dificuldade de captar projetos (AKAISHI, 2011).

Visto que a função social das cidades ainda não se transformou, algumas problemáticas que agravam as condições da política habitacional de pequenos municípios são centrais. “Constata-se nesses municípios a ausência de arcabouço jurídico-institucional que trate efetivamente de territórios com tensões e conflitos cada vez maiores (AKAISHI, 2011, p. 45)”. Planos diretores são ainda mais difíceis de serem construídos, finalizados e aplicados quando há limitada condição institucional; o pequeno arcabouço de informações para formulação de políticas e a ausência de leis de ordenamento do solo, como a Lei de Perímetro do Solo, que pode conter espraiamento da cidade, também são recorrentes (AKAISHI, 2011). Além disso, Akaishi (2011, p. 45) salienta que “grande parte dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade somente se aplica em cidades com alta e média densidade, mercado de solo altamente especulativo, escassez e alto custo da terra [...]”.

A desigualdade de capacidade institucional dos municípios não está colocada com a autonomia que a legislação lhe cedeu na Política Urbana, após a Constituição de 1988 (AKAISHI, 2011).

O que se evidenciou foi a constatação de que vários municípios não possuíam condições financeiras, administrativas e políticas para usufruir dessa nova realidade. Especificamente no setor habitacional, a adesão ao SNHIS, que condiciona o acesso aos recursos do Fundo [FNHIS], e o seu Guia de Adesão, afirmam a exigência de igual conteúdo para todos os municípios do país: Ouriçangas, na Bahia, que possui 8.287 habitantes, e São Paulo, com aproximadamente 11 milhões, foram igualmente consideradas. (AKAISHI, 2011, p. 47).

Ainda são problemáticas: o setor habitacional e urbano desestruturado das prefeituras, e a falta de capacitação para elaboração de planos diretores. No que se refere às instâncias participativas, no contexto de pequenos municípios, é que muitas vezes não há uma atuação organizada de movimentos populares e outros agentes locais que mobilize o debate, tão importante para construção das políticas (AKAISHI, 2011).

Assim, perante o que está posto, as lutas populares seguem resistindo e tendo muita importância no contexto brasileiro do século XXI para a transformação das dificuldades que é morar no Brasil. Principalmente após a

chegada de Michel Temer à presidência, em 2016, e a eleição do governo federal de extrema-direita de Jair Bolsonaro, em 2018, ambos pós-golpe de 2016 na então presidente Dilma Rousseff. Bolsonaro, o atual presidente, foi eleito sem apresentar nenhuma proposta para as políticas urbanas e com um discurso de criminalização dos movimentos sociais, ampla defesa da propriedade privada e promessa de extinção do Ministério das Cidades (SORAGGI, ARAGÃO E CORRÊA, 2019), todos colocados em prática²⁴.

É importante salientar que, essa luta popular de grupos ligados a defesa do direito à cidade é composta, principalmente,

por moradores de baixa renda em comunidades negras que lutam pelo tipo de desenvolvimento que vá de encontro a seus desejos e necessidades, pessoas sem-teto que se organizam por seu direito à moradia e aos serviços básicos e jovens LGBTQ que lutam por seu direito à segurança nos espaços públicos. (HARVEY, 2014 p. 21).

Nessa perspectiva, o direito à cidade, amplamente defendido por movimentos sociais e entidades, é definido por Lefebvre (2001, p. 134) como “[...] forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados à cidade”. Nesse sentido, “apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos [...]” (LEFEBVRE 2001, p. 113). Sendo assim, o horizonte de mudança parte da perspectiva de efetivar, por meio da luta popular, a democratização dos bens econômicos e sociais (KOWARICK, 1979).

Estas [classes subalternas] não pode mais ser equacionadas como mera mercadoria que se vende no mercado de trabalho a preços geralmente irrisórios. É preciso retomar nesta equação a tradicional questão da cidadania, entendida na sua acepção clássica, isto é, o conjunto de direitos e deveres de participar não só na criação das obras sociais como no controle destas obras. (KOWARICK, 2000, p. 27).

²⁴ Para mais informações: <http://www.justificando.com/2019/01/23/nota-protestam-extincao-ministerio-das-cidades/>. Acesso em: maio de 2022.

2.3. Soluções contemporâneas para HIS

As perspectivas de mudança da realidade antidemocrática e desigual das cidades, que se reafirmam a partir dos movimentos sociais, possui iniciativas dentro da HIS. No contexto de revoltas populares dos anos 1970, que reivindicam melhorias na oferta de equipamentos públicos, infraestrutura de transporte, energia elétrica e água, ainda durante a ditadura militar, nascem experiências de apoio técnico aos locais autoconstruídos (CARDOSO E AMORE, 2018). A experiência em urbanização de favelas no Rio de Janeiro foi uma das primeiras iniciativas, incluindo a participação de arquitetos em conjunto com a população (CARDOSO E AMORE, 2018).

Após o fim da ditadura nos anos 1980, a retomada democrática influenciou as ações de construção coletiva e discussões sobre a Reforma Urbana, que desencadeiam nas conquistas institucionais da Constituição Federal, Estatuto da Cidade e vitórias de governos em eleições (CARDOSO E AMORE, 2018). Candidaturas de esquerda como a de Luíza Erundina na prefeitura de São Paulo (1989-1992) deixaram contribuições que são marcos até hoje dentro da política habitacional²⁵.

Dessa forma, as primeiras experiências denominadas de assessoria técnica aconteceram em São Paulo, influenciadas pelas cooperativas de ajuda mútua do Uruguai, um movimento onde a auto-organização e a ajuda coletiva eram a forma de produção das moradias, os chamados mutirões (CARDOSO E AMORE, 2018). Mas, foi no governo Erundina que a parceria de movimentos sociais e assessorias técnicas²⁶ para produção autogestionária de moradia, através dos mutirões, se tornou uma política pública por meio do programa Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS Comunitário). As assessorias técnicas tinham papel fundamental dentro do programa, elas

eram organizações não governamentais, que se propunham a trabalhar [...] para a melhoria das condições de vida da população mais pobre, apoiando as lutas pelo direito à moradia e aos serviços essenciais da cidade. A atuação interdisciplinar era outra

²⁵ Merece destaque também, o orçamento participativo adotado em Porto Alegre, durante duas décadas, que influenciou os investimentos urbanos sob forte influência do mercado imobiliário (MARICATO, 2015).

²⁶ As assessorias técnicas Usina e a Peabiru de São Paulo atuam até hoje.

característica, apesar de terem uma predominância de arquitetos e urbanistas em seu quadro técnico. (CARDOSO E AMORE, 2018, p. 5).

Dando continuidade a perspectiva de algumas conquistas, a Lei de Assistência Técnica (Lei n.º 11.888/2008)²⁷ foi aprovada em 2008. Na defesa da lei esteve entidades ligadas à arquitetura, engenharia civil e sindicatos da categoria (CARDOSO E AMORE, 2018). Ela assegura serviços de arquitetura e engenharia para famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos, estando em meio urbano ou rural, de forma pública e gratuita, para o projeto e a construção de habitação de interesse social, incluindo, ainda, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação (BRASIL, 2008). Para sua efetivação a União deve apoiar financeiramente os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na execução de serviços permanentes e gratuitos de assistência técnica (BRASIL, 2008).

A Lei federal contribuiu com a consolidação do termo assistência, ainda que em seus artigos estejam presentes práticas de assessoria como construção em regime de mutirão, em parceria com cooperativas e associações (CARDOSO E AMORE, 2018). No debate da assistência, incorporado por entidades de arquitetura como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)²⁸ e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), há uma noção rasa sobre a função social do profissional arquiteto urbanista, atribuindo ainda a ser só mais um nicho de mercado e oportunidade profissional. Essas concepções reforçam o caráter elitista da profissão, baseado no desempenho pessoal, não ampliando o debate da assistência a uma esfera pública, portanto, gratuita e de garantia do direito à cidade e à efetivação das políticas públicas (CARDOSO E AMORE, 2018).

Somado a isso, entende-se que há uma diferença semântica entre as palavras assessoria e assistência, que reforçam um caráter assistencialista da última, num sentido de “‘amparar’ ou ‘suprir’ determinadas ‘deficiências’ de

²⁷ Outras legislações como o Estatuto da Cidade (2001) e a lei que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) (2005), já tratavam da assistência técnica (CARDOSO E AMORE, 2018).

²⁸ Dentro do CAU/BR o debate resultou em uma destinação de 2% da receita anual do conselho para projetos de assistência técnica a partir de 2017. Para mais informações: <https://www.cau.br.gov.br/56a-plenaria-cau-destinara-recursos-para-projetos-e-obras-de-assistencia-tecnica/>. Acesso em: maio de 2022.

‘pessoas incapazes’” (LESSA; MEDEIROS; SANTOS, 2018, p.4). E, ao analisar os termos e atuação profissional Baltazar e Kapp (2016, p.5) concluem que:

enquanto o paradigma da assistência se funda nesse ideário assistencialista, a assessoria aponta para uma relação sem dominação, ainda que assimétrica. Numa situação ideal, os assessorados – geralmente um grupo social organizado – solicitam a assessoria e determinam o papel que ela assumirá no processo.

Ademais, a lei ainda não foi implementada nos municípios brasileiros, ao passo que se torna insuficiente por não abranger na totalidade os problemas habitacionais, a falta de profissionais capacitados e a ausência do envolvimento de diferentes áreas produtoras de conhecimento (CARDOSO E AMORE, 2018).

É importante ressaltar outras iniciativas que abrangem a assistência técnica dentro da política pública nacional para a população. Após a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) em 2005, o Ministério das Cidades propôs o Programa Habitação de Interesse Social (2007-2011), que, dentre algumas coisas, visava construir moradias, aquisição de lotes urbanizados e requalificação de imóveis (CARDOSO E AMORE, 2018). O programa entregou uma porcentagem baixa de propostas concluídas e teve um orçamento pequeno, o mesmo problema enfrentado pelo seu substituto, o Programa Temático de Moradia Digna (2012-2015) (CARDOSO E AMORE, 2018).

Soma-se a isso a criação do PMCMV, que passou a deter quase a totalidade dos recursos para habitação nacional, impossibilitando outras políticas públicas, inclusive dentro da Lei de Assistência Técnica (SALAZAR apud CARDOSO E AMORE, 2018). Porém, a criação da modalidade Entidades dentro do PMCMV, em 2009, resultou em construções para famílias de baixa renda a partir de recursos repassados, onde os grupos populares gerenciavam todo o projeto (CARDOSO E AMORE, 2018).

A nível municipal, uma iniciativa em assistência técnica aconteceu entre 2017 e 2020, na cidade de Conde no estado da Paraíba. Através da Secretaria de Planejamento, foi criado o Escritório Público de Assistência Técnica (EPA)

para prestação de serviço como melhorias habitacionais e regularização fundiária, baseado na Lei de Assistência Técnica²⁹.

Além disso, também na região Nordeste, grupos de assessorias técnicas comprometidas com a garantia do direito à moradia digna e à cidade, vêm atuando a nível regional junto à população. A articulação em grupo possibilita estratégias de fortalecimento para esse campo, além da defesa das comunidades vítimas dos conflitos espaciais diante da negação de direitos (I FÓRUM DE ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR DO NORDESTE, 2020).

Dessa forma, a pouca implementação de saídas públicas dentro da HIS expostas, somada à pouca vitalidade das iniciativas, a assessoria e assistência técnica demonstram a possibilidade de uma atuação junto às camadas populares como uma política pública eficaz, que dialoga com as realidades sociais (CARDOSO E AMORE, 2018). Essa união dos profissionais aos movimentos sociais constitui, junto ao posicionamento crítico diante da realidade neoliberal, a chave para tornar o direito à moradia uma realidade, (CARDOSO E AMORE, 2018), fortalecendo também o campo profissional para da arquitetura e urbanismo.

²⁹ Para mais informações: <https://paraibaja.com.br/secretario-de-planejamento-de-conde-recebe-premio-por-trabalho-desenvolvido-na-cidade/>. Acesso em: maio de 2022.



3 FORMAÇÃO ESPACIAL DE CANINDÉ

Esse capítulo marca o início da abordagem da cidade de Canindé de São Francisco, através da sua história e dos agentes sociais que produzem esse espaço ao longo do tempo. Sendo fundamental para iniciar uma compreensão do lugar a ser estudado e fazer proposições mais adiante. Assim, considerando a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó um fato que mudou significativamente o curso da sua história, a narrativa sobre a formação de Canindé está dividida em três partes: a cidade antiga às margens do Rio São Francisco, o momento da decisão de instalar a Usina, e o panorama atual da cidade.

3.1. A cidade às margens do Rio São Francisco

A região do município de Canindé de São Francisco fazia parte da sesmaria³⁰ de 30 léguas de terras, que foi doada a uma família da Bahia em 1629, pelo governador de Pernambuco, D. João de Souza. A família em questão era chefiada pelo desembargador Cristóvão Burgos e Contreiras. Posteriormente, essas terras pertenceram ao Morgado de Porto da Folha, sob responsabilidade de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco (IBGE)³¹.

Porém, os holandeses foram responsáveis por desbravar o Sertão Nordestino no século XVII, quando assumiram o domínio temporário da região (1630-1654). O Rio São Francisco foi usado como percurso, influenciando, assim, as suas margens, o início de aldeamentos, lugarejos e povoações, algumas das quais, com o passar dos anos, viraram cidades ribeirinhas (COSTA, 2006).

E foi lá longe, no ponto mais distante do baixo São Francisco, ainda no território sergipano e, numa curva quase que inacessível das margens desse caudaloso rio de integração nacional, que caboclos quase primitivos, criaram duas pequeninas aldeias de pescadores, duas irmãs gêmeas, ambas escondidas do mundo civilizado, uma próxima da outra, denominadas Canindé Velho e Canindé Velho de Baixo. (COSTA, 2006, p. 19).

³⁰ O termo se refere a terras doadas pelos colonizadores para demais colonizadores dentro do sistema de capitanias hereditárias. O donatário, pessoa que recebeu uma capitania hereditária, tinha o direito de doar sesmarias, e essa era uma forma de dominação do território brasileiro e produção agrícola que provou o acúmulo de terras por uma elite. Para mais informações: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadoBrasil/as-sesmarias.htm>. Acesso em: maio de 2022.

³¹ Para mais informações: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=34896&view=detalhes>. Acesso em: maio de 2022.

A Canindé Velho era localizada em uma montanha, enquanto a Canindé Velho de Baixo estava embaixo, às margens do rio. Ambas se formaram como parte do Morgado de Porto da Folha, mas, no início do século XIX, ele foi extinto e a Coroa passou sua administração para o capitão José da Silva Tavares (COSTA, 2006).

No final do século XIX³², o capitão vendeu muitas terras daquele lugar para o coronel Francisco Cardoso de Britto Chaves, conhecido como coronel Chico Porfírio. O coronel fez investimentos na região, como a criação da Fazenda Cuiabá e a construção de um curtume na aldeia de baixo, local para comercialização de todo tipo de peles. As atividades comerciais desenvolvidas no lugarejo fizeram a região se desenvolver com o passar do tempo, aumentando a população e o número de moradias, além de virar referência no Sertão de Sergipe e estados próximos como Bahia e Pernambuco (COSTA, 2006; SOUZA apud FRANÇA, 2018).

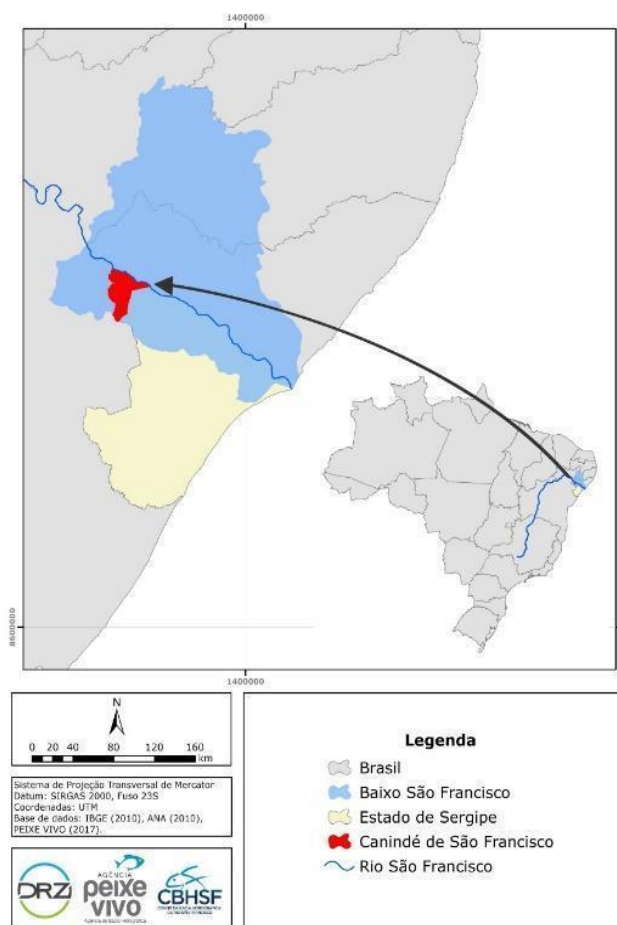
A década de 1930 marca a conquista do povoado a 2º Distrito de Paz do município de Porto da Folha, em 1936. Nesse momento o lugar contava com mais de 120 moradias, um armazém, o curtume e uma capela, algo avançado para a época. Dois anos depois, em 1938, Canindé Velho de Baixo se torna vila, mas adentra a década de 40 perdendo sua principal fonte econômica e financeira em razão da desativação do curtume, o que culmina em um agravante para a renda das pessoas empregadas, tornando, assim, a atividade campesina ainda mais importante para a subsistência na região (COSTA, 2016).

É importante mencionar que a história do cangaço, liderado por Lampião, se confunde com a da região, pois, como menciona Costa (2006), em 1936 o grupo ainda era ativo e andava pela região, chegando a estar presente em episódios de invasão e terror. O fim da “era Lampião”, em 1938, aconteceu após sua morte, descrita pelo autor como o começo de uma vida em paz para o povo.

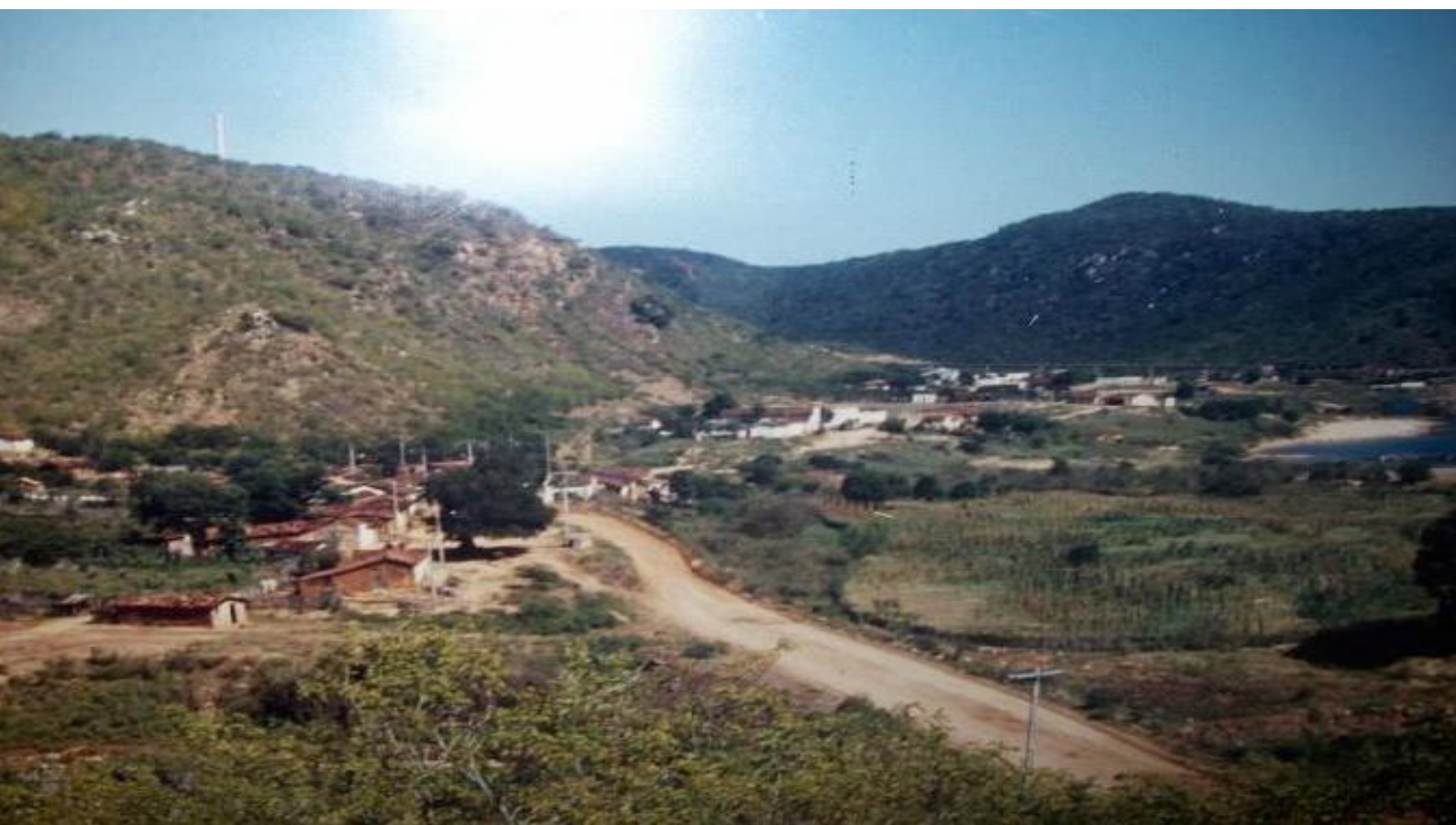
³² No final do século XIX, naqueles arredores existiam apenas quatro fazendas: Cuiabá, Brejo, Caiçara e Oroco. Para mais informações: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=34896&view=detalhes>. Acesso em: maio de 2022.

O momento trouxe entusiasmo e influenciou a família Britto a usar seus poderes em favor da emancipação de Canindé de Baixo. E ela veio em 1953, quando a vila passou a ser uma cidade independente, tornando-se um município, que, atualmente, é um dos maiores em extensão territorial no estado sergipano (Mapa 1). Juntamente, há mudança do seu nome para Curituba, evitando a confusão com uma cidade de mesmo nome no Ceará, fato que não agradou os moradores que queriam o nome antigo (COSTA, 2006). Então, em 1958 deixou de ser Curituba para se chamar Canindé de São Francisco. Canindé, seu nome antigo, que vem da “palavra de origem indígena que significa ave trepadora da família dos psitacídeos (arara e papagaios), que possui cabeça e cauda azuis e abdome amarelo” (LIMA E SANTANA, 2008, p. 23); somado a São Francisco, o rio vizinho (Figura 1).

MAPA 1: Localização do Baixo São Francisco e do município Canindé de São Francisco/SE



Fonte: DRZ – Geotecnologia e Consultoria, 2017.

FIGURA 1 – Canindé Velha de Baixo

Fonte: França, 2018.

O município de Canindé de São Francisco foi instalado, oficialmente, após a posse do primeiro prefeito e vereadores, em fevereiro de 1955. Cabe destacar que o senhor Ananias Fernandes dos Santos foi o primeiro prefeito empossado, cargo ao qual voltou a ocupar mais duas vezes, totalizando três mandatos (1955/58-1967/70-1973/76) (COSTA, 2006).

A partir de então, a história de Canindé passa a ter outra proporção com a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó. Esse acontecimento se relaciona com o desenvolvimento industrial brasileiro ainda no governo de Getúlio Vargas. Assim, o estado começa a se responsabilizar por parte da energia elétrica gerada, culminando na criação da Companhia Hidro Elétrica do São

Francisco (Chesf), em 1945, visando suprir a precária oferta de energia da região Nordeste, até então servida por usinas termelétricas (FGV-CPDOC, SD)³³.

À medida que o país se industrializava, a necessidade de energia elétrica aumentava. Porém, segundo Vargas, as empresas internacionais não estavam dando conta, o que culminou em projetos do governo para o setor energético, como a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) para a construção de usinas geradoras e outras atividades (FGV-CPDOC, SD).

No entanto, não foi preciso esperar a criação da Eletrobrás para começar a construção de uma usina hidrelétrica em Paulo Afonso, cidade baiana próxima de Canindé e também às margens do Rio São Francisco, em 1955. Isso influenciou o projeto da Usina Hidrelétrica de Xingó, em um trecho do São Francisco, localizado entre Canindé e Piranhas-AL, já que a Eletrobrás e a Chesf decidiram construir outra hidrelétrica diante das condições geográficas favoráveis (FRANÇA, 2018).

Nas palavras de Costa (2006), o progresso chegava a Canindé e com ele uma série de promessas justificadas pelo desenvolvimento do país e melhoria das condições de vida dos nativos, que resultou na morte daquela cidade sertaneja. A partir daí, a história desse lugar ganharia outro rumo.

³³ Para mais informações: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/eletrobras-centrais-eletricas-brasileiras-s-a>. Acesso em: maio de 2022.

Lamentos do Velho Chico

*Lá na serra da Canastra
A obra prima de Deus,
Água pura e cristalina,
Naquela serra nasceu.
Por ordem do Criador,
Aquela água desceu.
Cortando prados e vales,
Sertão afora correu.
Molhando mata e caatinga
A vida que ali cresceu.*

*Com o nome de um santo
O rio foi batizado.
Foi chamado São Francisco,
Aquele rio adorado.
Moradia dos indígenas
E caboclos do cerrado.
Canoa, chata e navio,
Navegam de lado a lado.
Os peixes sustentam o povo,
Daquele sertão amado.*

*Aquelas águas serenas,
Com o tempo caminhando,
Formando vila e cidade,
O povo que foi chegando.
Só pensando em destruir,
A floresta derrubando,
Construíram suas casas,
Os índios foram matando,
Queimando a mataria,
E o rio envenenando.*

*O progresso foi chegando,
Os povos evoluindo.
Aquelas águas de Deus,
Pra seus projetos servindo.
A maldita mão do homem,
Prendendo as suas águas,
Barragens que vão surgindo,
Tudo em nome do progresso,
Destruíram um mundo lindo.*

Alcino Alves Costa
(2006, p. 176 e 177)

3.2. A chegada da Hidrelétrica de Xingó

A construção da Usina Hidrelétrica de Xingó modificou a natureza da região e aniquilou comunidades tradicionais que ali viviam. Um processo perverso que termina com a construção de uma nova sede do município, justificada pela ideologia do progresso que se estabelecia naquele contexto de desenvolvimento, decorrente do processo de industrialização intensa do país.

A Chesf esteve à frente do projeto de construção da usina e da nova cidade (Figura 2, 3 e 4), porém sua atuação se deu através da colaboração dos três poderes: federal, estadual e municipal. De acordo com correspondências da época³⁴, houve um pedido do presidente da Companhia ao governo federal, solicitando investimentos para a construção de uma Vila Satélite, local de alojamento da mão-de-obra necessária, juntamente à incorporação da “Nova Canindé”. Isso se dava por conta da intenção de fazer a mudança do local da sede do município, uma proposta feita pelo então prefeito, Jorge Carvalho³⁵, e aprovada pela população por meio de um abaixo-assinado³⁶.

O governador do estado de Sergipe à época, João Alves Filho, também recebeu uma correspondência da Chesf, que solicitava a doação de terras da Fazenda Cuiabá, pois ela era posse do estado e detinha parte do local pensado para a Vila Satélite. Em troca, a Chesf transferiria aproximadamente 50 lotes urbanos para a ocupação de pessoas vinculadas ao projeto de irrigação que o então governo sergipano pretendia desenvolver na fazenda³⁷.

Segundo França (2018), a empresa aceitou a mudança da sede não só justificando riscos à população com a Usina de Xingó, mas por possuir interesses em fazer outra obra, a Usina Hidrelétrica Pão de Açúcar, que viria a inundar Canindé de Baixo. Assim, seria mais viável fazer a mudança antes do empreendimento almejado.

Dessa forma, acordada a transferência, os investimentos para a construção da cidade, incluindo novas moradias, vieram do governo federal. As terras para a

³⁴ Segundo a correspondência: C.I. – 164/1983.

³⁵ Jorge Luis Carvalho Santos se candidatou e foi eleito (1983-1988) após a morte do seu pai Ananias Fernandes dos Santos, que tentava sua quarta eleição à prefeitura de Canindé (COSTA, 2006).

³⁶ Segundo a correspondência: C.I. – 164/1983.

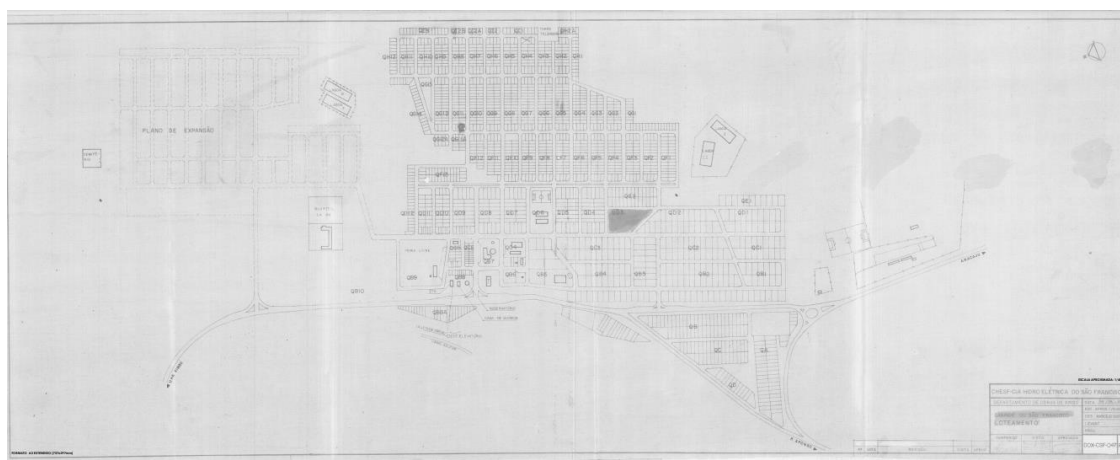
³⁷ Segundo a correspondência: C.R. – 4385/1984.

cidade pensada abrangiam parte da Fazenda Cuiabá, doadas pelo governo estadual, e parte da Fazenda Califórnia, sob domínio privado, conquistada através de negociação (FRANÇA, 2018).

De acordo com o comunicado³⁸ do diretor João Paulo, em 1986 já havia sido construída a nova cidade. As novas moradias da população da antiga cidade estavam prontas e foram permutadas pelas antigas. Além das casas, a Chesf se responsabilizou pelo sistema viário e por alguns serviços até a cidade e as construções públicas, como igreja e Mercado (FRANÇA, 2018). O governo mais a prefeitura assumiram entre outras a responsabilidade de implantar os serviços de água, esgoto e energia elétrica da Sede Municipal, Construção de Escola, Hospital, Delegacia, Exatoria, Correios, Posto Telefônico, Estação Rodoviária, Praça Principal e Calçamento³⁹.

Em 1991, é feita a escritura pública de permuta entre a Chesf e o município de Canindé. A Companhia passou todas as terras da “Nova Canindé”, 1.978.697,00m² (um milhão novecentos e setenta e oito mil, seiscentos e noventa e sete metros quadrados), em troca dos 265.000,00m² (duzentos e sessenta e cinco mil metros quadrados), local da antiga Canindé, que pertenciam ao município. Uma vantagem considerável do município acordada entre as partes (ESCRITURA DE PERMUTA, 1991).

FIGURA 2 – Projeto da “Nova Canindé”



Fonte: CHESF-CIA, 1989.

³⁸ Segundo o comunicado: DOX 040/1987.

³⁹ Segundo o comunicado: DOX 040/1987.

FIGURA 3 – Vista aérea da “Nova Canindé” em seus primeiros anos



Fonte: França, 2018.

FIGURA 4 – Usina Hidrelétrica de Xingó nos anos 2000



Fonte: França, 2018.

A “Nova Canindé” teve sua inauguração em março de 1987 com a presença do presidente José Sarney, que também inaugurou o Projeto Califórnia no mesmo dia. Esse último foi um projeto de irrigação do governador do estado para o setor agrícola na região, ao qual a Chesf se comprometeu realizar em troca das terras da fazenda Cuiabá. A prefeitura, por sua vez, abriu uma licitação para que fosse planejada uma agrovila na nova cidade, a fim de abrigar os moradores do projeto (FRANÇA, 2018).

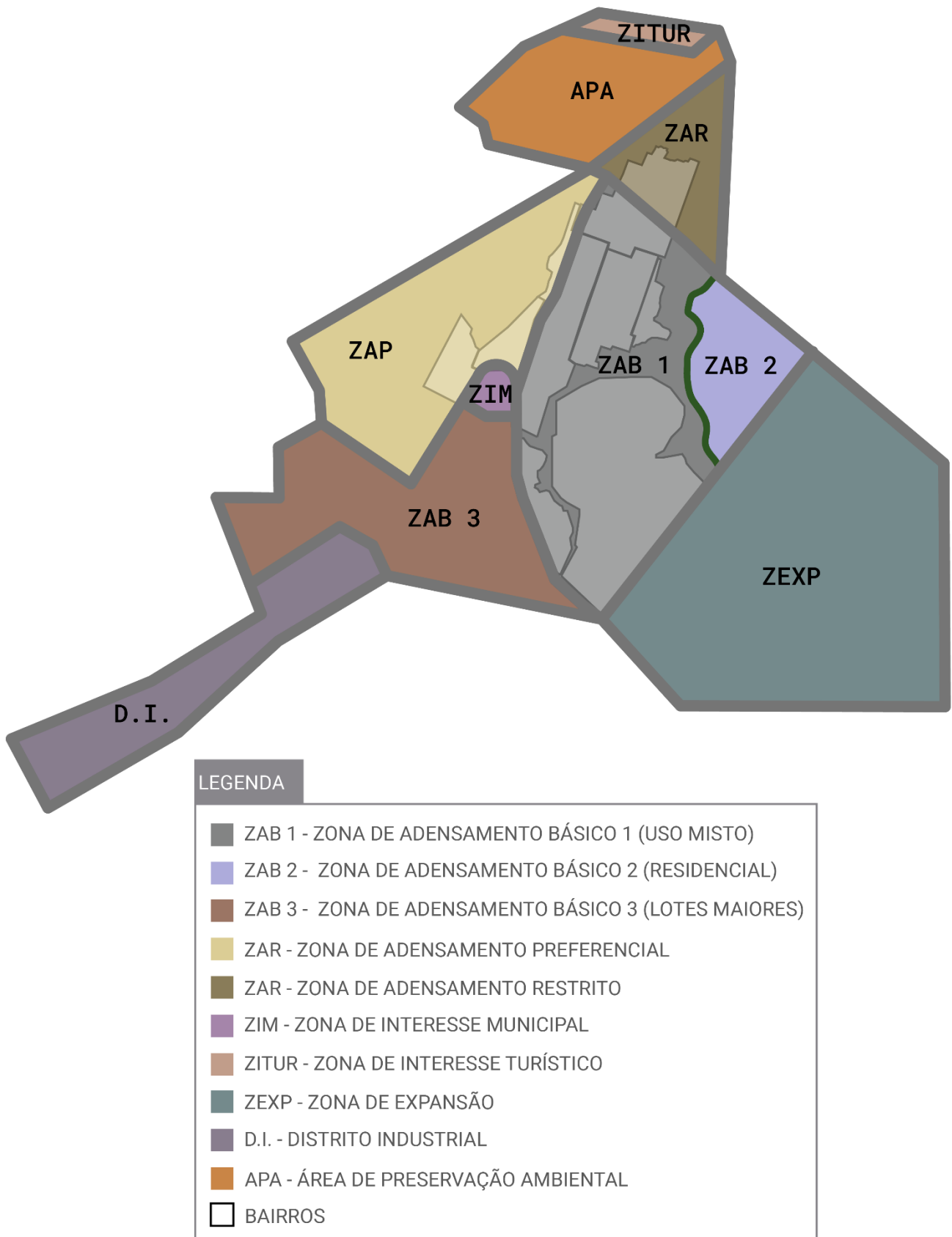
Dessa maneira, o projeto da “Nova Canindé” correspondeu à criação de dois bairros construídos. O Centro recebeu os moradores da “Velha Canindé”, e o Agrovila os agricultores do Projeto Califórnia. Além disso, outros dois bairros foram parcelados, o Torre e o Trevo, com o intuito de receberem novas ocupações a partir do desenvolvimento da cidade, inclusive, a mão-de-obra não especializada envolvida na construção da hidrelétrica. Nessa perspectiva, também foi pensada uma zona de expansão no projeto (FRANÇA, 2018).

O município só foi contar com um plano diretor em 2006, 18 anos depois da Constituição o tornar obrigatório para municípios acima de 20 mil habitantes. O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (PDDS) de Canindé de São Francisco (Lei n.º 06/2006), prevê um macrozoneamento no artigo 45, que só foi regulamentado com a Lei complementar n.º 58/2014 de 2014, onde é possível perceber uma nova localização da zona de expansão, estando a antiga ocupada por mais um bairro, o Olaria, além de outras zonas criadas, como as de adensamento básico (Mapa 2).

Um ano depois, no final de 2007, através da Lei Municipal nº 203/2007 alguns lotes são cadastrados como partes de um conjunto chamado Adelson Gomes Andrade, esta área, ficou considerada como área de interesse social e pertencia ao bairro Agrovila. Mas, somente em 2013 o poder executivo promoveu a identificação e regularização fundiária dos lotes deste conjunto. (FRANÇA, 2018, p. 43).

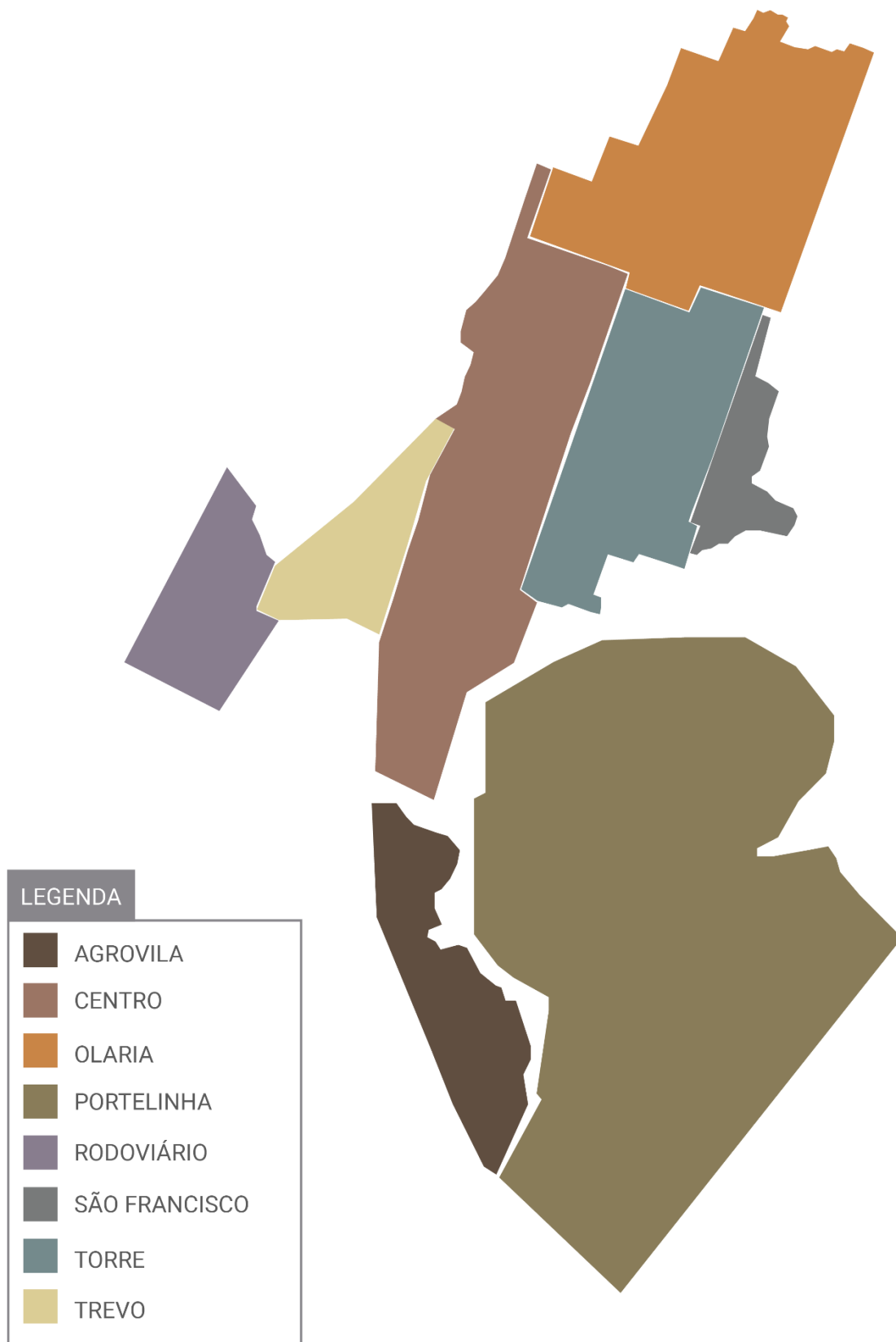
Em 2015, através da Lei n.º 91/2015, o município passou por uma redefinição de seu perímetro urbano e criou três novos bairros, totalizando sete. São eles: Rodoviário, vizinho do bairro Trevo; São Francisco, vizinho ao bairro Torre; e Portelinha, que se refere ao conjunto Adelson Gomes Andrade, até então pertencente ao bairro Agrovila. Sendo assim, essa é a atual configuração territorial da cidade, passados 35 anos que a nova sede do município foi inaugurada (Mapa 3).

MAPA 2: Zoneamento de Canindé de São Francisco



Fonte: Secretaria Municipal de Obras, Planejamento e Serviços Públicos, 2017. Modificado pelo autor.

MAPA 3: Atual divisão dos bairros de Canindé de São Francisco



Fonte: Secretaria Municipal de Obras, Planejamento e Serviços Públicos, 2018. Modificado pelo autor.

3.3. A Canindé do presente

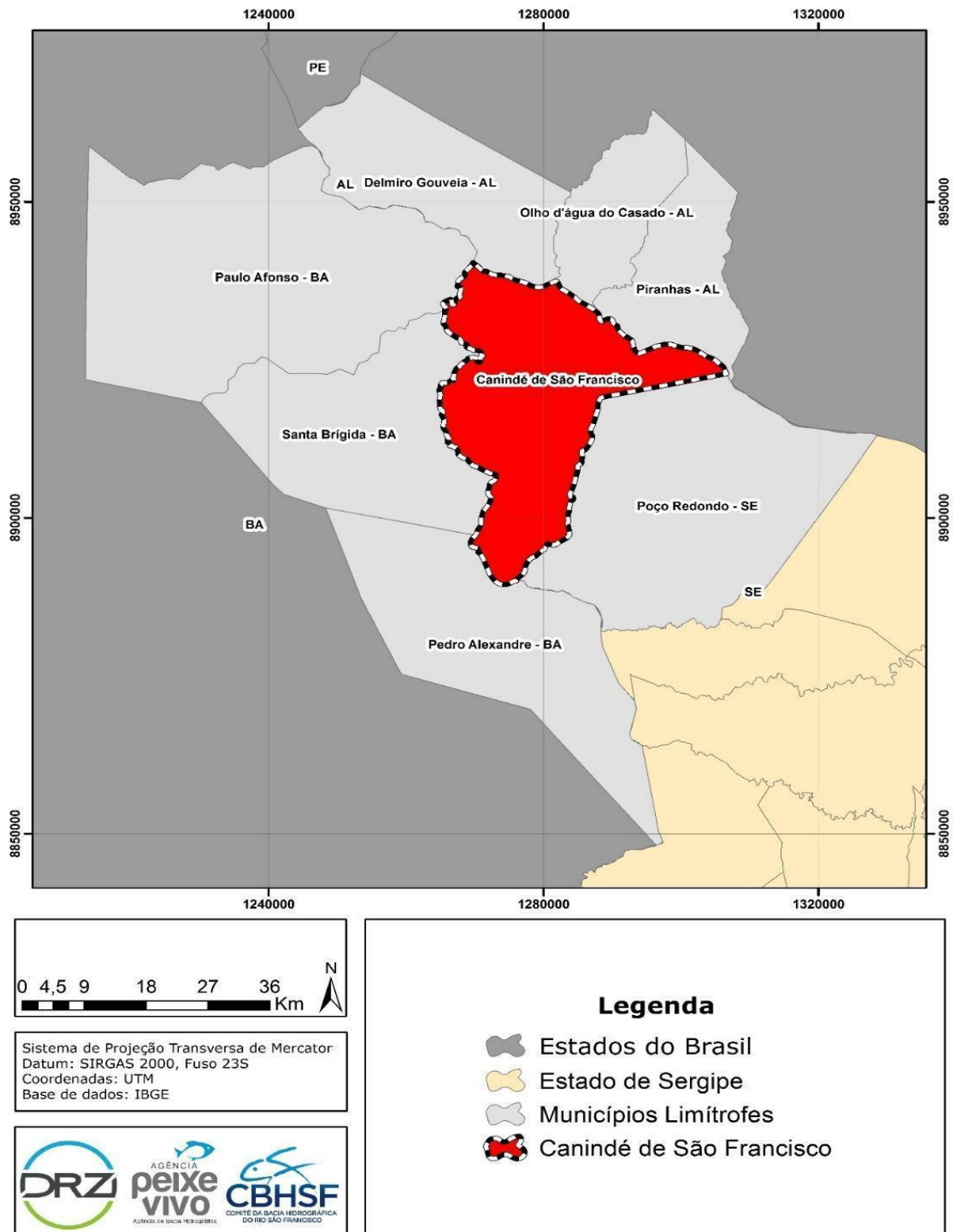
Narrada um pouco da história de Canindé de São Francisco, será abordado agora e estado atual do seu perímetro urbano, juntamente a algumas discussões referentes à produção histórica desse espaço. Assim, existe uma cidade sede de um município localizado na mesorregião sergipana, chamada de Sertão Sergipano, sob clima semiárido, com uma população estimada em 30.894 pessoas (IBGE, 2021), densidade demográfica de 27,36 hab/km² (IBGE, 2010), e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,567 (IDHM) (IBGE, 2010).

É importante frisar que o município está na região hidrográfica do rio São Francisco, chamada de Baixo São Francisco, junto aos municípios da Bahia, Alagoas e Pernambuco (Mapa 4 e 5). A presença histórica do rio é o que fez a cidade ter destaque regional e nacional a partir da sua apropriação para determinados fins. Como exemplos, a Hidrelétrica de Xingó, importante gerador de energia para a região Nordeste⁴⁰, junto a projetos de irrigação para a agricultura que vieram com ela, e os Cânions de Xingó e a “Prainha”⁴¹, que são um dos maiores destinos para o turismo dentro do estado no cenário atual, fazendo parte de um complexo turístico que, ao longo dos anos, se formou às margens do rio, contribuindo com a geração de renda local. Tudo isso torna a cidade um polo regional, juntamente a outras importantes e históricas cidades vizinhas, pertencentes a outros estados, como Paulo Afonso/BA e Piranhas/AL.

⁴⁰ “Na hidrelétrica de Xingó a CHESF produz 25% da energia consumida no Nordeste e o ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços] arrecadado no município de Canindé é a principal receita disponível à administração municipal.” (SOUZA E WANDERLEY, 2006, p. 4).

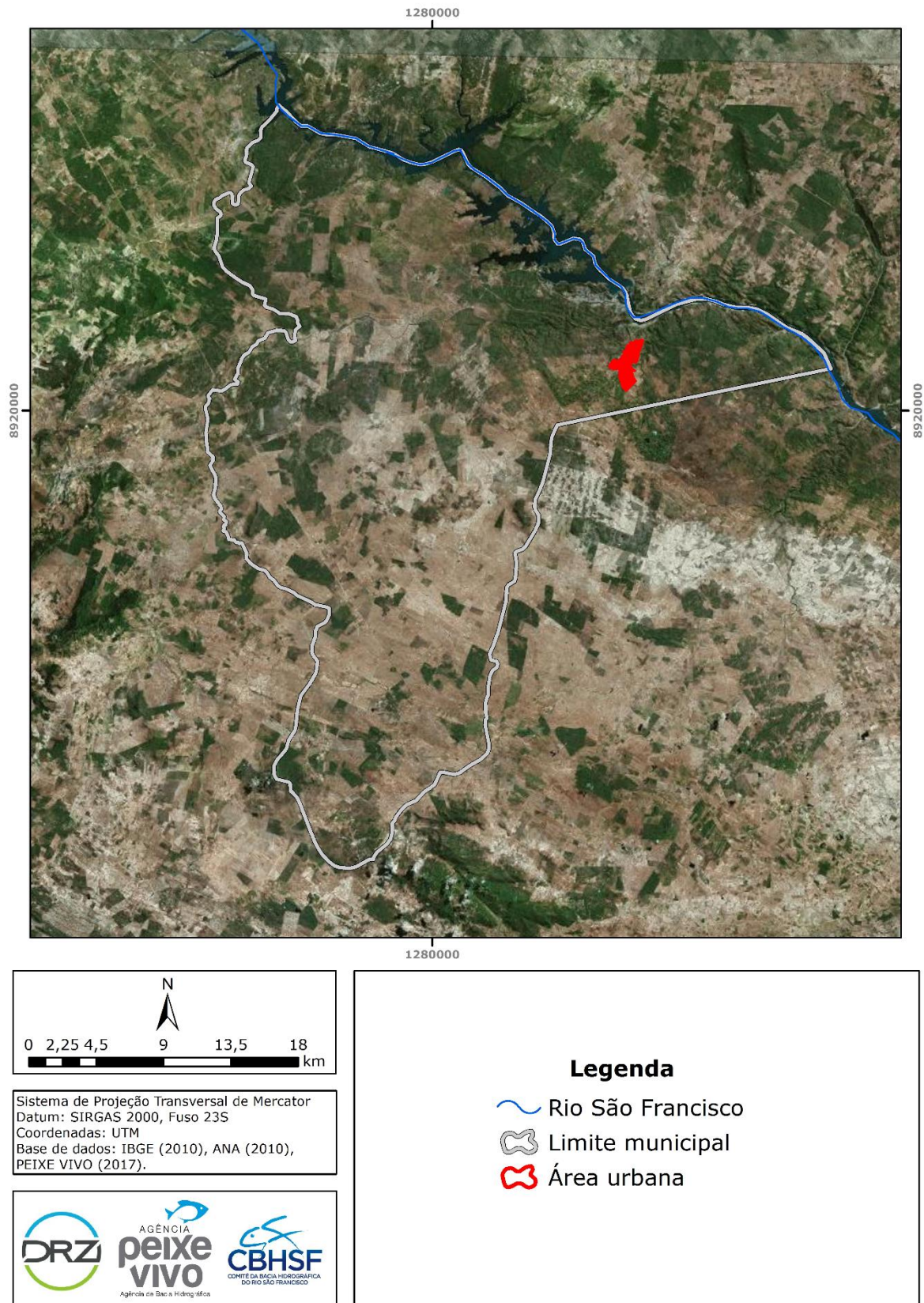
⁴¹ Área turística às margens do São Francisco que possui uma orla com vários bares e restaurantes.

MAPA 4: Municípios limítrofes a Canindé de São Francisco



Fonte: Fonte: DRZ – Geotecnologia e Consultoria, 2017.

MAPA 5: Localização da área urbana de Canindé de São Francisco



Fonte: DRZ – Geotecnologia e Consultoria, 2017. Modificado pelo autor.

O crescimento da sede do município é evidente após as mudanças que decorreram com a transferência dela, a população urbana teve um crescimento de “2.462% ao passar de apenas 363 habitantes, em 1970, para 9.303, em 2000 [...]” (SOUZA E WANDERLEY. 2006, p. 7), chegando a 14.063 em 2010 (IBGE, 2010). Segundo SOUZA E WANDERLEY (2006) a construção dos projetos da usina, a transferência da sede e o projeto de irrigação Califórnia atraiu trabalhadores desempregados, provocando uma onda de imigrantes e ocupações rurais.

No entanto, os indicadores sociais não necessariamente acompanharam o progresso que se projetou e tem se projetado na nova sede municipal. Apesar dos avanços relatados, no que se refere ao IDHM houve evolução, passando de 0,233 em 1991 (IBGE, 1991) para 0,567 em 2010 (IBGE, 2010), porém ainda é baixo, visto que o máximo é 1,0. Enquanto a Renda Domiciliar Per capita é R\$ 238,00 em 2010, segundo o censo IBGE (2010), correspondente a menos da metade do salário mínimo naquele ano, que era R\$ 510,00. Como reflexo, o Índice de Vulnerabilidade Social para a dimensão Renda e Trabalho que traduz o estado de insegurança de renda e ocupação das pessoas do município segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2010 (IPEA apud SUPES/SEPLAG, 2015), está em condição de muito alta vulnerabilidade (0,4-0,5). Já a vulnerabilidade social relacionada à Infraestrutura Urbana referente a ausência de serviços de saneamento básico e à dificuldade de acessibilidade e mobilidade da população ocupada vulnerável, apresenta números melhores e é classificada como baixa (0,2 - 0,3) (IPEA apud SUPES/SEPLAG, 2015).

Quanto a outras condições de habitação, de acordo com o IBGE (2010), o número de domicílios permanentes urbanos é de 3.654, sendo 6.258 no total, onde 6.181 são casas. O material das paredes externas de casas do perímetro urbano é alvenaria com revestimento em 2.864 domicílios, alvenaria sem revestimento em 771 domicílios, e de outro material em 19. A renda mensal domiciliar per capita dos que vivem nesses domicílios permanentes na área urbana era de até 1/4 de salário mínimo⁴² em 1133 deles, e de 1/4 a 1/2 salário mínimo em 1022, correspondendo a mais de 50% da população urbana total (IBGE, 2010).

⁴² O salário mínimo em 2010 correspondia a R\$ 510,00.

Todavia, os dados expostos revelam que grande parte da população canindeense vive na cidade sob ausência de boas condições financeiras. Infelizmente, não foi encontrado dados sobre o déficit habitacional e inadequação de moradias dos municípios que possam evidenciar com mais clareza como a renda baixa influência na condição habitacional dos moradores e, passados mais de 10 anos da realização do último censo IBGE, é importante ressaltar a desatualização desses números.

Porém, é possível afirmar que há uma relação entre a renda e uma situação habitacional precária no município de Canindé. Visto que as políticas públicas brasileiras, desenvolvidas nos últimos anos, não têm refletido em grandes alterações dos dados de déficit e inadequação divulgados recentemente, em 2019, estando estes refletidos onde há menor renda. Somado ao fato que a gestão pública em Canindé não realizou ações em contrapartida à realidade em que é gerida a mesma política habitacional no território nacional. Além disso, a renda domiciliar per capita da população brasileira em 2021 foi a menor desde 2012, uma queda mais intensa entre as classes com menor rendimento e que tem a região Nordeste com a pior média de renda, uma comprovação de como a desigualdade social permanece⁴³.

Essa afirmação pode ser melhor contextualizada de outras formas. Será exposto, inicialmente, a realidade recente do déficit habitacional e de inadequação domiciliar urbana de domicílios em Sergipe, perante à ausência dos dados dos municípios para além da região metropolitana da capital Aracaju.

O déficit habitacional por domicílios particulares permanentes e improvisados em Sergipe está entre 10% e 12% dos domicílios, enquanto 50% dos domicílios se encontram com alguma inadequação (FJP, 2021). Considerando todo o estado, o número total de domicílios do déficit habitacional corresponde a 81.321 unidades habitacionais, sendo 65.971 na zona urbana, já o número de domicílios com alguma inadequação em área urbana é 287.084 unidades habitacionais, podendo alguns apresentarem mais de uma inadequação (Quadro 3). Esse número abrange as condições de moradia das pessoas mais pobres, não só especificamente em

⁴³ Para mais informações: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=O%20rendimento%20m%C3%A9dio%20mensal%20domiciliar,hoje%20\(10\)%20pelo%20IBGE](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=O%20rendimento%20m%C3%A9dio%20mensal%20domiciliar,hoje%20(10)%20pelo%20IBGE). Acesso em: outubro de 2022.

grandes cidades, como a capital Aracaju⁴⁴, mas também em outras regiões do estado nordestino, como a microrregião do Alto Sertão Sergipano, onde fica localizada a cidade de Canindé.

QUADRO 3 - Síntese dos indicadores de déficit habitacional e inadequação domiciliar urbana no estado de Sergipe em 2019			
Déficit habitacional		Inadequação domiciliar urbana	
Componente	Domicílios	Componente	Domicílios
Habitação precária	24.256 (29,8%)	Carências de infraestrutura urbana	258.465
Coabitação	13.700 (16,8%)	Carências edilícias	144.320
Domicílios identificados com ônus excessivo de aluguel urbano	43.365 (53,3%)	Inadequação fundiária urbana	10.035
Total	81.321 (100%)	Total	287.084

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2021. Elaborado pelo autor.

Assim, cabe ressaltar que está sendo tratado aqui uma localidade historicamente desigual que, como evidenciado anteriormente, guarda heranças da distribuição da terra⁴⁵ privilegiada a poucos. Esse fator é inerente à história nacional, desde os princípios da sua expansão territorial com o sistema das capitâneas hereditárias, onde senhores latifundiários detinham a posse de vastas terras, recebidas diretamente do roubo europeu praticado, repassadas por gerações e

⁴⁴ O déficit habitacional da região metropolitana de Aracaju corresponde a 35.564 domicílios (FJP, 2021).

⁴⁵ Cabe acrescentar que a existência de vários assentamentos e acampamentos de reforma agrária do Movimento Sem Terra (MST), no município e vizinho, contribuem para a luta pela terra no estado. “Em Canindé, existem 12 assentamentos de reforma agrária, como Canadá, Cuiabá, Florestan Fernandes, João Pedro Teixeira, Mandacaru, Modelo, Monte Santo, Santa Maria e Santa Rita, e 11 acampamentos. Os assentamentos abrigam 668 famílias e os acampamentos 908, totalizando 1.576 famílias, que cultivam milho e o feijão, algodão, mandioca, melancia, abóbora, feijão de corda, e a palma forrageira.” (SOUZA E WANDERLEY, 2006, p. 14).

construindo o patrimonialismo sob exploração do trabalhador ao passar dos séculos, até hoje não interrompido (URMSCHANN, 1999).

Os traços patrimonialistas respingam de outras formas na perpetuação de estruturas de poder, que culminam na precarização das formas de viver. Exemplo disso são os inúmeros prefeitos eleitos, homens com sobrenomes poderosos, ou apoiados por esses, que se perpetuam no poder, em que defendem os interesses dominantes, como quando decidiram se aliar à expansão do capital industrial e destruir a antiga cidade, desconsideraram leis, ou quando produzem assentamentos precários para a população, numa completa anulação de direitos básicos.

Nesse sentido, a formulação da Constituição brasileira de 1988 e seus desdobramentos em outras leis, como o Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), tem suas contribuições para a área jurídico e administrativa em Canindé, através, principalmente, da criação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (PDDS) (Lei n.º 06/2006) de 2006. Construído tardiamente, ele é extremamente sucinto, generalista e está desatualizado, sendo obrigatório a atualização a cada 10 anos (BRASIL, 2001).

Porém, segundo Souza e Wanderley (2006, p. 5), o PDDS foi

[...] elaborado através de processo participativo de grande mobilização com cartilhas populares, banners, faixas, cartazes, carros de som e rádio local utilizando jingle, 28 urnas em locais estratégicos, seminários e audiências públicas na cidade e nos povoados. Para elaboração do diagnóstico que serviu de base técnica para o Plano Diretor, [...] foram recolhidas informações dos moradores, dados técnicos secundários e dados primários de pesquisa no campo e levantamento das potencialidades dos recursos naturais, da agropecuária, do turismo e do desenvolvimento urbano.

No entanto, é verdade que o PDDS salienta as garantias das funções sociais da propriedade, da cidade, e do município, uma das suas maiores atribuições, se não a maior. Além de conter importantes agentes para a política habitacional no município, como o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Urbano Rural e Ambiental (COHURBA), regulamentado pela Lei n.º 223/2008, um órgão consultivo e fiscal de representação social no processo de planejamento, controle e gestão municipal, incluindo a fiscalização da gestão e aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Urbano, Rural e Ambiental. Porém, ambos não existiam

dentro das gestões públicas da cidade, assim como as instâncias de participação social que pouco são exploradas.

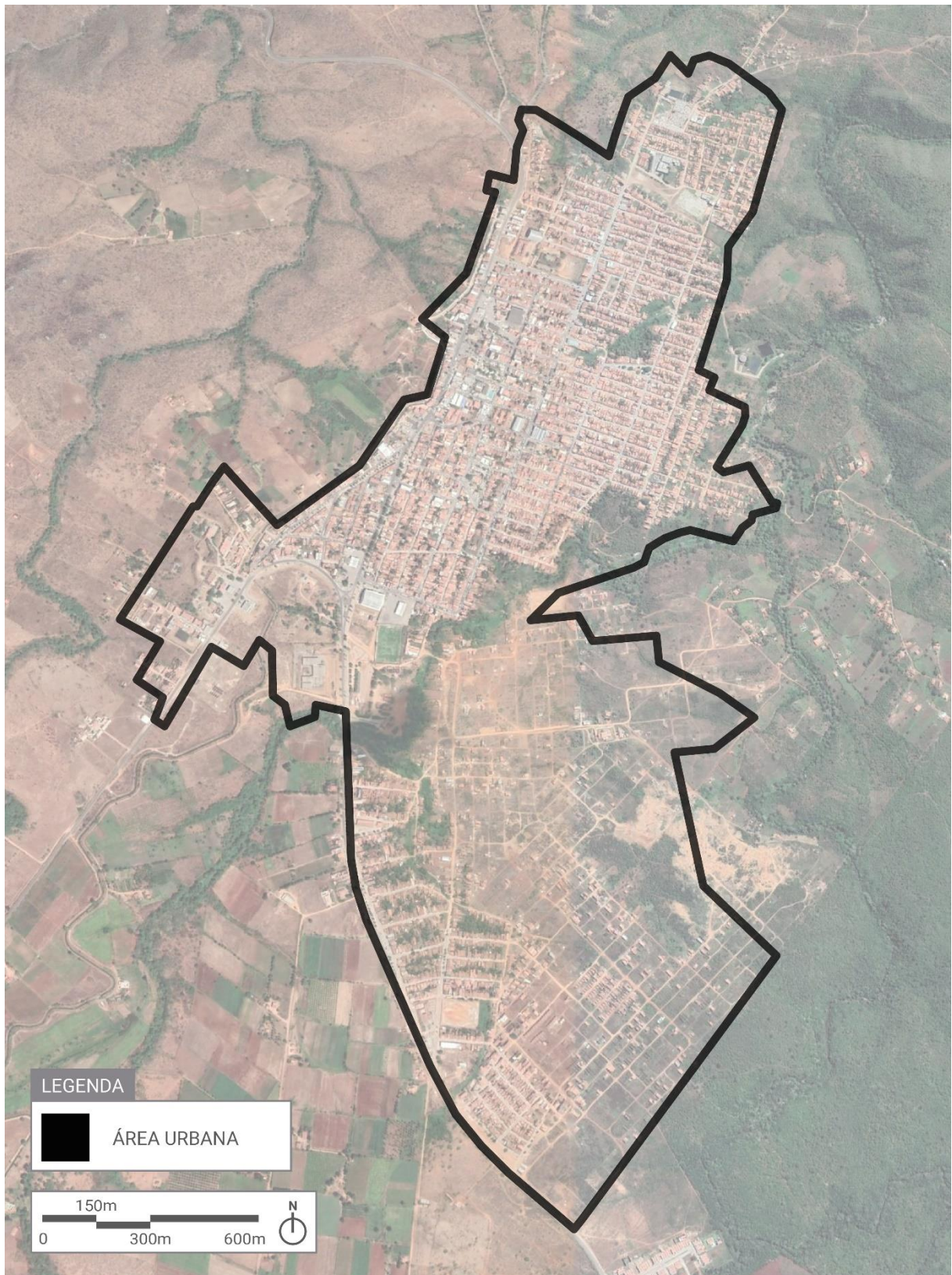
O PDDS prevê, ainda, o detalhamento de políticas setoriais como a Política Habitacional de Interesse Social, num prazo de um ano após a promulgação da lei, assim como a criação de outras leis, dentre elas a Lei de Parcelamento de Uso e Ocupação do Solo, ou a revisão do Código de Urbanismo e Obras (Lei n.º 033/98) de 1998, mas nenhuma dessas ações foram realizadas. A Lei Complementar ao PDDS n.º 58/2014 dispõe sobre o Macrozoneamento Rural e Urbano e foi feita oito anos após o PDDS, mas traz, de maneira incompleta, orientações sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo em cada umas das dez zonas definidas. Também não existem Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), um importante instrumento para regularização fundiária e urbanística, presente em planos diretores, que o Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001) inclui. Dessa forma, a ausência de instrumentos legais para efetivação da função social da cidade por parte do governo municipal, juntamente com a insuficiência dos que existem, compromete a expansão saudável de Canindé, não suprimindo as necessidades da população, reforçando o estado negativo em que se encontra a gestão habitacional.

Nesse viés, dentre as outras formas de agir adotadas pelo poder público municipal, predomina a realização da construção de conjuntos habitacionais com recursos da Caixa Econômica Federal, a maioria nos anos 2000. É importante frisar que em 2010, um ano após a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), a Lei n.º 250/2010 autoriza o poder municipal de Canindé a desenvolver ações para implementar o PMCMV. Em visita a campo nos bairros Torre, Olaria e Portelinha, é possível registrar a presença dessas moradias, todas seguem as tipologias padronizadas predominantes na produção habitacional brasileira e, em alguns casos, são entregues sem infraestrutura básica, ou nem são acabadas, como algumas moradias ocupadas espontaneamente no Portelinha que tiveram sua construção abandonada (Figura 5, 6 e 7).

A população que não é contemplada com alguma habitação ou melhoria da residência que mora, ou seja, a grande maioria, só resta produzir sua moradia através dos recursos obtidos com a venda da sua força de trabalho. Muitas vezes a utilizando diretamente na construção da moradia, assim como predomina nesse país

e se reproduz nos bairros de Canindé. Especialmente no Portelinha, ao sul, e Olaria, ao norte, a autoconstrução vai ditando atualmente a expansão ou adensamento do perímetro urbano em áreas não urbanizadas. A expansão vai se dando dessa forma em meio a condições geográficas limitantes: ao leste, onde estão os bairros Torre e São Francisco, existem assentados declives, e ao norte, onde está o Olaria, o mesmo problema se reproduz, somado às áreas de preservação ambiental vizinhas (Mapa 6).

MAPA 6: Perímetro urbano de Canindé de São Francisco



Fonte: Secretaria Municipal de Obras, Planejamento e Serviços Públicos, 2018; Google Earth, 2022.

Elaborado pelo autor.

Sendo assim, a ausência de uma organização institucional-jurídica, de soluções alternativas efetivas e de amparo à comunidade dos bairros, é evidenciada a partir da situação da cidade, deixando claro que as questões habitacionais, a nível local, não têm sido uma prioridade há muito tempo. Quando alguma coisa é realizada, é feita de forma que mantém a precarização. Tudo isso ajuda a respaldar a existência do déficit habitacional e inadequação de moradias em Canindé. Além disso, é importante mencionar a ausência da participação popular como uma conduta agravante a essa situação, sendo uma prática existente desde a criação da nova cidade.

O estado material, até aqui destrinchado desse espaço urbano, a cidade de Canindé, é resultado de uma construção histórica que continua a ganhar desdobramentos, distanciando a perspectiva de efetivação do direito à cidade. Mas esses desdobramentos, que também se traduzem dentro das contradições da política habitacional canindeense, serão melhor demonstrados no próximo capítulo a partir da abordagem específica da construção da “Nova Canindé” e como se deu a retirada da população que morava na antiga cidade ribeirinha. Somado a isso, será feito a abordagem de como vem se construindo o bairro Portelinha atualmente, criado em conjunto a mais dois, sendo os mais recentes da cidade. Esses estudos de caso visam diagnosticar a produção da moradia, até então predominante em Canindé, respaldando as questões já levantadas até aqui e as ampliando.

FIGURA 5: Casas pré-moldadas no bairro trevo



Fonte: Figura do autor, 2022.

FIGURA 6: Conjunto de casas no bairro Olaria



Fonte: Google maps, 2022.

FIGURA 7: Conjunto de casas no bairro Portelinha



Fonte: Figura do autor, 2022.



VENDE-SE
DOCES E
GELADIMHO

4 DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO HABITACIONAL EM CANINDÉ

Serão apresentados nesse capítulo a metodologia utilizada pelo trabalho, em especial a que se usou para produzir um diagnóstico acerca da política habitacional da cidade de Canindé e seus resultados. A utilização de entrevistas com a população foi o método usado para a realização de dois estudos de caso que não abrangem toda a Canindé, como está formada atualmente, mas permitem que esse diagnóstico tenha respaldo ao resgatar, de maneira histórica, o espaço sendo construído pelo Estado e pela Sociedade, do início da sua formação até os dias atuais. Assim, o primeiro estudo é referente a abordagem do projeto de construção da “Nova Canindé”, e no segundo se trata o bairro Portelinha, ambos serão apresentados na em sequência. Para finalizar o capítulo, como parte do diagnóstico, além das entrevistas, foi elaborada uma avaliação sobre a estrutura institucional e legal do município e sua sede. Na apresentação das informações colhidas por essa pesquisa, gráficos e diagramas sintéticos foram utilizados para facilitar a compreensão e sistematizar os dados e observações diagnósticas.

4.1. Metodologia

Antes do diagnóstico e proposições, cabe explicar como foi construída a metodologia do trabalho, dividida em pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas. A parte da bibliografia e documentos foi imprescindível para o trabalho como um todo, desde a construção do referencial teórico, passando pela abordagem do espaço de Canindé e os estudos de caso a serem feitos nesse capítulo, até a parte final; onde as proposições foram construídas a partir do estudo de referências de políticas públicas na área da habitação e atuações de assessoria técnica. Essa parte da pesquisa teve como fonte meios físicos e virtuais, sejam de bibliotecas ou órgãos públicos.

Assim, dando enfoque a explicação da parte das entrevistas, diante da ausência de dados qualitativos e quantitativos sobre a questão da moradia em Canindé e dos assuntos aos quais esse trabalho aborda, optou-se pela realização de uma pesquisa de campo de caráter exploratório, qualitativo e quantitativo; para isso, foi utilizado entrevistas não estruturadas, semiestruturadas e estruturadas.

As entrevistas se dividem em duas frentes, ambas com foco nos moradores de Canindé. Isso se justifica pela intenção de falar da cidade através das vivências e

das percepções dos habitantes, colocando a sua ótica como central para as abordagens que vão ser realizadas. Assim, os primeiros moradores entrevistados foram aqueles que moravam na antiga cidade e que tiveram suas casas permutadas com o projeto da nova cidade. A segunda frente é composta por moradores do bairro Portelinha.

O processo de levantamento e sistematização dos dados será descrito a seguir, assim como a amostragem deles serão apresentadas mais adiante nesse capítulo. Nessa amostra, foi feita a escolha de utilizar uma escrita que discorra textualmente sobre os resultados, como também os organize ao final do tópico correspondente a cada estudo de caso, de forma que, sintetize em diagramas o que foi mostrado e sejam apontadas as potencialidades ou problemáticas encontradas, a fim de nortear a parte propositiva que será apresentada no capítulo 6.

4.1.1. Levantamento e sistematização dos dados: O projeto da “Nova Canindé”

Para o levantamento de dados acerca de como aconteceu o projeto de mudança e construção de uma “Nova Canindé”, optou-se por obtê-los através de entrevistas com os moradores da antiga cidade, entendendo que eles detêm propriedade para relatar os acontecimentos. Os entrevistados foram escolhidos após o contato com a turismóloga Raquel Santos, residente em Canindé, que selecionou seis pessoas, das quais quatro foram entrevistadas durante o mês de agosto de 2022 (Quadro 4). O perfil dos moradores é composto por pessoas de faixa etária avançada e foi escolhido dar prioridade àquelas com faixa de renda menor, que tivessem a pesca como uma de suas atividades, visto que compõem um grupo diretamente afetado pela construção da usina hidrelétrica, que culminou em suas retiradas do local que moravam.

QUADRO 4 – Moradores da “Canindé Velha” entrevistados	
Nome	Descrição
Moradora 1	Antiga professorara
Morador 2	Antigo pescador
Moradora 3	Antiga pescadora/agricultora
Morador 4	Antigo pescador

Fonte: Elaborado pelo autor (agosto, 2022).

O formato semiestruturado das entrevistas foi escolhido com a intenção de extrair determinadas informações previamente estabelecidas, mas sem restringir os assuntos e a possibilidade de ser perguntado algo a mais⁴⁶. Assim, os entrevistados foram visitados em suas casas, o conteúdo da entrevista e do trabalho foram explicados a cada um e, posteriormente, as perguntas foram realizadas e gravadas, tudo com o consentimento deles. Obtido os dados qualitativos, as gravações foram transcritas⁴⁷.

4.1.2. Levantamento e sistematização dos dados: O bairro Portelinha

Para a abordagem acerca da situação atual do bairro Portelinha, no que se refere às condições habitacionais da população, também se optou pela aplicação de entrevistas com os moradores, a fim de garantir que o trabalho desenvolvido dialogue com as pessoas e suas realidades. Foi estabelecida a aplicação de um formulário estruturado⁴⁸ com perguntas objetivas e subjetivas, pois o foco é extrair aspectos qualitativos e quantitativos, a partir da identificação, no bairro, de um panorama da produção habitacional feita pelo poder público e pela população. Dessa maneira, devido à falta de convivência com as pessoas que moram no Portelinha, a aproximação com elas se deu através de uma das agentes de saúde e moradora do bairro: JS⁴⁹.

⁴⁶ A semiestrutura das entrevistas está no APÊNDICE A.

⁴⁷ As transcrições das entrevistas estão APÊNDICE C.

⁴⁸ A estrutura do formulário está nos apêndices.

⁴⁹ O nome da agente de saúde foi abreviado por questões éticas e segurança.

A partir do contato com a agente, no mês de agosto, foi realizada uma entrevista não estruturada com JS, antes do início da aplicação do formulário aos demais moradores. Seu depoimento foi fundamental para obter uma visão geral sobre a história e situação do bairro. Além disso, ele norteou a metodologia dessa parte do estudo, uma vez que o recorte escolhido de aplicação corresponde a área de trabalho da agente (Mapa 7), pois esse foi o local ao qual se teve acesso ao número de domicílios existentes, sendo fornecidos por SJ. Somado a isso, a área, que possui 149 moradias, tem características do bairro como um todo: conjuntos habitacionais, autoconstrução, ocupações, áreas vazias e ausência de infraestrutura.

A partir do número de moradias e da constatação que o recorte da área de trabalho da agente possui características do bairro, foram realizadas as aplicações do formulário em 53 residências. Essa amostra de entrevistados corresponde as aplicações realizadas durante algumas visitas ao bairro e foi obtida através da disponibilidade, ou acessibilidade, que como o próprio nome denota, abrange a quantidade de pessoas abordadas que se disponibilizaram a responder as perguntas. Esse tipo de amostra é previsto dentro do método de pesquisa *survey*, que geralmente utiliza como instrumento questionários (FREITAS et al., 2000). Durante a aplicação do formulário nas residências, para não haver repetição de opiniões dos moradores, foi utilizado o método da frequência relativa, em que uma entrevista era feita a cada uma ou a cada duas casas, a depender se a área era, mais ou menos, adensada construtivamente.

Os dados foram colhidos por meio da visita a domicílio, em parte com a presença de JS, e tiveram as respostas gravadas no momento da aplicação do formulário como forma de otimizar o tempo. Posteriormente, essas respostas foram passadas para o aplicativo “Formulários” da plataforma Google, que juntou e organizou as informações. Paralelo à aplicação do formulário, foi registrado o local das moradias no aplicativo “GPS Salvar Locais”, de maneira que as informações de localização geraram a elaboração de um mapa para melhor visualização da distribuição das casas na área (Mapa 8).

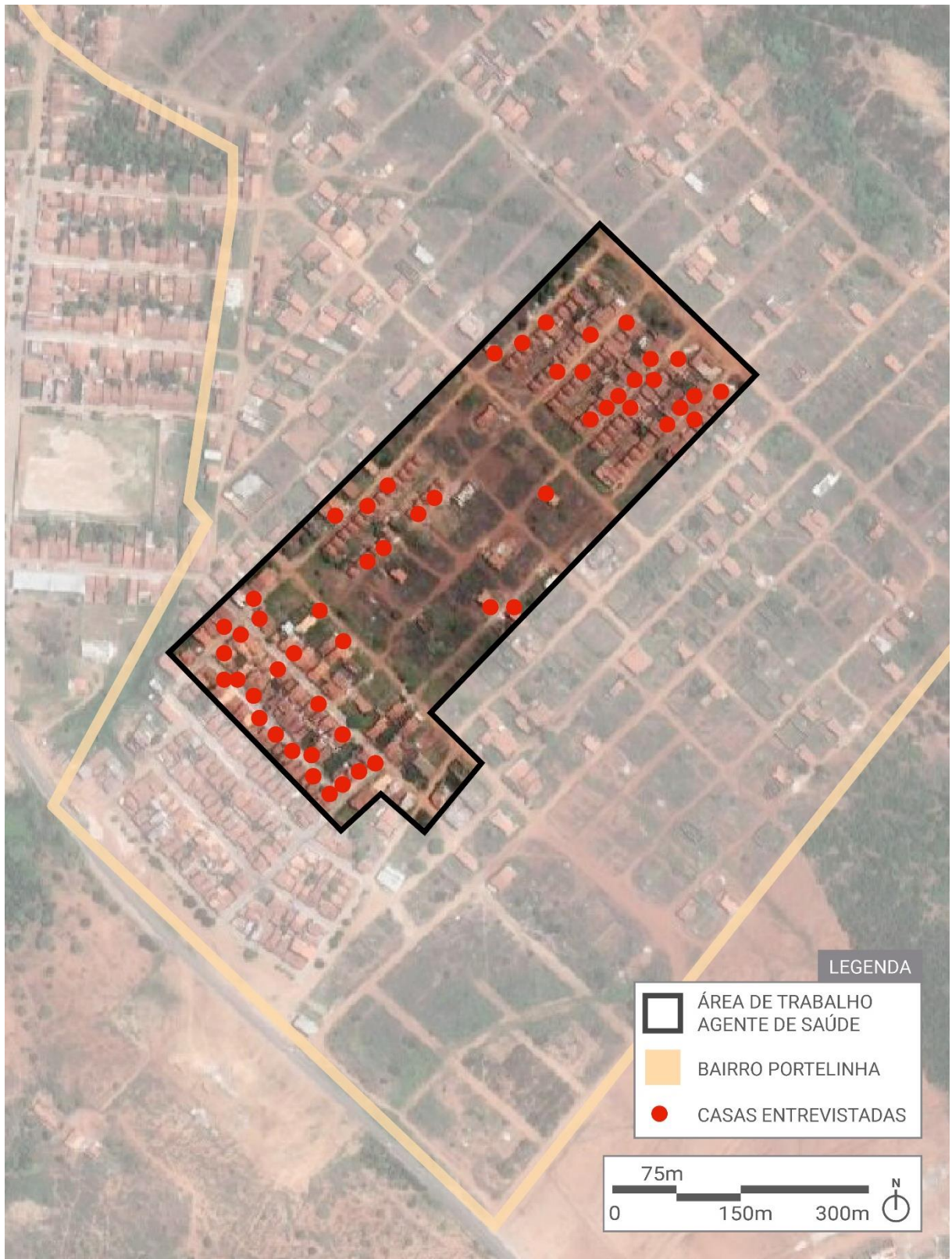
**MAPA 7: Área de trabalho da agente de saúde no bairro
Portelinha**



Fonte: Secretaria Municipal de Obras, Planejamento e Serviços Públicos, 2018; Google Earth, 2022.

Elaborado pelo autor.

MAPA 8: Localização das residências na área aplicação do formulário



Fonte: Secretaria Municipal de Obras, Planejamento e Serviços Públicos, 2018; Google Earth, 2022.
Elaborado pelo autor.

4.2. O fim da “Canindé Velha” e início da “Nova Canindé” segundo os moradores antigos

O primeiro estudo de caso, referente ao projeto da “Nova Canindé” será mostrado usando o relato dos moradores⁵⁰ em dois momentos. Começando pelas experiências acerca da vivência na “Canindé Velha”, incluindo a abordagem de questões como a moradia, fontes de renda e alimentação. Seguido pela abordagem do processo não democrático de retirada das suas casas enfrentado pelos moradores ribeirinhos, em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, que culminou no fim na cidade e na construção de uma nova, onde a adaptação à nova realidade também é pautada.

4.2.1. A Vivência na cidade ribeirinha até a chegada do “progresso”

A Canindé velha era dividida em duas: Rua de Cima e Rua de Baixo (MORADORA 3, 2022). No local que posteriormente foi construído moradias para os trabalhadores da obra da usina hidrelétrica, estava a Rua de Baixo, onde a maioria da população morava à época, enquanto a Rua de Cima detinha menor número de moradores e era caracterizada pela maioria serem pescadores, daí o porquê também de ser chamada de Colônia de Pescadores, lugar onde foi colocada a subestação da usina (MORADORA 1, 2022). As moradias da população eram bem simples, em sua grande maioria, com exceção das famílias que possuíam maior renda, como é o caso da antiga professora, casada com o sobrinho de segundo grau do Coronel Chico Porfírio, e vivia em um casarão de 16 compartimentos. A grande maioria das pessoas morava em casas de taipa⁵¹, como afirma o Morador 2 (2022), um antigo pescador que fazia parte da exceção e possuía casa de Alvenaria. Porém, esse não era o caso da Moradora 3 (2022), que relata o modo tradicional de construção das casas e evidencia o domínio da técnica de construção em taipa dos sertanejos que

⁵⁰ As transcrições são usadas ao longo do texto em citações diretas que foram inseridas de forma literal, ou seja, preserva o vocabulário usado por cada morador entrevistado independentemente de fugirem da norma culta da língua portuguesa.

⁵¹ As casas de taipa, ou parede de barro, é um sistema construtivo antigo e tradicional, onde o barro é colocado em uma malha de madeira e quando seca atinge a resistência necessária para a vedação. Para mais informações: <https://www.archdaily.com.br/br/956411/os-beneficios-da-taipa-em-cinco-casas-brasileiras>. Acesso em: novembro de 2022.

moravam à beira do Velho Chico, assim como a prática dos mutirões durante a construção, um momento de reunião comunitária e celebração.

A casa da minha mãe era de teia e taipa, tinha o barro, aí botava os enchimento e a pessoa bota as vara pra poder tapar. Claro que foi eles que construiu, quando construiu a casa, aí o povo vinha e ajudava uns aos outros a tapar suas casinha, fazia um mutirão de gente, quem tinha condições aí comprava um fato pra fazer buchada, matava um animal, um bode, carneiro, no dia da tapagem. (MORADORA 3, 2022).

No desenvolvimento das formas de sobrevivência, construir suas próprias moradias era só uma delas. Aqueles com menores condições tinham algumas alternativas para gerar renda e se alimentar, uma das principais era a agricultura, seja oferecendo seus serviços aos donos de fazenda, seja plantando ou criando em casa para a própria subsistência, como é abordado pela Moradora 1 (2022), que explica formas de organização do trabalho, pautadas em uma remuneração através de um acordo de partilha, e a necessidade de adaptação imposta pela situação do lugar.

[...] agora de ano e ano tinha direito a partilha, a partilha era que o criatório de gado ou de bode, aí era feito a partilha... se nasceu 5 bodes o morador tinha direito em 2, ou que o dono quisesse dar 3, era partilha. E tinha o leite para se manter, ali fazia coalhada, tinha manteiga, tinha o queijo, e vinha os compradores certo de Delmiro Gouveia e Paulo Afonso pra Piranhas e eles iam pra Piranhas vender. Em Canindé era assim, não tinha feira, mas quem ia pra feira, pessoas que gostava de mexer com uma coisinha outra, ganhar um pouco, né? encomendava, vinha de Propriá bananas, fruta, ali comprava e trazia de canoa pra Canindé, porque a feira era na quarta em Piranhas, na quinta em diante quem não foi pra feira comprava. (MORADORA 1, 2022).

Em tal configuração da cidade, o Rio São Francisco era outra grande fonte de renda e alimentação, por meio da atividade de pesca. O Morador 2 (2022) era um dos maiores pescadores e costumava vender os peixes em seu bar ou doar. Já a Moradora 3 (2022) e o Morador 4 (2022) também ressaltam a fonte de água para consumo e atividades higiênicas, além de ser um espaço de lazer diário. “Nós pescava, tomava banho de rio. Se tivesse umas seis ou oito casa que tivesse um banheiro, era dos mais rico que tinha condições, mais os outros iam pro rio tomar banho, nem tinha banheiro na casa de ninguém, não existia” (MORADORA 3, 2022). Nesse sentido, é demonstrada a forte relação da população com o rio, evidenciando sua importância para a sobrevivência das pessoas, seu entretenimento, além do aspecto negativo das condições sanitárias com o qual conviviam.

Para aprofundar a questão da infraestrutura da cidade, cabe ressaltar que a energia elétrica chegou após Canindé virar cidade, em 1953, já a educação e a saúde tinham dependência parcial ou completa da cidade vizinha, Piranhas/AL. “Quem tinha condições, ia estudar em Propriá ou Paulo Afonso, depois Piranhas, aí ia de lancha, o caba sofria pra peste pra aprender ali” (MORADOR 4, 2022). Porém, apesar das condições precárias, existia escola na cidade. A Moradora 1, uma das professoras, começou a trabalhar em março de 1965, ela diz que aproveitava a proximidade do marido com a política para solicitar doações para a escola (MORADORA 1, 2022). Com relação à saúde, a dependência da cidade vizinha era total, porém, a Moradora 1 (2022) revela que costumava comprar alguns remédios para atender a procura das pessoas: “a pessoa que tinha menos ia na casa de quem tinha melhores condições e pedia emprestado, eu dizia “não precisa”. [...] tinha essa linda união na “Velha Canindé”, lá a gente tinha muita paz”.

4.2.2. A chegada do “progresso” à “Canindé Velha”

A notícia da construção da Usina Hidrelétrica de Xingó começa a chegar na cidade de forma especulativa, devido às ações de pesquisa da Chesf em busca de argila que pudesse ser usada para a construção da barragem. Um processo que iniciou de baixo para cima: “primeiro veio o estudo, a pesquisa, e aí veio a desapropriação. Aí já começou a assustar, né?! Meu marido tinha uma roça de 100 tarefa de palmo, eles apropriaram. E aí o dono não tem direito de dizer eu desaproprio por tanto, é de lá, é a empresa quem decide” (MORADORA 1, 2022). As palavras da Moradora 1 alertam para a pouca abertura de diálogo na negociação de desapropriação das terras. Porém, em reuniões realizadas com os moradores, com a utilização de carro de som anunciando e panfletos, as justificativas de mudança para uma nova cidade eram feitas, visando convencer a população e deixar clara a possibilidade de inundação de toda a área, além das promessas de desenvolvimento para o povo e boa estrutura na nova cidade (MORADORA 1, 2022). Ainda sobre a comunicação com a população acerca do projeto da usina, a Moradora 3 (2022) demonstra outra forma de diálogo adotada com os moradores:

Chegou todo mundo aceitou, eles saíram nas casa perguntando se a pessoa queria que chegasse eletricidade na cidade, aí nos dizia que queria, foi com consentimento de todo mundo, era uma moça e um rapaz ia de porta em

porta perguntando as pessoa se a gente achava bom que tivesse energia, quem é que não queria, né?!

Assim, ficam evidentes os traços de uma mudança no lugar que abrigava mais de 120 domicílios, através de um processo impositivo que, em nenhum momento, se discutiu outra alternativa que não fosse a retirada da população da beira do rio, essa decisão já estava tomada. Somado a isso, mesmo que parte da população tenha concordado em sair, em algum grau convencida ou esperançosa diante das promessas de progresso, é importante frisar que a necessidade dessas pessoas saírem da Canindé Velha não partiu delas.

Diante da falta de alternativas e a consequente ida da população para uma nova cidade, o Morador 4 (2022) questiona: “não tinha outro meio não na época, ‘vai ser mudado’, no fim, no fim ficou lá, os alojamento lá, morando meio mundo de gente, disse que ia encher tudo d’água e nunca encheu... acho que porque não queria a gente lá mesmo, né?!”. Nos alojamento mencionados incluem os condomínios construídos para abrigar os peões⁵², existentes até hoje no local da antiga cidade, assim como há uma comunidade, uma orla com vários quiosques à beira do rio e hotéis. A fala do Morador 4 é contemplada pela sua esposa: “como é que ia ficar lá com meio mundo de peão? não tinha espaço, aí desmancharam a casa da gente pra fazer os condomínio. Quando a obra acabou, saiu tudo, ficou só os condomínio”.

Essa sequência de falas acaba por deslegitimar alguns dos argumentos usados pela Chesf e pelo poder público à época, como a justificativa de destruição da antiga cidade devido ao risco de alagamento, que não deve ser desconsiderado, ou a cidade não ter para onde crescer, como relata alguns entrevistados. Ambos argumentos não são impeditivos para que exista, atualmente, moradias na área para além do perímetro que a Canindé Velha ocupava. Os discursos também deixam claro uma falta de concordância com a forma como os moradores antigos foram retirados.

Nesse viés, ao falar sobre sua vontade de sair do lugar onde morava, o Morador 2 (2022) reforça a discordância com sua retirada do lugar que habitava, ao dizer que “não, tinha saído, não, porque até hoje tá lá ainda. Não tinha atingido nada”. Da mesma forma a Moradora 2 (2022) responde:

⁵² Forma de se referir a mão de obra que trabalhou na construção da hidrelétrica.

Não, tinha, não, saído, porque foi o jeito, todo mundo queria, eu nasci e me criei lá, né? Aí a gente tinha amor, tinha um modo de viver, que a gente pescava e era perto da pescaria, da gente pescar pra comer. Quando é depois, todo mundo falou, depois todo mundo fez casa lá embaixo. Aí eles tiraram a gente de lá e todo mundo reclamou, eu também achei ruim, nós tava lá, porque tiraram a gente de lá? pra que?

A fala da Moradora 3, também exemplifica como na prática essa e outras grandes obras são, historicamente, implementadas de forma que agride a cultura popular, associada à maneira de viver e se reproduzir existente em diferentes comunidades tradicionais⁵³, gerando danos à dimensão humana e ambiental. Assim, a Moradora 3 reforça outras falas que demarcam características da existência de uma vivência comunitária harmônica na antiga cidade, duramente atingida. Junto a isso, deixa claro que a atividade de pesca foi diretamente prejudicada com a construção da barragem e realocação das pessoas, algo reafirmado pelo Morador 4 (2022): “depois da barragem muita espécie... o peixe não desova mais, era pra eles terem deixado um desvio ali na barragem perto da desova do peixe pro peixe descer e subir, aí o peixe vem, chega lá no pé da barragem e fica, volta”. Diante disso, ele afirma que a diversidade de espécies foi destruída, ocasionando a diminuição da frequência da atividade: “[...] diminuiu de mais, acabou mandi, surubim, tubarama, piaba. Aqui não tem 10 pessoa que vive da pescaria, não tem. Eu conheço só um que veve só do rio” (MORADOR 4, 2022). O Morador 4 (2022) conclui que, passando a morar na nova cidade, “teve que trabalhar, só pescar não dava”, se referindo a necessidade de desenvolver outra forma de obter renda.

Cabe ainda ressaltar que, antes de virem morar na nova cidade, alguns moradores resistiram à mudança até onde conseguiram. Guimarães (apud Vieira, 2018) conta que brigou com a Chesf até o último minuto, pois tinha discordância com o local que foi sorteado para ir morar e que viu a cidade ser destruída aos poucos, mas, no final conseguiram que a Chesf cedesse e concebesse um lugar mais ao centro da cidade, onde fosse propício realocar o bar que possuíam.

⁵³ A construção de Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, iniciada na década de 1970, alagou grande parte das terras tradicionais de povos indígenas para fazer a sua barragem, expulsando diversas comunidades indígenas que ali viviam. Para mais informações: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/22/pr-documentario-apresenta-luta-pela-terra-apos-construcao-da-usina-de-itaipu>. Acesso em: novembro de 2022.

Nesse sentido, uma vez que vieram morar, de fato, na “Nova Canindé”, inaugurada em março de 1987, a população, que teve suas casas permutadas por uma nova moradia nos bairros Centro e Torre, precisou se adaptar a uma nova realidade. Nesse ponto, iniciando a partir das impressões dos moradores com relação à casa recebida, a Moradora 1 (2022) salienta, mais uma vez, a discrepância entre algumas propriedades e o que foi recebido: “aí eu perguntei ao engenheiro: e não tem quarto de casal não, é? Onde é que se bota aqui uma cama de casal? porque vocês fizeram cubículo de preso”. Assim como fez uma ressalva sobre algumas terem sido apenas indenizadas e que existiam quatro tipologias habitacionais para a permuta (A, B, C e D).

As tipologias eram sorteadas e iam sendo entregues conforme construídas, enquanto a população apenas tinha conhecimento sobre a planta de cada uma, e o fato de serem entregues com rede de água e energia (MORADORA 1, 2022). O local da moradia era de acordo com o sorteio, as pessoas conheciam a casa quando estava pronta e, em meio a empolgação de morar na nova cidade por parte de algumas delas, “recebia de qualquer jeito que desse” (MORADORA, 2022). O Morador 2 (2022) afirma que não foi indenizado pelo seu bar, mas gostou de ter recebido a casa: “[...] porque eu reformei toda, né?! Recebi a casa, o resto eu construí [...]. Assim como a Moradora 3 (2022): “fiquei muito satisfeita com a casa, porque eu podia pegar uma casa mais pequena, mas eu peguei uma casa com três quarto, sala, outra salinha e uma cozinha”.

É notável que o grau de satisfação com as moradias diverge em alguma medida, da mesma forma acontece com o processo de adaptação da população ribeirinha na nova cidade, onde, apesar discordância sobre precisar sair do lugar que moravam predominar, as pessoas tiveram que se acostumar. No caso da Moradora 3 (2022), ela reforça que gostava mais da Canindé Velha do que da cidade atual e que, se tivesse condições, compraria uma casa em “Canindé de baixo”, pois sente falta, já que “foi onde nasci e me criei” (MORADORA 3, 2022). Enquanto o Morador 4 (2022), sobre sentir alguma falta, diz:

Rapaz, não... De umas coisa a gente se lembra, né? Só do sossego, porque lá o sossego era, se você fosse, por acaso, tomar banho, deixasse o chinelo, um relógio, um negócio, o caba conhecia, “isso aqui é de fulano de tal”, aí ia li entregar, hoje você vai pro rio, se você tirar o chinelo ali e der um mergulho quando você voltar o caba já tem levado. Aí, você chegava a boca da noite, a

gente armava a rede, outros forrava esteira, no verão um calor da gota, e dormia aquele magote de gente, hoje uns vagabundinho quando vê pega...

Mais uma vez, as palavras do Morador 4 reforçam um modo de viver em comunidade que diverge do que passou a existir morando na nova cidade. Porém, aqui, isso agora se dá pela existência da violência urbana, onde o sossego deixou de ser uma característica da forma de morar. A Moradora 1 (2022) também aborda essa questão, ressaltando que houve uma dificuldade de adaptação no início, devido à quantidade de pessoas que o empreendimento atraiu e o aspecto perigoso da nova cidade em seus primeiros anos de vida, um número alto de pessoas que vinha com diferentes intenções: “porque diz assim, uma cidade nova, né?! que tá crescendo, tá uma cidade rica, achava que aqui tinha tudo que viesse procurar, aí chegou muita gente, que chegava era caminhões e mais caminhões, só via passar” (MORADORA 1, 2022). É perceptível, dessa forma, que, além de haver uma transformação completa da realidade de quem vivia na cidade antiga, a construção da hidrelétrica e da nova cidade atraiu uma população com diferentes expectativas e ambições, contribuindo para uma realidade negativa da mesma, algo que contrapõe um desenvolvimento pleno e benéfico que se prometia.

Ademais, outras questões positivas e negativas são apontadas pela esposa do Morador 4 (2022), começando por algumas vantagens que ela atribui morando atualmente em Canindé: “você fazia feira em oito e oito dia, agora falta alguma coisa cê vai ali no mercado... Foi ruim, mas também tem muita coisa boa aqui que não tinha lá, hospital, essas coisas... Tudo vai mudando, né? aí a pessoa vai se adaptando”. A esposa do Morador 4 (2022) ainda resalta o fato das pessoas começarem a pagar pelo abastecimento de água e de esgoto, assim como levanta uma questão sobre a energia gerada em Xingó⁵⁴ não ser destinada aos moradores próximos: “[...] ninguém se lembrou de um detalhe, da água, porque não era pra pagar água aqui, lá a gente pagava energia, mas água não. Tem um lugar aí que eles pagam energia, mas água, não, agora vem até rede de esgoto pra gente pagar... [...] a

⁵⁴ A Usina Hidrelétrica de Xingó é uma das sete mais produtivas do país, sendo responsável por 30% da energia do Nordeste e 10% do país. Para mais informações: <https://infonet.com.br/blogs/hidreletrica-de-xingo-se-al-lazer-e-dose-de-conhecimento/>. Acesso em: agosto de 2022.

energia daqui vem de Paulo Afonso, né daqui não...” (ESPOSA DO MORADOR 4, 2022).

Diante dos relatos, é importante frisar sobre a completa destruição da antiga cidade, de maneira que levou junto a história de um povo. As consequências das ações defendidas em nome do desenvolvimento são desconsideradas sem, ao menos, cogitar-se alternativas de menor impacto social e ambiental, muito menos os desejos da população. Isso está presente durante todo o processo que levou a população a uma nova cidade e após ele. Assim, há de se considerar, também, como na prática não houve o desenvolvimento social defendido, visto que, como já foi abordado no capítulo anterior e continuará sendo no próximo, a população canindeense não habita sob as melhores condições de vida.

A seguir, é apresentado o **Diagrama Síntese I**, um resumo do tópico “O fim da “Canindé Velha” e início da “Nova Canindé” segundo os moradores antigos”, com as considerações diagnosticadas nesse caso estudado. Uma primeira demonstração da forma destrutiva que a cidade é gerida a partir do poder público, negando direitos a população.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Canindé Velha

- População de baixa renda que tinha a agricultura e a pesca como fonte de renda;
- Casas de taipa e modo de construção a partir da prática de mutirões;
- Relação com o Rio São Francisco: fonte de renda, alimentação, necessidades sanitárias e lazer;
- Serviços de educação e saúde precários;
- Vivência comunitária harmônica.

O fim da Canindé Velha

- Construção da Usina Hidrelétrica de Xingó imposta pela Chesf com aval do poder público local;
- Retirada da população apoiada na justificativa de desenvolvimento e desastres ambientais;
- Existência de insatisfação dos moradores em serem retirados e resistência de alguns em saírem;
- Danos ambientais devido à construção da Usina.

A nova cidade e o presente

- Atividade de pesca foi diretamente prejudicada com a construção da barragem e realocação das pessoas;
- Permanência de construções até hoje na área e entorno da antiga cidade;
- Casas permutadas: manifestações de insatisfação e falta de participação popular no processo de construção da cidade;
- Os moradores sentem falta da calma, sossego e tranquilidade da antiga cidade;
- Existência de dificuldade de adaptação devido à nova realidade e convivência com uma população recém chegada na “Nova Canindé”. Relatos de violência;
- Apontamentos positivos sobre viver na nova cidade estão relacionados a condições de saúde e acesso a produtos.

DIAGNÓSTICO

Técnicas tradicionais de construção em comunidade

Ausência de saneamento básico e outros serviços

Destruição dos modos de viver tradicionais por parte do Estado

Ausência de participação popular e negação de direitos

Desenvolvimento predatório e insustentável

4.3. A situação habitacional no bairro Portelinha segundo seus moradores

Antes de mostrar os resultados da pesquisa realizada, será feito um panorama geral do bairro Portelinha, trazendo um resgate histórico e a sua situação atual. Isso será feito, principalmente, a partir do relato de JS, moradora do conjunto desde 2009 e agente de saúde do bairro.

Assim, antes de ser um bairro, a área do Portelinha era a fazenda Califórnia, sendo adquirida pela prefeitura em 1999 para ser construída uma escola agrícola que nunca aconteceu (FRANÇA, 2018). Como já foi dito, ele só vira um bairro em 2015 (Lei n.º 91/2015), de forma que abrange o Conjunto Adelson Gomes de Andrade, fundado em 2007, inicialmente com 50 moradias feitas em sua primeira fase de construção, passando a possuir mais 150 moradias em 2009 (JS, 2022), aqui chamado de Conjunto Adelson Gomes I (Mapa 9). Acerca das construções entregues, JS (2022) deixa claro que apenas as 50 primeiras casas foram entregues completas, com rede de energia, água e esgoto, mas as outras 150 não têm rede de água e esgoto até os dias atuais. Isso aconteceu após o abandono da construtora responsável pelas 50 primeiras casas, que também deveria fazer as outras 150, motivando o envolvimento de outras empresas e ocupações às casas não finalizadas. Então, o prefeito à época, Orlandinho Andrade, diante das ocupações, iniciou o sorteio das casas para os moradores cadastrados e eles ficavam responsáveis por acompanhar o processo de finalização da casa, uma vez que não estava pronta, para então começar a morar (JS, 2022). “Eu fiquei acompanhando a obra da minha casa, quando disse assim, tá pronta, levantou, cobriu, fez o piso, já tá pronta pra entregar? Tá... não tinha energia, não tinha água, não tinha calçamento, não tinha esgoto, e eu peguei a chave da minha casa...” (JS, 2022).

Não era rebocada por dentro não [a casa], só por fora, eles não entregava rebocada por dentro. Só que nisso já tava fazendo o calçamento nas outras ruas, o calçamento chegou aqui em menos de um mês, e a energia chegou também com um mês, e a rede de esgoto veio no ano seguinte, só o que nunca chegou aqui pra nós foi a água, não tem água encanada pela DESO, nem pelo governo federal, estadual nem municipal... (JS, 2022).

O estado precário de algumas moradias entregues revela o descaso do poder público com a população à época da construção e que se estende até hoje, obrigando os moradores a desenvolverem métodos alternativos para o acesso à

água encanada, por exemplo. Inicialmente, a água era puxada através de mangueiras da casa dos vizinhos, posteriormente os moradores descobriram onde passava a rede de abastecimento público, se organizaram para comprar o material necessário e realizaram a sua própria encanação a partir do bairro vizinho, o Agrovila (JS, 2022). JS (2022) ainda relata que, cada vez mais, outros moradores do bairro se somaram a essa gambiarra, influenciando na dificuldade de a água chegar em determinadas casas durante alguns dias e ainda acrescenta a insatisfação em só possuir acesso nessas condições, afirmando como o poder público trata com descaso a situação, mesmo após reivindicações populares:

No início os moradores se reuniram e foram até a DESO [Companhia de Saneamento de Sergipe], sempre a gente falou o seguinte, nós não queremos tá fazendo gambiarra, eu prefiro pagar todo mês e eu ter minha água em casa. Então a gente foi, procurou a secretaria de obra na época, que era responsável pela obra, sobre a água, “não, não é a prefeitura responsável, é a DESO”, aí a DESO: “é o prefeito”. E ficou jogando, e nisso, você faça a conta, 2009 pra 2022? Quantos anos se passaram? (JS, 2022).

Somado a isso, é importante acrescentar que a situação de posse dos moradores do conjunto não está efetivada: “[...] em 2011 me chamaram pra assinar o documento da minha casa no cartório, eu fui no cartório assinei o documento, a prefeitura assinou, e aí você diz assim [...], onde é que tá o documento da sua casa? nunca me entregaram” (JS, 2022).

Outras fases de construções habitacionais como parte da expansão do conjunto, aqui chamado de Conjunto Adelson Gomes II (Mapa 9), aconteceram em 2010, através da doação de 60 casas, e 2015 (JS, 2022). Em ambos, as condições de saneamento básico são as mesmas e as ruas não possuem pavimentação (Figura 8 e 9). Nessa fase de 2015, as coisas se agravam, pois as casas não foram finalizadas e distribuídas oficialmente, as obras foram paralisadas e as famílias ocuparam as moradias sem portas e sanitários. Algo que se perpetua até hoje e foi completamente ignorado pelas três diferentes gestões que estiveram no executivo municipal desde 2015. JS (2022) diz que as pessoas têm medo de sair e perder a casa, e que já viu engenheiro fazendo visita e assistente social coletando cadastro.

Durante a realização da pesquisa, um dos moradores, que reside em uma casa ocupada, relatou que em outro momento houve ordem de despejo da prefeitura executada pela polícia, mas as pessoas voltaram a ocupar. JS (2022) ainda

acrescenta que a situação está na justiça, e que “no tempo da campanha, candidatos pra ganhar, mandou o povo invadir, garantindo o povo que eles iam ficar empossados”.

Ademais, JS (2022) relata como existem outras áreas no bairro com construções “desorientadas”, onde as pessoas invadem e constroem moradias, algumas delas em áreas de risco ambiental, como em volta do riacho que passa pelo bairro, ou áreas privadas (Mapa 9). A presença dessas construções em volta do riacho também provoca áreas de alagamento devido a aterros realizados, por vezes impedindo diretamente o córrego da água (JS, 2022). Devido à falta de nome das ruas, ela costuma denominar, de maneira própria, algumas áreas do bairro quando está colhendo os dados para seu trabalho de agente de saúde, como quando se referiu às já apresentadas ou quando citou outra, chamando de “sem teto”, “porque esse pessoal eles se reuniam pra ter seu próprio terreno, então começaram a acampar aqui, aí a prefeitura foi e decidiu dar o terreno pra eles” (JS, 2022).

Como demonstrado pela a agente comunitária, o processo de ocupação do Portelinha emerge de nenhum planejamento ou oferecimento de infraestrutura aos moradores. Nesse ponto, as ações do poder público local contribuem diretamente com o péssimo estado habitacional no bairro, seja ao ofertar de maneira problemática as moradias, ou não sendo capaz de atender às demandas habitacionais de forma ampla, influenciado uma ocupação do bairro sem qualquer preparo, algo que será melhor demonstrado a partir da pesquisa apresentada a seguir, como forma de oferecer um diagnóstico mais aprofundado acerca das questões da moradia nesse local.

FIGURA 8: Ruas sem pavimentação no Conjunto Adelson Gomes II



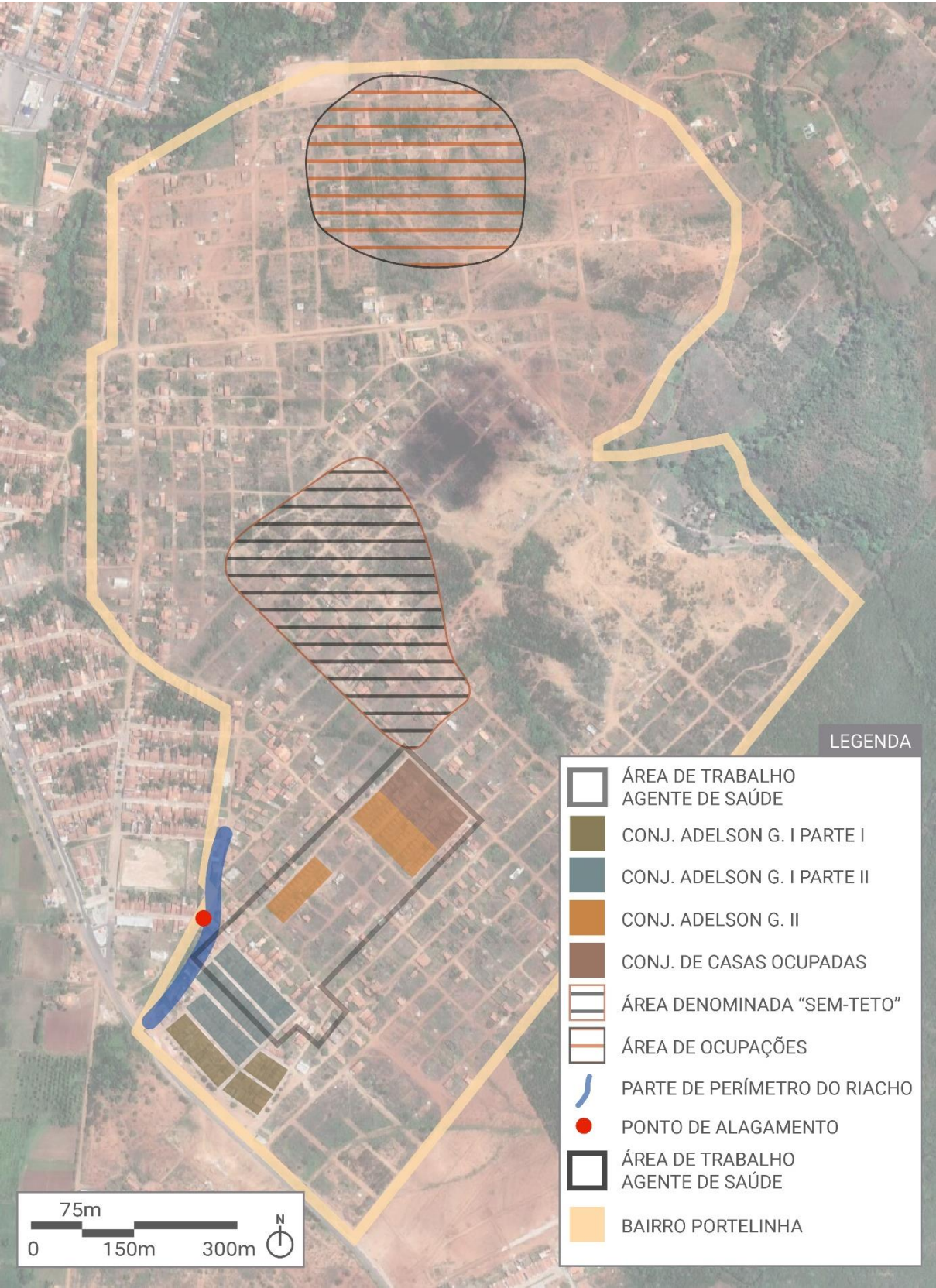
Fonte: Figura do autor, 2022.

FIGURA 9: Ruas sem pavimentação no Conjunto Adelson Gomes II



Fonte: Figura do autor, 2022.

MAPA 9: Situação habitacional do bairro Portelinha a partir de JS (2022)



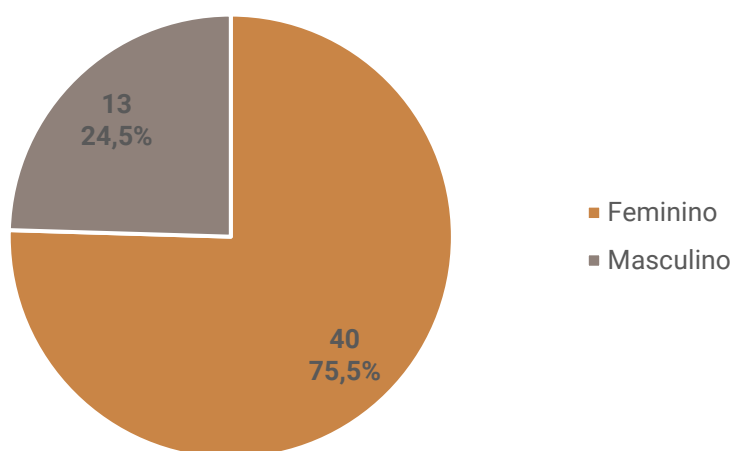
Fonte: Google Earth, 2022. Elaborado pelo autor.

As respostas dadas ao formulário elaborado foram sistematizadas e organizadas nos seguintes tópicos: sexo, renda, situação da moradia, infraestrutura, auxílio técnico, e participação popular. Porém, a situação da moradia foi recortada em mais dois tópicos: recorte de casas adquiridas pelo poder público e recorte de casas autoconstruídas. Os resultados estão em forma de gráfico pizza e exprimem a situação problemática das moradias no bairro, iniciada por JS. Sendo a presença do déficit habitacional quantitativo e qualitativo, ao qual o poder público é conivente, juntamente a inexistência de auxílio técnico e participação popular, algumas das maiores problemáticas.

4.3.1. Sexo

Os moradores do bairro Portelinha que responderam ao formulário são em sua maioria pertencentes ao sexo feminino (75,5%) (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 – Sexo

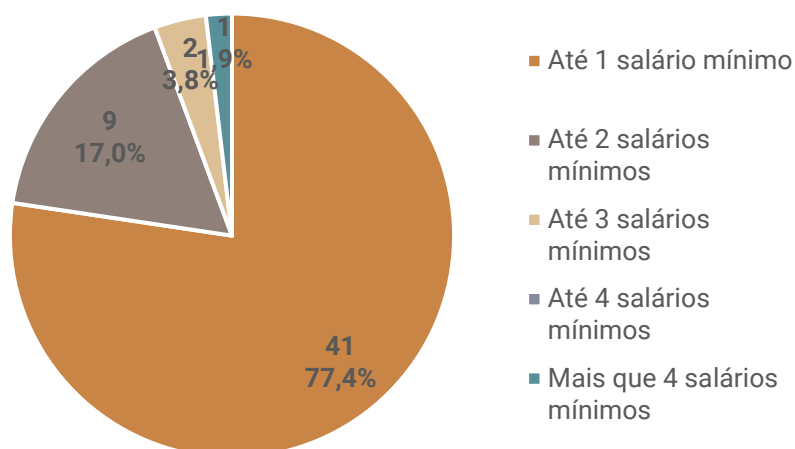


Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3.2. Renda

No bairro, os dados colhidos sobre renda se referem à família e não a um membro dela. 77,4% respondeu que vive com até 1 salário mínimo⁵⁵, incluindo o recebimento de auxílios do governo, um dado que demonstra o baixo poder aquisitivo da população, visto que mais de 50% das residências tem 3 ou mais moradores (Gráfico 2).

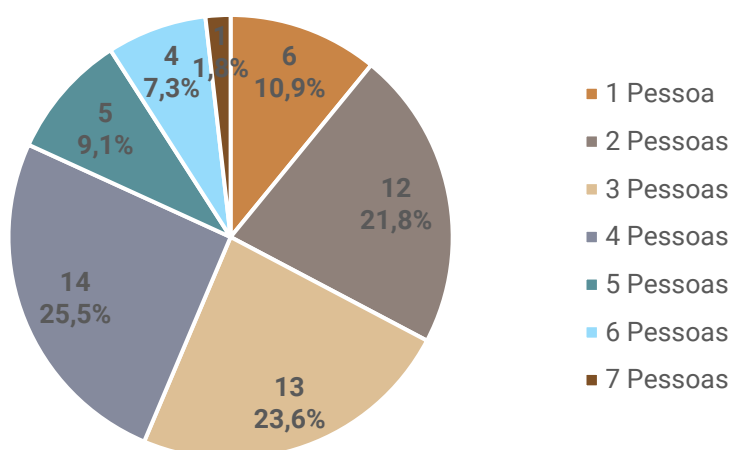
⁵⁵ O salário mínimo no Brasil em 2022 é R\$ 1.212,00.

GRÁFICO 2 – Renda

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3.3. Situação da moradia

Acerca das moradias e sua situação, inicia-se falando do número de moradores, onde a maioria das casas tem 4, 3, ou 2 pessoas, respectivamente, podendo chegar até a 7 moradores, mas em menor escala (Gráfico 3).

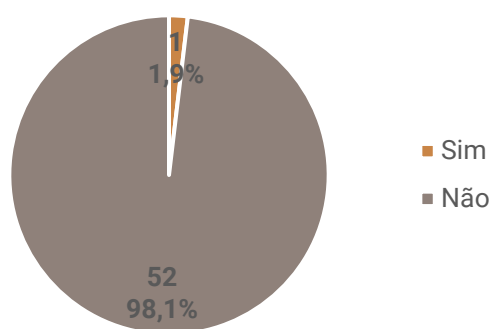
GRÁFICO 3 – Número de moradores

Fonte: Elaborado pelo autor.

Não foi identificado um número considerável de moradias que possuam mais de um núcleo familiar e se enquadrem dentro do componente de coabitação do déficit habitacional. Porém, a existência, mesmo que de apenas uma, ressalta que

existe (Gráfico 4). Como critério para a classificação em coabitação foi levado em consideração a existência de mais de um núcleo familiar na mesma moradia que não compartilham da mesma renda e/ou exista algum dos núcleos familiares morando em um cômodo da casa, critério que a FJP (2021) estabelece para o seu cálculo.

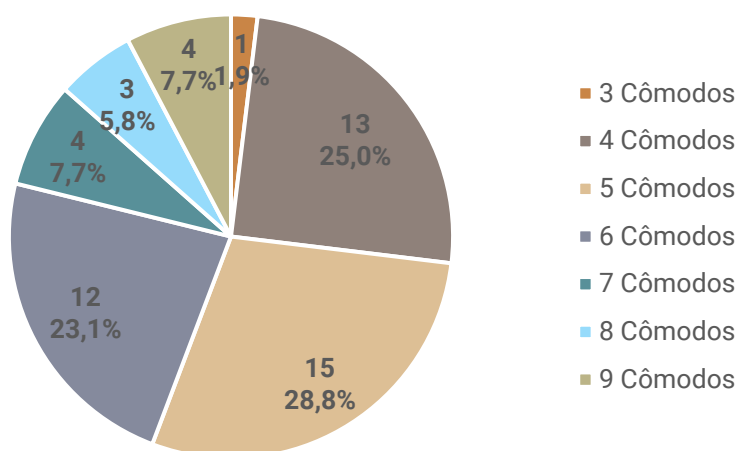
GRÁFICO 4 – Existência de mais de um núcleo familiar



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao número de cômodos das residências, há uma predominância de 4, 5 e 6 cômodos, em que banheiro, cozinha, quarto e sala aparecem em todas as residências. A cozinha aparece compartilhada com a sala em 9 casas e todas possuem banheiro (Gráfico 5).

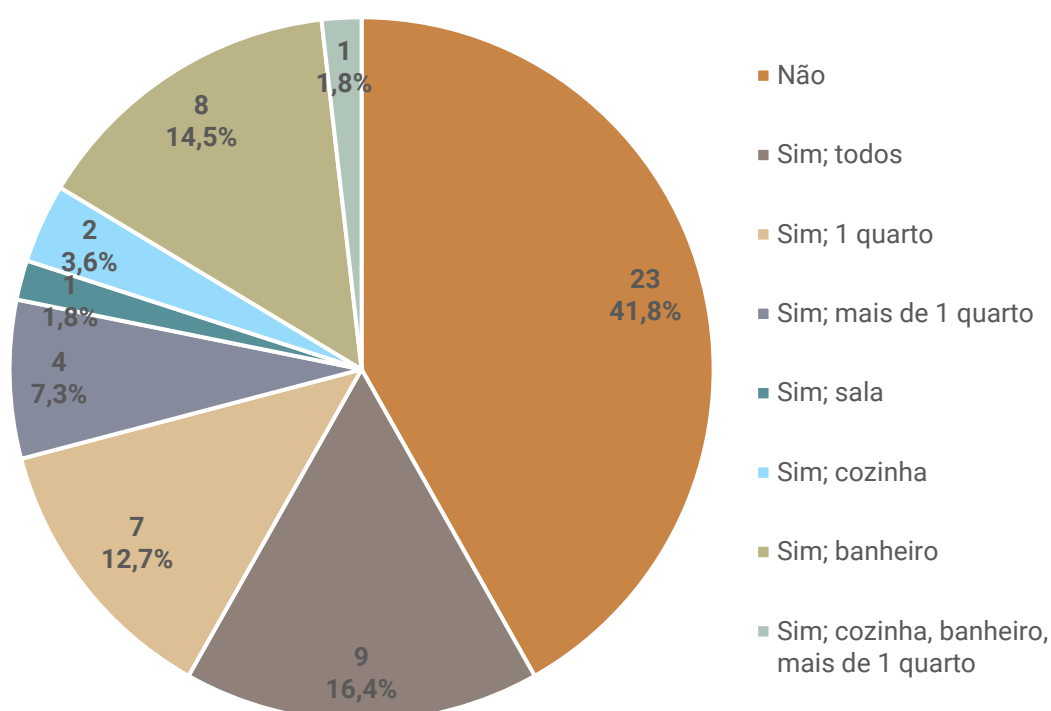
GRÁFICO 5 – Número de cômodos por moradia



Fonte: Elaborado pelo autor.

Mais da metade das pessoas que responderam o formulário afirma que existem cômodos que excedem o limite de acomodação confortável, a palavra “apertados” também foi usada como sinônimo para a pergunta. 16,4% afirmam que todos os cômodos são apertados. O cômodo quarto é o mais citado, seguido de banheiro e cozinha, respectivamente (Gráfico 6). Apesar do cálculo da FJP não usar de maneira explícita esse critério em seus dados, deve ser levado em consideração cômodos desconfortáveis para seus moradores como um traço de precariedade da moradia, que deveria ser encaixado, ao menos, dentro do déficit habitacional qualitativo.

GRÁFICO 6 – Existência de cômodos que excedem o limite confortável

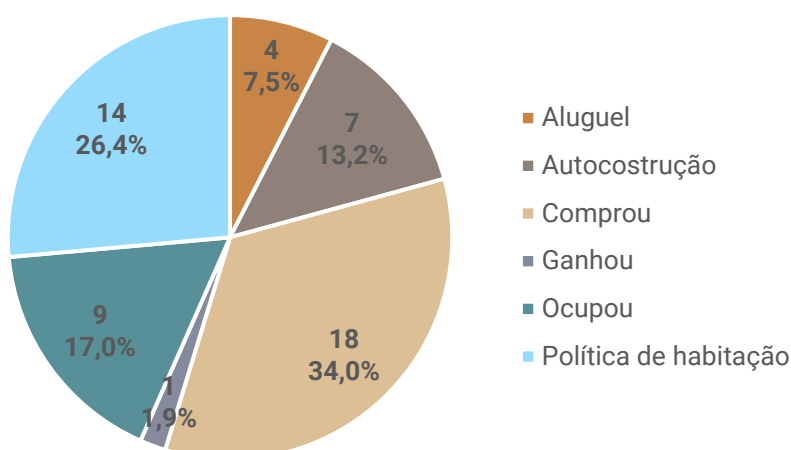


Fonte: Elaborado pelo autor.

A forma de acesso à moradia revela várias questões sobre o bairro (Gráfico 7). Os dados mostram que a autoconstrução (13,2%), como já falado, é uma característica dele, assim como as casas derivadas de uma política de habitação (26,4%). No que se refere à percentagem de ocupações (17,0%), ela engloba as

casas não finalizadas pela política de habitação e ocupadas pela população, estando separadas por possuir essa condição de exceção. Também há 34,0% das casas que foram compradas, sendo a maioria na amostra colhida. Esses quesitos de autoconstrução, política de habitação e comprou ou ganhou, serão melhor destrinchados à frente. Outro dado importante é que 7,5% das casas são alugadas e não foi perguntado quanto da renda domiciliar se destina ao aluguel de maneira que pudesse ser encaixado no componente de ônus excessivo com aluguel do déficit habitacional feito pela FJP⁵⁶. Porém, denota-se a existência dessa condição, que deve ser considerada, já que, as pessoas que responderam o formulário, em sua maioria, possuem baixa renda, além da possibilidade de quererem possuir a casa própria.

GRÁFICO 7 – Como teve acesso a moradia



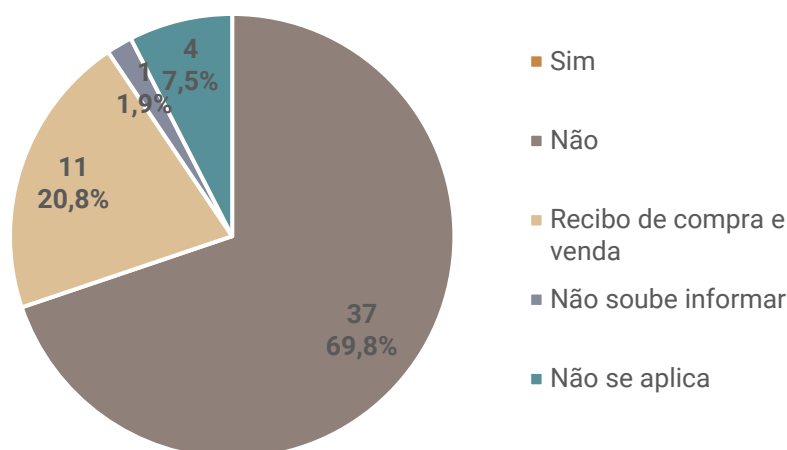
Fonte: Elaborado pelo autor.

A pergunta sobre a existência de algum documento que comprove a posse ou propriedade da moradia registrou apenas recibos de compra e venda (Gráfico 8), quando existia algum documento do imóvel, seja a casa ou o terreno. Esse documento é um contrato para obrigar que o acordo seja cumprido entre as partes, mas não funciona como registro de propriedade. A existência de escritura, documento que valida a transferência do imóvel no Cartório, mas não transfere

⁵⁶ Para o cálculo do componente de ônus excessivo com aluguel urbano do déficit habitacional feito pela FJP, é considerado que mais de 30% da renda domiciliar esteja comprometida com o aluguel (FJP, 2022).

oficialmente a propriedade para uma pessoa, também não foi mencionada. Essa falta parcial ou completa dos documentos reforça a inexistência de regularização dos imóveis no bairro, já que não há presença de registro das casas em Cartório, ou ele não foi entregue, um problema comum dos imóveis brasileiros que é considerado na inadequação de domicílios urbanos da FJP, dentro do componente inadequação fundiária. É importante salientar que a pergunta não foi considerada para as casas alugadas, por serem pertencentes a terceiros.

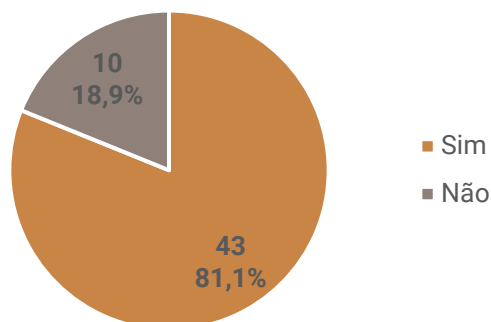
GRÁFICO 8 – Existência de documento que assegure a posse ou propriedade



Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre a necessidade de melhorias na casa, 81,1% do público entrevistado afirma que deseja fazer alguma mudança na residência (Gráfico 9), demonstrando uma demanda que se reflete quando perguntados sobre a existência de cômodos desconfortáveis. Dentre as mudanças, é citada a ampliação, construção ou finalização de cômodos como quarto, banheiro, cozinha, incluindo colocar revestimento, fazer forro e rebocar. Além disso, “aumentar o ponto” é um desejo muito falado, que se refere à aumentar a altura das paredes e, conseqüentemente, da cobertura, uma medida importante para melhorar a sensação térmica. Diante desses dados, é importante ressaltar a falta de renda e de auxílio técnico de forma gratuita, como alguns contribuidores para a situação das moradias.

GRÁFICO 9 – Necessidade de melhorias



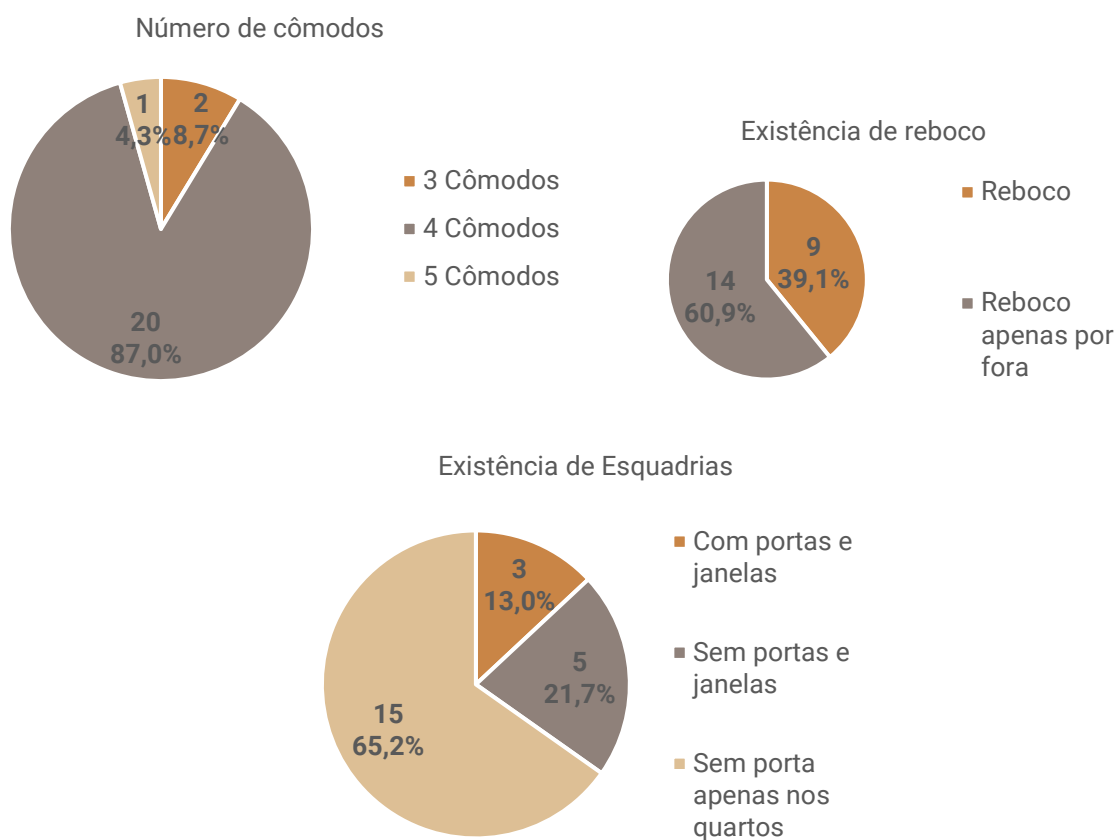
Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3.4. Situação da moradia: recorte de casas adquiridas pelo poder público

Após a pergunta que identifica como a pessoa teve acesso à moradia, quem respondeu política de habitação foi abordado com outras perguntas, que têm a intenção de identificar como era a habitação entregue. A proposta é trazer um panorama maior da produção habitacional do poder público, tão presente no bairro. É importante ressaltar que essa parte do formulário incluiu as casas ocupadas não finalizadas pela política de habitação, totalizando 23 moradias para a amostra. Começando pelo número de cômodos, 87% das casas foram entregues com 4 cômodos: 1 banheiro, 1 cozinha/sala e 2 quartos. 8,7% foram entregues com 3 cômodos: 1 banheiro, 1 cozinha/sala e 1 quarto. 4,3% foram entregues com 5 cômodos: 1 banheiro, 1 cozinha, 1 sala e 2 quartos (Gráfico 10).

Quanto ao fato de terem sido entregues rebocadas, apenas 39,1% obedeciam a esse critério (casas invadidas), enquanto 60,9% dos moradores receberam suas casas sem reboco na parte interna (Gráfico 10). No que se refere à existência de esquadrias, apenas 13% foi entregue com portas e janelas; 21,7% sem portas e janelas; e 65,2% com portas apenas nos quartos (Gráfico 10). Também houve relato de portas estragadas, ausência de cerâmica e, no caso das ocupações, ausência de vaso sanitário.

GRÁFICO 10 – Número de cômodos, existência de reboco e esquadrias



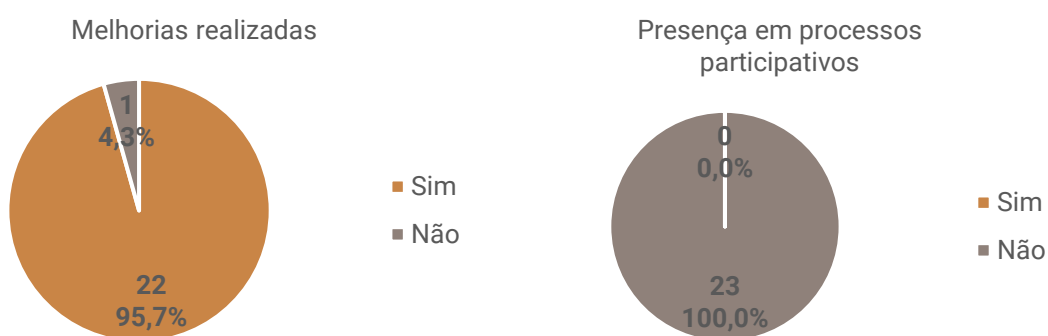
Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi perguntado se houve alguma melhoria na habitação após começar a morar, 95,7% das pessoas afirmaram que “sim” (Gráfico 11). Algumas melhorias citadas se referem à colocação de portas e janelas, colocação de vaso sanitário, reboco, instalações elétricas, colocação de cerâmica e ampliação e construção de cômodos, como quarto, banheiro e cozinha. Nesse ponto, fica clara a ação dos moradores em finalizarem as casas ou adaptarem de acordo com suas necessidades e particularidades, uma característica das moradias predominantemente construídas pelo poder público, após serem apropriadas pela população que recebeu.

Somado a isso, os resultados do pós ocupação das famílias dialoga com a falta de participação popular expressada em outra pergunta acerca da presença das pessoas em algum processo de planejamento, debate ou decisão sobre a sua

moradia ou melhoria para o bairro, que será mostrada à frente. Porém, quando se faz um recorte das respostas a essa pergunta, por parte das 23 moradias aqui destrinchadas, 100% responderam que não participaram (Gráfico 11). Sendo assim, o processo de construção desses conjuntos em Canindé evidencia como as casas feitas pela política habitação no bairro, também em diálogo com a política habitacional predominante do país ao longo da história, não incluíram, no processo de construção e doação, a participação das pessoas em etapas de idealização das moradias, por exemplo. O resultado é a insatisfação das famílias com as casas ganhas, uma vez que acabam realizando ações de melhoria ou até a venda do imóvel.

GRÁFICO 11 – Melhorias realizadas e presença em processos participativos

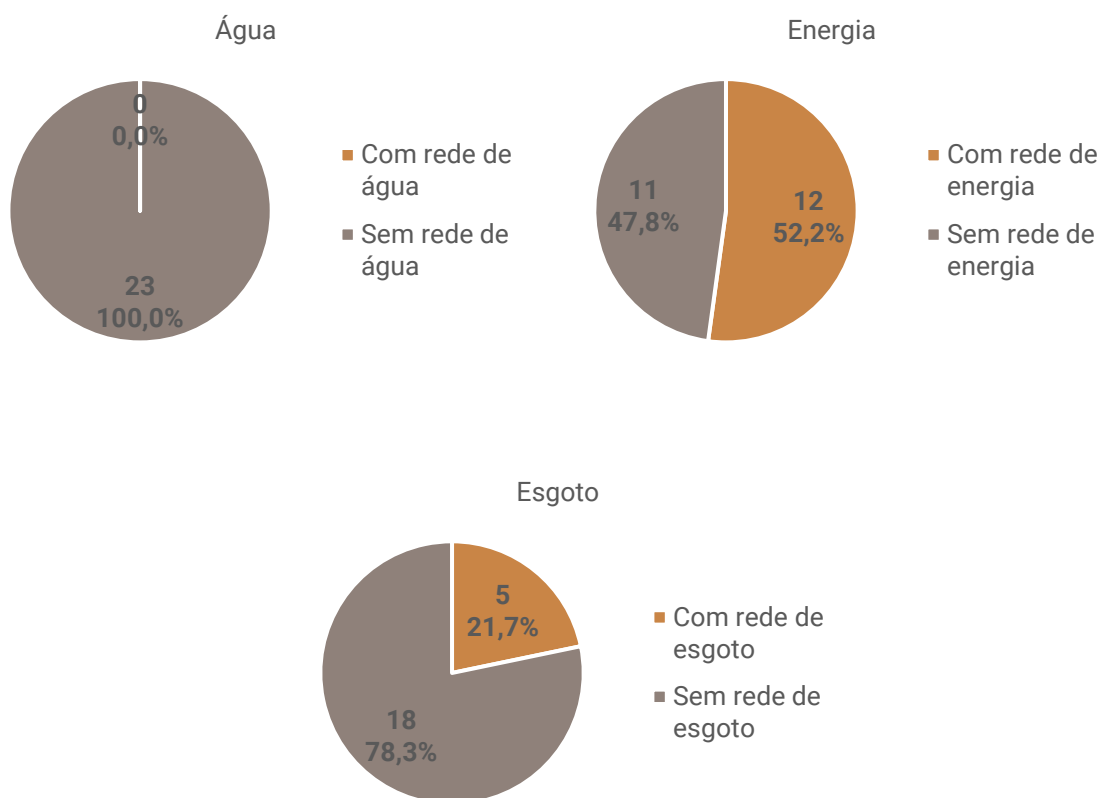


Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação à infraestrutura urbana, o abastecimento de água não chegou até o presente para esses moradores que receberam as casas. A energia elétrica não foi colocada em 47,8% das casas, principalmente nas casas ocupadas sem estarem terminadas (Gráfico 12). Quanto à rede de esgoto, 21,7% responderam que a casa foi entregue com a rede, mas há reclamações pelo fato de grupos de moradores terem dividido uma mesma fossa nesse sistema hidrossanitário implantado; 78,3% das respostas afirmam não ter sido feita rede de esgoto (Gráfico 12). Os dados expõem, mais uma vez, o descaso e insuficiência da política habitacional realizada, em que o poder público se coloca diretamente como um agente de geração do déficit

habitacional qualitativo ao entregar moradias enquadradas dentro do componente carências de infraestrutura urbana.

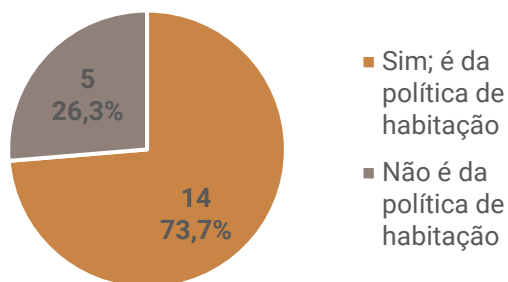
GRÁFICO 12 – Abastecimento de água, energia e esgoto



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, foi questionado sobre as casas enquadradas como ganhadas ou compradas e, se a moradia é pertencente à política de habitação. Nesse caso, onde aparecem 18 casas compradas e 1 ganhada, sendo 19 ao todo, 73,7% delas pertencem à política de habitação (Gráfico 13), dado que abre margem para interpretações diversas, como a insatisfação das famílias com as moradias, resultando na venda ou troca da casa. Essa insatisfação pode estar relacionada a tudo que já foi citado, como a insuficiência das residências para as famílias, e a infraestrutura precária do bairro.

GRÁFICO 13 – Moradias ganhadas ou compradas

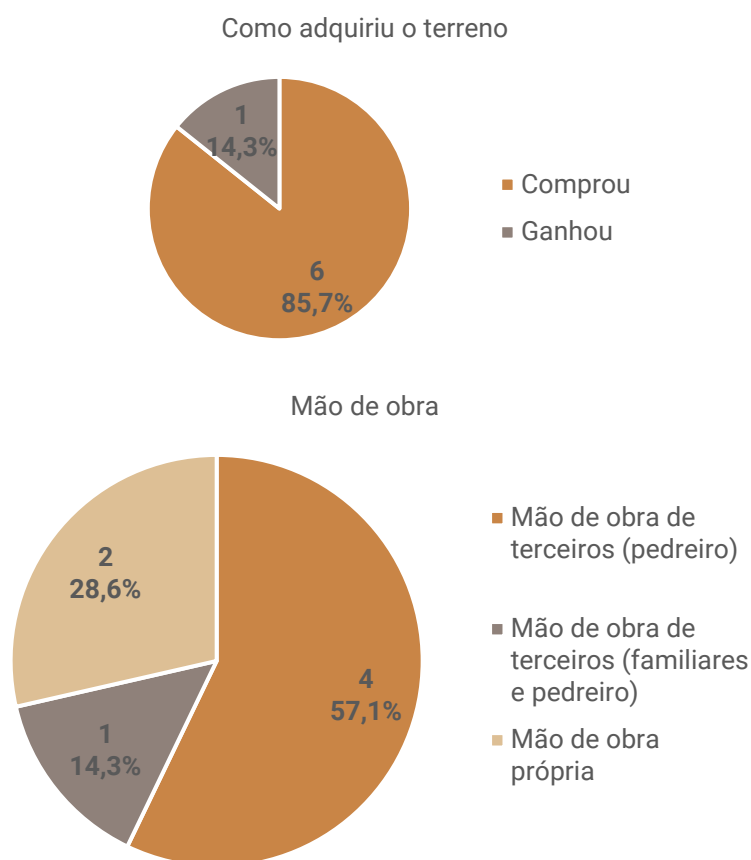


Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3.5. Situação da moradia: recorte de casas autoconstruídas

O outro recorte específico que o formulário faz, identifica como as pessoas que têm moradias autoconstruídas, 7 no total, tiveram acesso ao terreno e como foi o processo de construção da moradia: mão de obra própria ou de terceiros. Sobre o terreno, 85,7% compraram, e 14,3% ganharam (Gráfico 14). A mão de obra para construção é 54,1% de pedreiros e 14,3% de familiares com pedreiro, enquanto 28,6% são construídas pelos próprios moradores (Gráfico 14). O bairro detém características dos assentamentos populares onde a autoconstrução é predominante, geralmente devido à condição social precária e à ausência do poder público. Além disso, os dados ainda demonstram o aspecto da mão de obra própria sendo empregada na moradia, uma realidade existente na autoconstrução, o que representa a exploração extra da força de trabalho popular.

GRÁFICO 14 – Como teve acesso ao terreno e à mão de obra para a construção



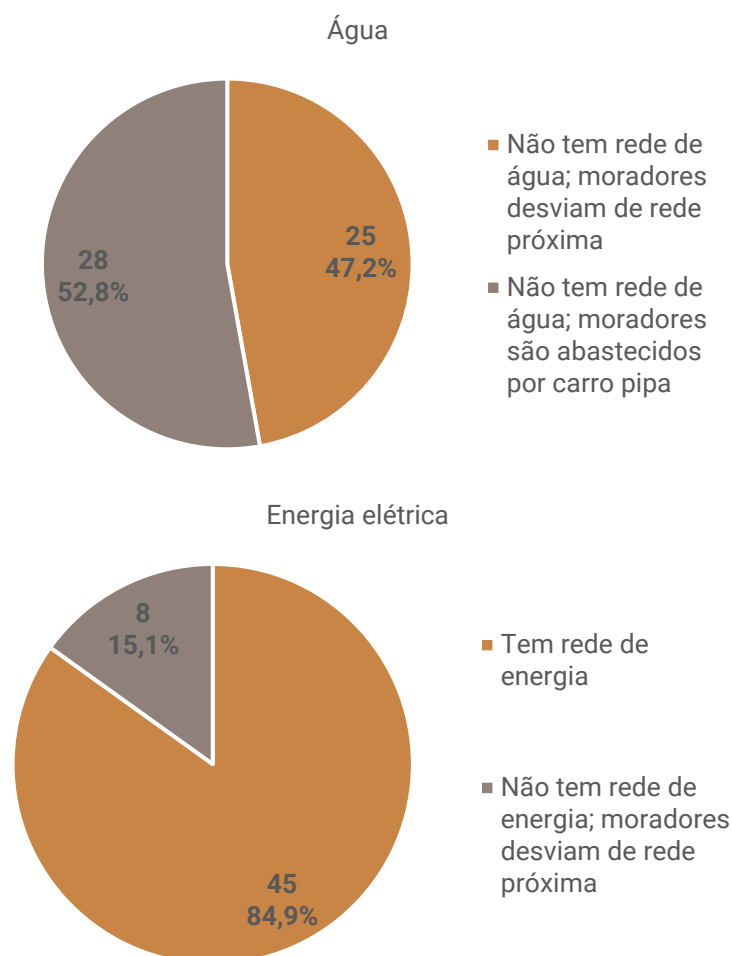
Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3.6. Infraestrutura

Quanto à situação do bairro Portelinha, a pesquisa pediu para que os moradores comentassem sobre a infraestrutura do bairro, citando se existia rede de água, de energia elétrica e de esgoto, além dos equipamentos de educação, saúde e lazer. De forma geral, as respostas comprovam a situação abordada anteriormente no panorama geral traçado do bairro.

Devido à condição de não existência da rede de abastecimento de água, 52,8% desviam água da rede próxima, enquanto 47,2% têm água entregue pelo carro pipa e armazenam em um reservatório (Gráfico 15). Com relação a energia elétrica, 84,9% têm acesso à energia, enquanto 15,1% desviam da rede próxima (Gráfico 15), uma porcentagem composta principalmente pelas casas inacabadas que foram ocupadas.

GRÁFICO 15 – Abastecimento de água e energia



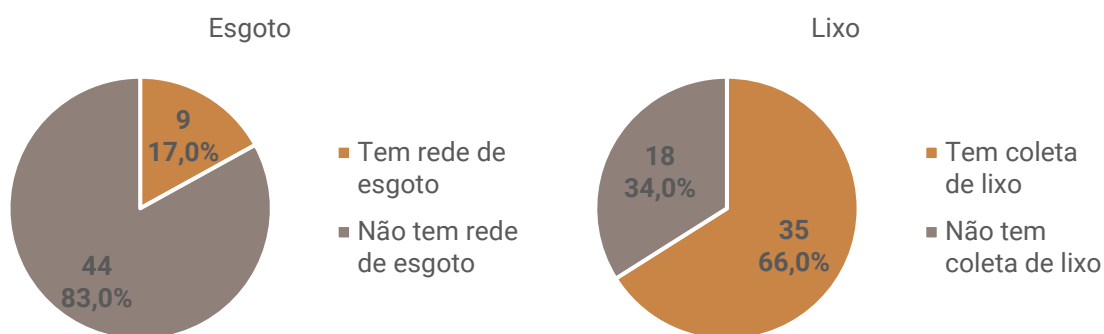
Fonte: Elaborado pelo autor.

A rede de esgoto é quase inexistente, visto que os 17% que afirmam ter rede correspondem às casas do conjunto habitacional construído com uma rede de esgoto onde grupos de moradores compartilham a mesma fossa, algo identificado em algumas respostas como motivo de reclamação e problemática por parte de moradores, em razão disso, alguns construíram uma fossa individual. 83% afirmam não existir rede de esgoto (Gráfico 16). Apenas “fossa rudimentar” foi identificada como destino do esgoto entre as pessoas que responderam, alguns possuem águas cinzas sendo jogadas na rua.

Sobre o destino do lixo, 66% possuem coleta de lixo passando na porta, mas 34% precisam levar seu lixo até um ponto de coleta (Gráfico 16). Alguns moradores também citaram que costumam queimar o lixo produzido.

A situação mostrada até agora também é um fator identificado dentro da inadequação de domicílios urbanos da FJP, que se enquadra no componente carências de infraestrutura urbana, ou seja, mais um dado que identifica o déficit habitacional qualitativo no bairro.

GRÁFICO 16 – Rede de esgoto e coleta de lixo

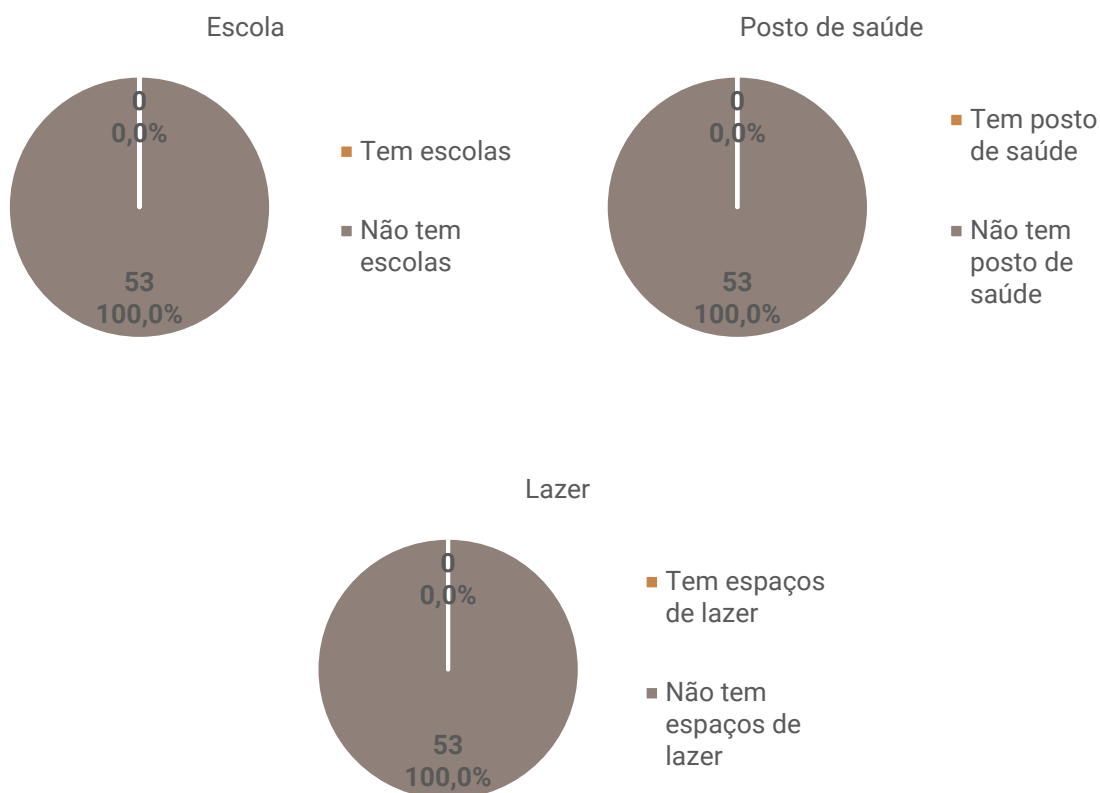


Fonte: Elaborado pelo autor.

A existência de equipamentos de educação, saúde e lazer é nula, o que demarca ainda mais como está a situação de urbanização e direito à cidade no bairro (Gráfico 17). A escola ou o posto de saúde mais próximo pertence ao bairro vizinho, o Agrovila, assim como a área de lazer, configurada por uma praça com alguns equipamentos de academia ao ar livre e um espaço fechado que também funciona como uma academia.

Dessa forma, a junção dos dados expostos acerca da infraestrutura do bairro Portelinha, incluindo a presença de serviços e equipamentos, aprofunda a constatação da ausência de uma política pública habitacional abrangente para seus moradores.

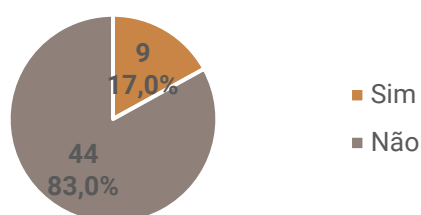
GRÁFICO 17 – Equipamentos de educação, saúde e lazer



Fonte: Elaborado pelo autor.

Perguntados sobre a existência de áreas de risco no bairro, como alagamentos, deslizamentos ou redes de alta tensão, 83% dos moradores dizem não existir (Gráfico 18). Porém 17% afirmam haver, e complementam citando: alagamentos próximos ao riacho e alagamentos na frente da moradia que produzem muita lama, culminando na dificuldade de deslocamento da população e de veículos. Essa situação da lama é uma reclamação muito frequente, que comprova outra precariedade do espaço urbano dessa comunidade.

GRÁFICO 18 – Áreas de risco

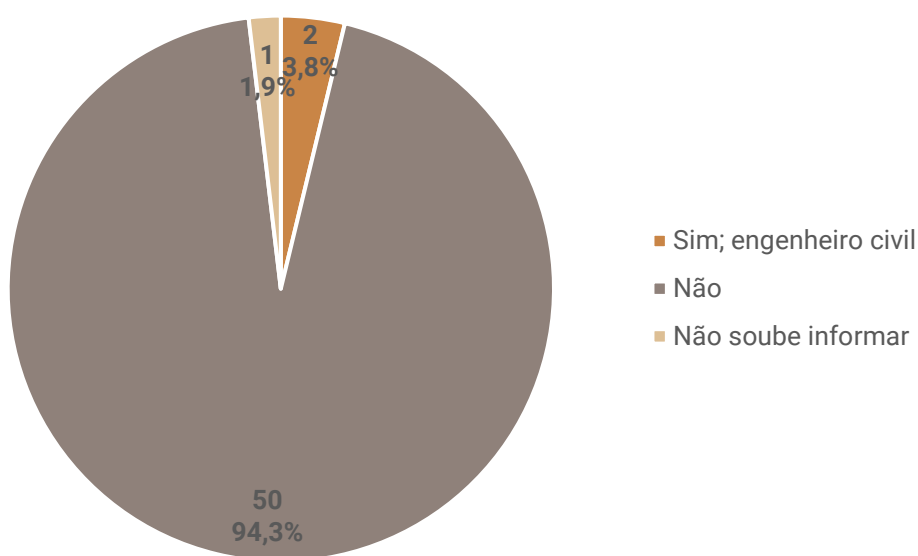


Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3.7. Auxílio técnico

Como mostrado até aqui, as moradias e o bairro como um todo possuem várias deficiências apontadas pela população que vive nele. O dado sobre a existência de auxílio técnico para a construção, onde era citado arquitetos e engenheiros, demonstra uma enorme ausência do serviço para a população participante, visto que 94,3% nunca tiveram esse serviço (Gráfico 19). Apenas o profissional da engenharia civil foi citado duas vezes. Isso demonstra o distanciamento entre o profissional arquiteto urbanista e lugares onde seus serviços são necessários.

GRÁFICO 19 – Auxílio técnico



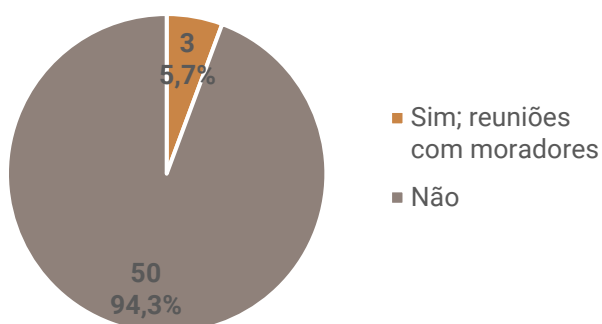
Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3.8. Participação popular

Acerca da participação popular dos entrevistados em algum processo, debate ou decisão sobre a sua moradia ou melhoria do bairro, 94,3% afirmaram nunca terem participado (Gráfico 20). Essa porcentagem reflete como a política pública tem sido levada sem participação popular em suas gestões, já demonstrada a partir da construção de conjuntos habitacionais. Com a ausência de melhorias para a condição de moradia, algumas pessoas se organizam entre si, dentro do bairro, construindo seus espaços de escuta e luta, como é evidenciado em poucas

respostas, em que se afirma terem participado de reuniões entre moradores para reivindicarem água encanada e de qualidade da DESO, inclusive, foram à promotoria denunciar o descaso, que resultou na passagem do carro pipa para fornecer água tratada. Não foi identificada a existência de associações de moradores no bairro.

GRÁFICO 20 – Presença em processos participativos



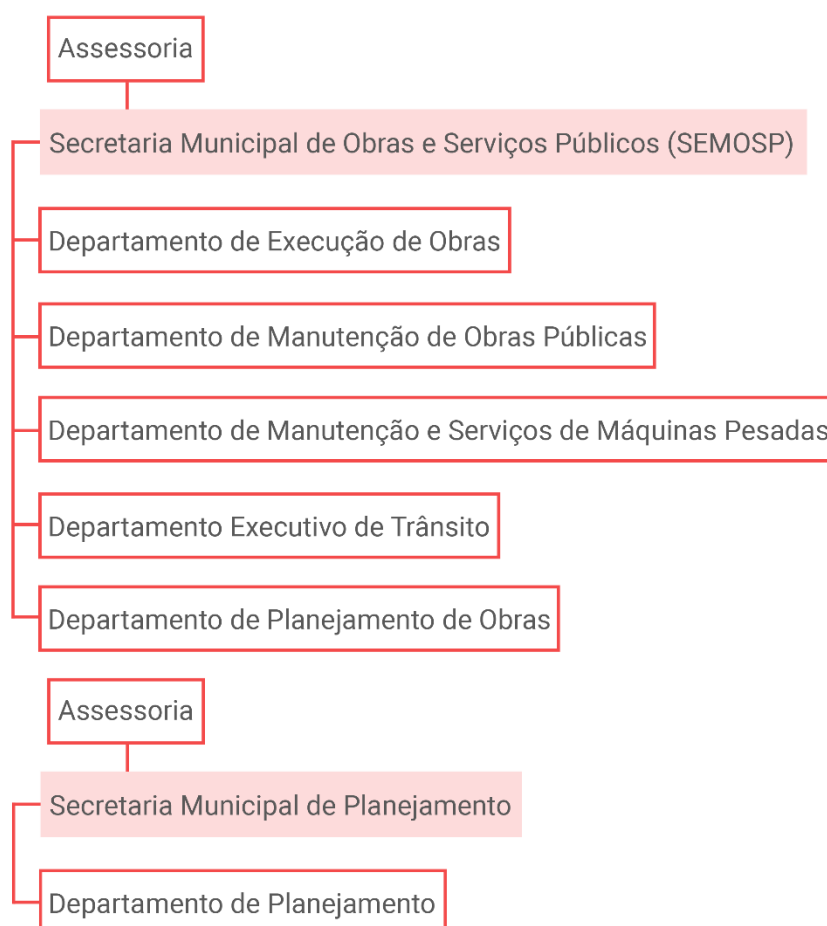
Fonte: Elaborado pelo autor.

4.4. Estrutura institucional e legislação

Ainda que a pesquisa com moradores do bairro Portelinha demonstre de maneira fiel como as políticas públicas de habitação em Canindé possuem várias falhas, achou-se importante destrinchar o panorama da gestão pública no território para diagnosticar a desestruturação existente dentro do setor habitacional e urbano da prefeitura. Visto que, essa é uma das raízes dos problemas, uma vez que os municípios possuem autonomia para elaborar uma política urbana, mas muitas vezes falta arcabouço jurídico, estrutura, organização e fomento à participação popular nos processos, como prevê o Estatuto da Cidade, que se materialize em ações mais eficazes. Assim, a Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco conta com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) e a Secretaria de Planejamento (Figura 10), como setores atrelados à política territorial, ambas formavam a mesma secretaria até 2022. Dentre as atribuições das secretarias está a fiscalização e o controle de uso do solo no município, como também a manutenção da sua infraestrutura, execução das obras, desenvolvimento de projetos, elaboração de planos, programas, convênios e projetos administrativos

da prefeitura Municipal⁵⁷. As ações das secretarias seguem os instrumentos legais existentes no município, como o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (PDDS) e conta com uma divisão interna separada por departamentos (Figura 10). Dentre o corpo técnico existente na área de arquitetura e urbanismo e engenharia civil, há apenas um profissional de cada área na SEMOSP. Além disso, não há nenhum Conselho Municipal ou Fundo Municipal regulamentado associado às secretarias para oferecer uma participação ativa da população na política pública desenvolvida, ou a concentração de recursos financeiros para a execução de determinados programas.

Figura 10 – Estrutura interna da SEPLAN



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Lei n.º 012/2010.

⁵⁷ Para mais informações: <https://www.caninde.se.gov.br/orgao/secretaria/secretaria-municipal-de-obras-servi%C3%A7os-p%C3%BAblico-e-planejamento>. Acesso em: set. de 2022.

No que diz respeito ao quadro institucional do município a partir das secretarias, é evidente uma desconsideração da habitação social como algo central para o poder público municipal desde sua estrutura, visto a ausência de atribuições internas das secretarias que não mencionam acesso à moradia ou regularização fundiária, nem possuem uma divisão departamental específica responsável pela política habitacional de interesse social; além da existência de um pequeno quadro técnico pertencente na área da construção e urbanismo. A legislação insuficiente também reforça a política em curso, começando pelo controle de parcelamento, uso e ocupação do solo, que permitiria um desenvolvimento saudável da cidade, incluindo a garantia da função social da terra, mas a Lei de Macrozoneamento Rural e Urbano (Lei n.º 58/2014) existente apresenta apenas um zoneamento sem ZEIS, e os parâmetros de ocupação do solo para cada zona delimitada não são estabelecidos para todas e precisam ser revistos. Da mesma forma, há uma desatualização e superficialidade do PDDS, uma das leis mais importantes para a boa gestão do território. Além disso, a falta de aplicabilidade de instrumentos já previstos no PDDS, como o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Urbano Rural e Ambiental (COHURBA) e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Urbano, Rural e Ambiental, importantes formas de participação popular e fortalecimento da execução de uma política pública habitacional.

Dessa forma, a estrutura institucional e legislativa de Canindé anda em comum descompasso, não enfrentando a questão do acesso à terra e à moradia, o que contribui com uma formação precária do território. Isso distancia o município das diretrizes para o objetivo de garantir a função social das cidades presente no Estatuto da Cidade, como a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas pela população de baixa renda (BRASIL, 2001), algo que não tem sido feito, como exemplificado a partir do bairro Portelinha. Nesse sentido, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ou Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), também presentes no Estatuto e ausentes do macrozoneamento existente, seriam um importante instrumento para alcance dessas diretrizes ao demarcarem áreas para fins de atendimento da demanda por habitação de interesse social ou priorização em melhorar lugares já construídos. Elas ainda podem ser dotadas de

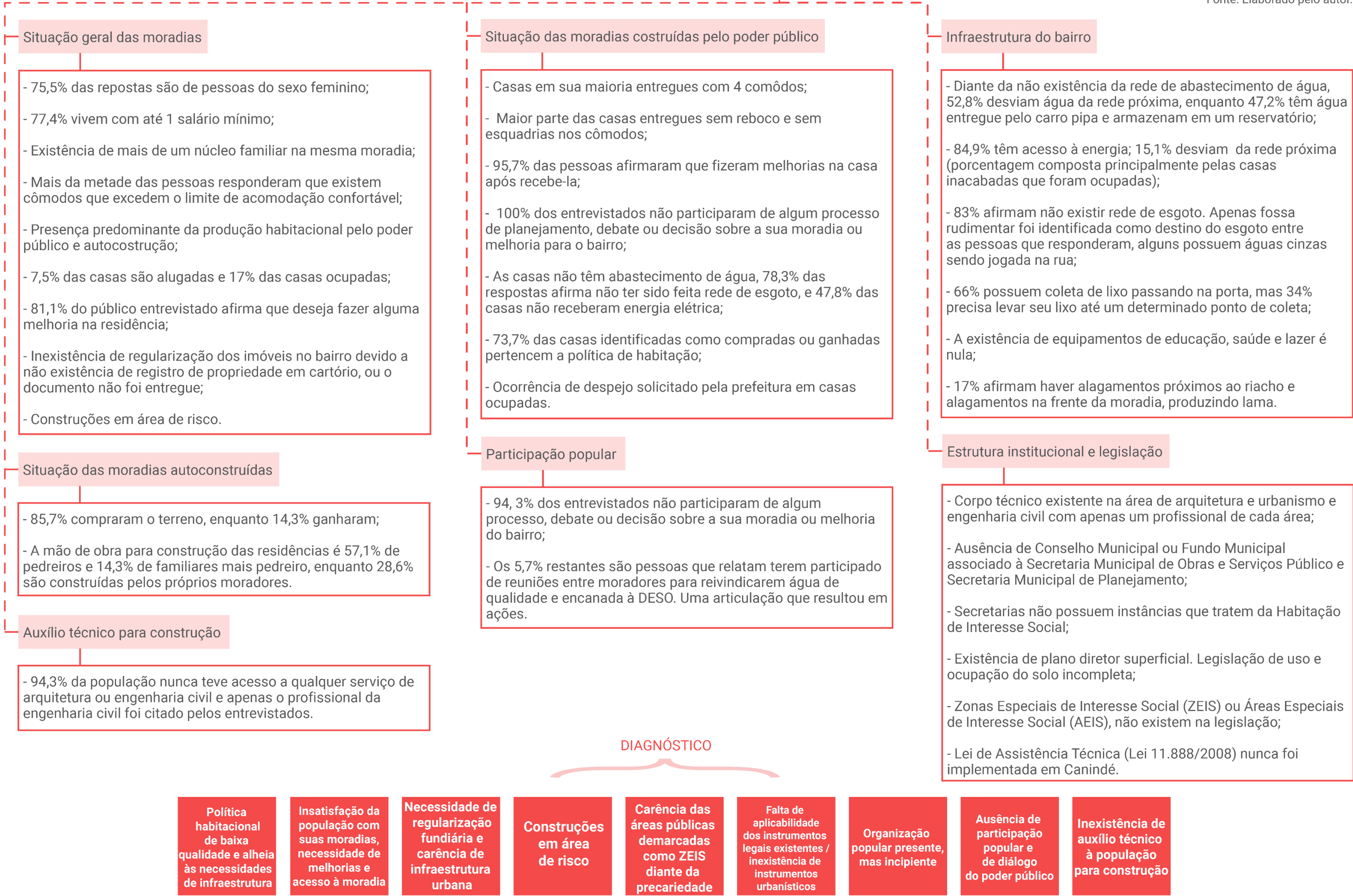
instrumentos urbanísticos específicos para que orientem uma urbanização, assim como devem receber prioridade na regularização fundiária.

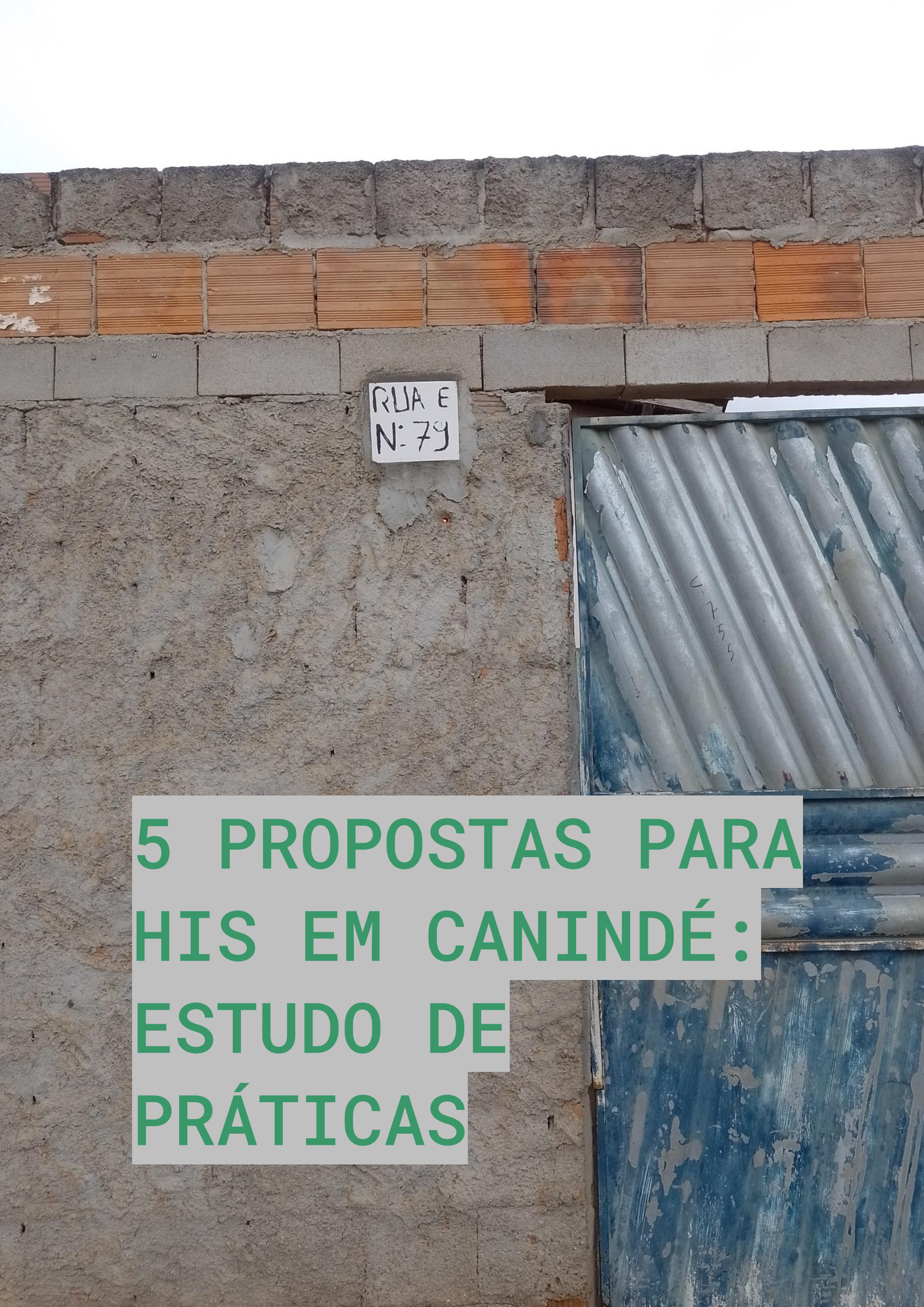
Cabe acrescentar, ainda, que a Lei de Assistência Técnica (Lei n.º 11.888/2008), que garante serviços de profissionais de arquitetura em construção, reforma ou ampliação de suas residências, de forma gratuita a famílias com renda de até 3 salários mínimos, nunca foi implantada em Canindé.

Por fim, no que tange sobre a importante participação popular e sobre mecanismos de melhoria das políticas públicas, a Secretaria Municipal de Inclusão, Trabalho e Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal de Saúde, possuem Fundos Municipais associados, a primeira ainda conta com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso⁵⁸. Assim, as secretarias citadas possuem Fundos e Conselhos atrelados, demarcando um exemplo de caminho a ser seguido e ampliado para áreas como a habitação.

Para a finalização desse tópico, será apresentado, em seguida, o **Diagrama Síntese II**, que sistematiza de maneira resumida os tópicos “A situação do bairro Portelinha segundo seus moradores” e “Estrutura institucional e legislação”. Assim como elenca análises diagnósticas acerca dos estudos realizados; reafirmando a condução pública ineficaz, o déficit habitacional e a desconsideração da construção democrática no território.

⁵⁸ Para mais informações: <https://www.caninde.se.gov.br/>. Acesso em: outubro de 2022.





RUA E
N: 79

5 PROPOSTAS PARA HIS EM CANINDÉ: ESTUDO DE PRÁTICAS

O presente capítulo apresenta mais uma etapa do estudo realizado para as proposições dentro da HIS em Canindé. Nesse processo, o caminho percorrido até aqui, principalmente, com o diagnóstico da política habitacional da cidade através dos relatos de moradores da antiga cidade e dos moradores do bairro Portelinha, junto a análise da estrutura institucional e legal, foi fundamental ao exercício de construção das propostas.

Agora, somado a isso, se fará, em um primeiro momento, o estudo de algumas referências dentro do âmbito das políticas públicas autogestionárias, das ações realizadas por uma gestão pública municipal que vai além da produção de moradias, e da atuação de um grupo de assessoria técnica. Em seguida, a partir das experiências citadas, a assessoria técnica popular é colocada em foco com o objetivo de tecer reflexões sobre o campo, as práticas e suas potencialidades para uma nova produção do espaço.

5.1. Referências para a construção de uma nova política pública habitacional

As referências escolhidas como experiências possíveis foram selecionadas por demonstrarem a possibilidade de execução de novas práticas, seja dentro das gestões de prefeituras do Brasil, como será defendido no final, mas também considerando exemplos potentes que carecem de maior apoio.

Se iniciará estudando o primeiro grande exemplo de uma política autogestionária possível, o FUNAPS Comunitário, dentro da prefeitura de São Paulo/SP, no final da década de oitenta. Junto a ele, um programa semelhante realizado em Belo Horizonte/MG na década de noventa também é abordado. Na sequência, a gestão pública da prefeitura do município de Conde, na Paraíba, entre 2017 e 2020, é explorada. As várias ações dessa gestão modelo de Conde, abrangem, além da implementação de programas com foco maior no déficit habitacional qualitativo, práticas anteriores de reestruturação administrativa e de criação de um Marco Legal no município, que desencadearam outras ações. Outro ponto fundamental é o fortalecimento da participação social nos processos sendo adotada como conduta essencial. Por fim, a prática da assessoria técnica Taramela ATAC, dentro das ZEIS de Fortaleza/CE, é apresentada como um exemplo do

potencial da atuação do assessor técnico para além de políticas habitacionais de autogestão e da importância de demarcar as ZEIS, outra ação modelo a ser evidenciada.

Durante a análise de cada uma das referências selecionados, no caso das políticas de autogestão, levou-se em consideração como se deu a autogestão dos movimentos sociais, o papel do Estado, quais os agentes envolvidos, formas de financiamento das atividades, o papel da assessoria técnica e como aconteceu a construção. Na gestão de Conde, o principal foi verificar como é a estrutura da administração pública, o processo de elaboração da legislação de “uso do solo”, e os mecanismos de participação popular democráticos implementados. Quanto a atuação da Taramela ATAC nas ZEIS, considerou-se como está estruturada as ZEIS em Fortaleza, o papel do Estado, o papel da assessoria, e as formas de participação popular.

5.1.1. Políticas habitacionais autogestionárias: São Paulo/SP (1989-1995) e Belo Horizonte/MG (1996-2004)

O **Programa Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS Comunitário)** é estruturado durante a gestão da prefeita Luísa Erundina em **São Paulo** (1989-1993) (Figura 11), com a recuperação do Fundo de Atendimento à População Moradora de Habitação Subnormal (Funaps), e possui influência das cooperativas de habitação do Uruguai. Um dos programas que o Fundo promoveu dentro da Secretaria de Habitação (Sehab) foi o apoio a associações comunitárias⁵⁹, mediante convênio com elas, que oferecia financiamento para subsidiar mutirões de construção, compra do terreno e infraestrutura⁶⁰ (BARAVELLI, 2006).

Nesse modelo autogestionário, as associações ficavam responsáveis por contratar uma assessoria técnica cadastrada na Sehab e solicitar o financiamento, além da compra de ferramentas, aluguel de equipamentos, organização do canteiro de obras e pagamento de parte da mão de obra especializada para a construção

⁵⁹ “As famílias deveriam se organizar em associações de mutirantes legalmente constituídas, formadas por grupos de 20 a 200 famílias [...]”, (BARRETO, 2022, p. 88)

⁶⁰ No caso das habitações, existia um limite de recurso por família e área a ser construída, mas para o terreno e infraestrutura não existia um valor limite.

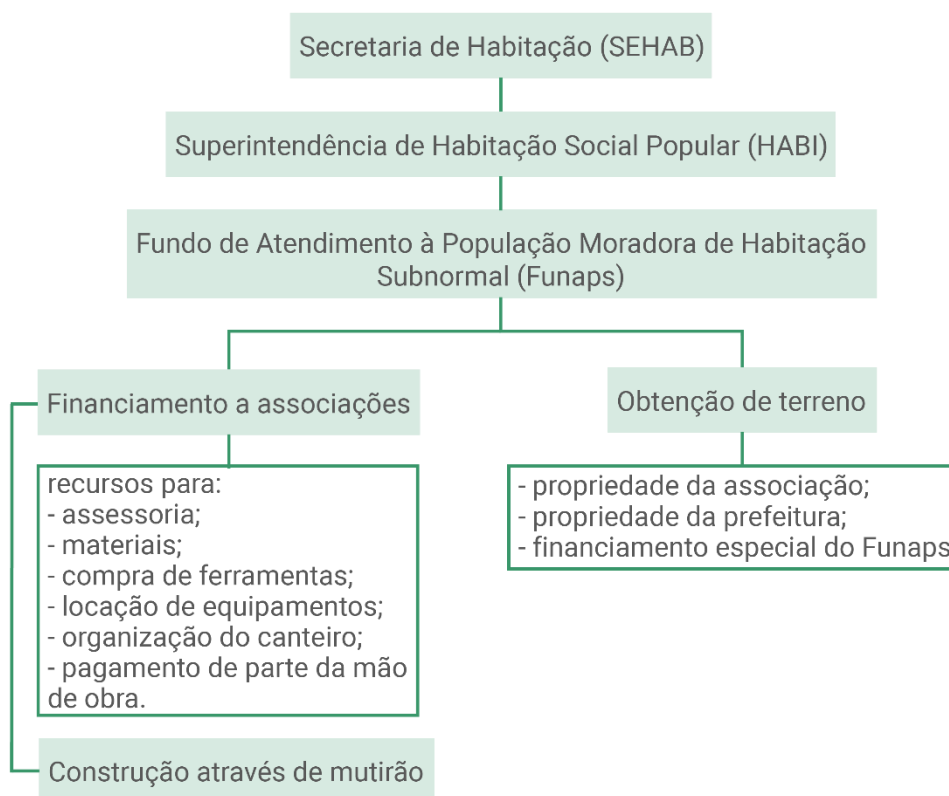
(RONCONI, 1995). A Superintendência de Habitação Popular (HABI) dentro da Sehab foi o braço responsável pelo FUNAPS Comunitário que, além de financiar os mutirões, acompanhava o planejamento estratégico e seu desenvolvimento, pelas associações, enquanto todo o gerenciamento da obra é feito pela população (RONCONI, 1995).

O uso de recursos vindo de um fundo público era uma vantagem democrática por ser desvinculado das contingências e anualidades do orçamento municipal e por prever a participação da sociedade organizada através de conselhos gestores, não deixando o gerenciamento dos recursos como função exclusiva do poder executivo. Para a execução do programa, foi necessária uma estruturação interna da HABI, incluindo a formação de um banco de terras destinado à produção das moradias (BARAVELLI, 2006), outra forma das associações obterem o terreno.

As assessorias técnicas eram remuneradas com 4% do valor total do financiamento, podendo haver 1% de acréscimo desse valor em projetos de infraestrutura mais complexos. Elas discutiam o projeto das moradias em assembleia e oficinas com a população, levando em consideração as vontades das famílias, como também acompanhavam o trabalho no canteiro de obras onde eram executadas diferentes tipologias habitacionais, contribuindo para o processo autogestionário que se pretendia (BARRETTO, 2022).

O FUNAPS Comunitário, contribui para o começo de uma nova forma de produção habitacional do Brasil, demarcada por um processo de formação política e profissional do indivíduo centrado na coletividade, principalmente a partir da realização dos mutirões, que influenciou outras iniciativas pautadas na autogestão. Um modelo que apresentou um barateamento em comparação com a produção habitacional por empreiteiras, devido parte do trabalho voluntário e estratégias construtivas como a pré-fabricação (BARRETTO, 2022). Infelizmente o programa se encaminhou para o fim com o término do governo Erundina, demonstrando a falta de vontade política em dar continuidade à experiência.

Figura 11 – Estrutura do FUNAPS Comunitário



Fonte: Barretto, 2022. Adaptado pelo autor.

O desenvolvimento de programas similares ao FUNAPS aconteceu em cidades como Ipatinga e **Belo Horizonte**, no estado de Minas Gerais. Em Belo Horizonte, a partir de 1993, a autogestão relatada aqui começa a partir da regulamentação do Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP), gerido pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), sendo fiscalizado pelo Conselho de Habitação (CMH). Uma das frentes de atuação dentro da política habitacional visou a criação de novos assentamentos, para isso foi criado o **Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão** (Figura 12), em 1996, por técnicos da URBEL em parceria com a assessoria técnica Usina CTAH (BARRETTO, 2022).

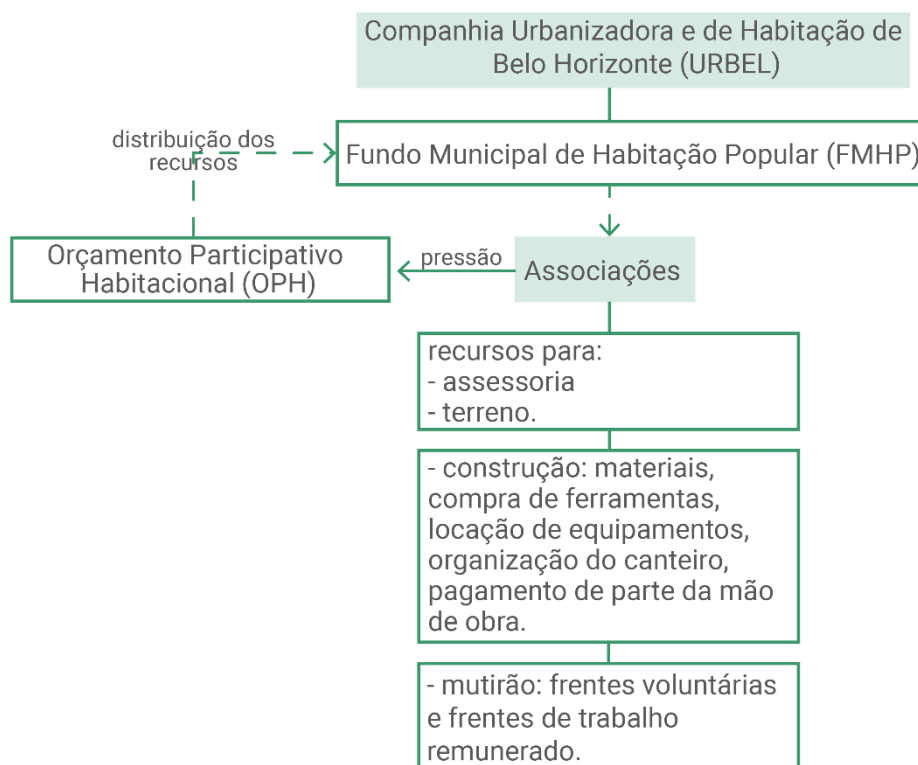
A operação do programa era do poder público, por meio da URBEL e os recursos foram provenientes do FMHP, mas os movimentos sociais o disputavam a partir do Orçamento Participativo Habitacional (OPH). Em uma primeira fase, a autogestão estava apenas na execução das obras, através dos mutirões, enquanto os projetos foram contratados pelo Estado e entregues prontos às associações, sem

a participação dos futuros moradores (BOREL, 2020). Os associados ficavam acompanhando o processo e participam da compra e escolha dos terrenos pela URGEL.

Após o recebimento do recurso, as associações são responsáveis por geri-los e participam da execução das obras através dos mutirões, a partir de duas frentes de trabalho, uma voluntária, que acontece no final de semana, e as Frentes de Trabalho Remuneradas (FTRs), durante a semana. Diante de problemáticas relacionadas à aceitação do modelo autogestionário pelos movimentos sociais, a URBEL investiu em capacitações com o movimento e também junto ao setor técnico (BARRETTO, 2022). Assim, Moraes (2019) ressalta dificuldades que o modelo pode encontrar, como a necessidade de defender ele aos movimentos, além da necessidade de oferecer formações. Somado a isso, os movimentos exerciam a autogestão apenas na execução das obras, enquanto os projetos eram feitos pelos assessores, muitas vezes contratados pelo poder público, que elaboravam e apresentavam em assembleia aos associados. Em alguns conjuntos, as assessorias técnicas estiveram mais presentes apenas na fase de execução das obras e os projetos foram elaborados por arquitetos contratados pelo município, contando com poucos momentos de participação dos futuros moradores, que culminou em ajustes futuros (BOREL, 2020).

Assim como outras práticas de autogestão, essa foi enfraquecendo dentro da gestão pública com o passar do tempo, resultando em sua troca, mas fica “o engajamento coletivo das famílias durante os mutirões; a divisão organizada de tarefas; a gestão compartilhada dos empreendimentos; e a formação de diversos profissionais para a construção civil” (BOREL, 2020, p. 100), demonstrado a partir de alguns moradores, como aspectos a serem considerados.

Figura 12 – Estrutura do Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão



Fonte: Barretto, 2022. Adaptado pelo autor.

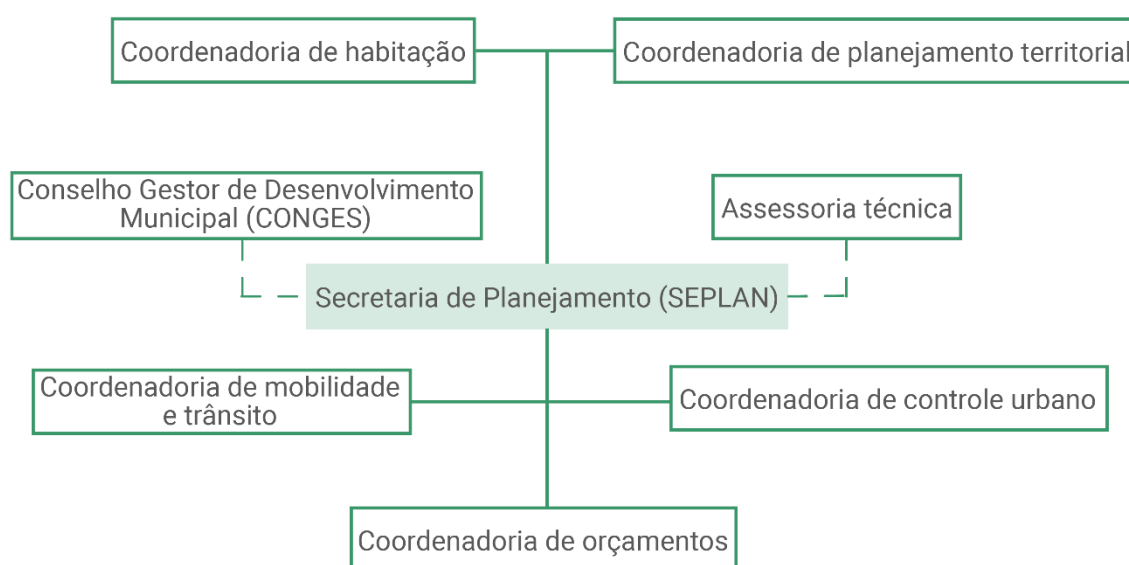
5.1.2. Gestão do território no município de Conde/PB (2017-2020)

O estudo da gestão pública de Márcia Lucena dentro da prefeitura do município de **Conde**, no estado da Paraíba (2017-2020), será fundamental como referência para propor soluções a Canindé. O município paraibano detém uma população estimada em 25 mil habitantes e possui semelhanças referente ao total da população, já que se estima que Canindé tenha 30 mil habitantes (IBGE, 2021). Além disso, a estrutura da administração pública, ausência de participação popular e auxílio a melhores condições habitacionais, eram problemáticas que foram enfrentadas quando a **Secretaria de Planejamento (SEPLAN)** de Conde começou a fazer transformações na forma de gerir o território.

Um modelo de governo democrático, popular e participativo proposto pela gestão pública está na base das ações realizadas em Conde. Ele começa a partir da reestruturação administrativa municipal aprovada em lei que culminou na criação da

SEPLAN (Figura 13), cuja finalidade era estruturar o planejamento territorial e orçamentário da prefeitura, agregando coordenações de Habitação, Mobilidade e Trânsito, Controle Urbano, Planejamento Territorial e Orçamentos, uma estratégia que teve como base a horizontalidade e associar demandas que se relacionam para obter melhorias (TAVARES et al., 2022).

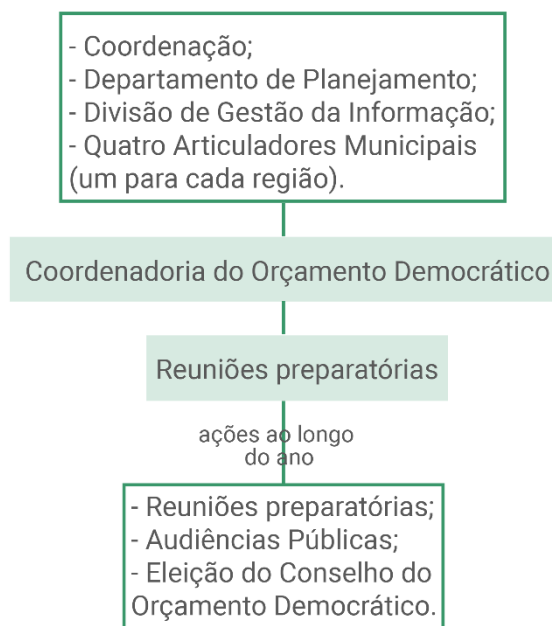
Figura 13 – Estrutura interna da SEPLAN



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Tavares et al., 2022.

Somado à nova estrutura administrativa, foi mandado para aprovação na Câmara Municipal o **Orçamento Democrático (OD)** (Figura 14). O OD organizou o município em quatro regiões, um processo iniciado na campanha eleitoral, onde a população é escutada e discute como e onde os recursos municipais devem ser investidos, construindo, por exemplo, as leis orçamentárias. A Coordenadoria do Orçamento Democrático é composta por: Coordenadoria, Departamento de Planejamento, Divisão de Gestão da Informação e quatro Articuladores Municipais. As ações dessa equipe incluem: reuniões preparatórias, audiências públicas e eleição do Conselho do Orçamento Democrático (TAVARES et al., 2022). É importante salientar que a prefeitura ajudou a impulsionar a participação popular fazendo algumas reuniões com a comunidade, uma estratégia de criar essa cultura participativa ainda inexplorada.

Figura 14 – Estrutura do Orçamento Democrático (OD)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Tavares et al., 2022.

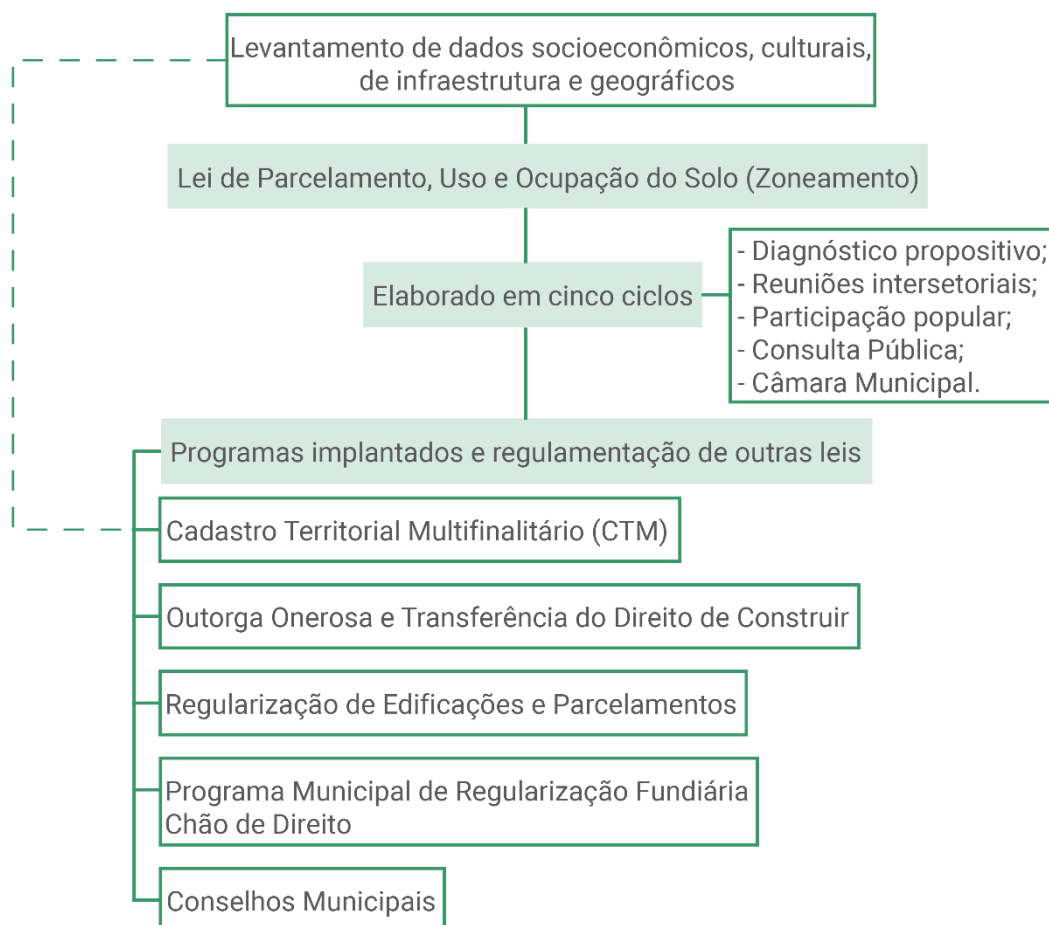
Essa reestruturação administrativa possibilitou a criação de um Marco Legal urbanístico, que é a base de outras políticas públicas. Se destaca, aqui, a criação da **Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Zoneamento)** (Figura 15), visto que o município tinha apenas o Código de Obras e o Plano Diretor, permitindo que os interesses econômicos e imobiliários moldassem a cidade. Porém, antes da criação da lei, foram revistos procedimentos de aprovação de licenças, como também houve a criação de uma base de dados que gerasse mais informações sobre o estado onde se encontrava o município, isso aconteceu com o levantamento de dados socioeconômicos, culturais, de infraestrutura e geográficos (TAVARES et al., 2022).

A partir disso, por meio de uma metodologia participativa, começou a elaboração da Lei de Zoneamento, um importante mecanismo de planejamento que orienta como devem ser as ações públicas e privadas sobre no território, considerando as diversas características a serem preservadas no município em benefício do ambiente urbano e rural. Assim, durante cerca de um ano e cinco meses, todo o processo de elaboração foi dividido em cinco ciclos: diagnóstico propositivo, reuniões intersectoriais, participação popular, Consulta Pública e Câmara Municipal. O ciclo três, referente a participação popular, aconteceu através de oficinas realizadas em cada região orçamentária (TAVARES et al., 2022).

A criação da lei busca equilibrar a ocupação humana com a preservação de recurso e paisagens naturais e possibilita que os projetos do poder público sejam mais eficientes e bem direcionados para cada zona, incluindo territórios rurais e tradicionais. Isso aconteceu muito em decorrência da consolidação do Zoneamento, ao qual está incluso as ZEIS, permitindo a implantação de diversos programas e a regulamentação de outras leis. Entre os programas está o Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM), que visa consolidar e manter atualizada a base cartográfica vetorial do município. Ele foi realizado por uma equipe multidisciplinar composta por 30 profissionais. Entre as leis pode ser citado a Transferência do Direito de Construir e a Regularização de Edificações e Parcelamentos, que culminou no programa Regulariza Conde, com facilidades e descontos para imóveis em situação irregular promoverem a regularização (TAVARES et al., 2022).

Junto ao aparato legal, foram criados mecanismos de fiscalização e aprimoramento de políticas a serem feitas, como os Conselhos Municipais, um importante mecanismo de participação da população na construção do lugar que habita, com caráter deliberativo e consultivo. O Conselho Gestor de Desenvolvimento Municipal (CONGES) está atrelado à SEPLAN e tem a finalidade de contribuir com a implementação da Política de Desenvolvimento Municipal, Urbano e Ambiental, acompanhar e avaliar a sua execução.

Figura 15 – Estrutura de elaboração da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Zoneamento) e desencadeamentos



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Tavares et al., 2022.

Um dos maiores destaques da gestão pública de Conde foi a criação do **Escritório Público de Assistência Técnica (EPA)**, muito em sentido da realidade encontrada no território, visto a ocupação espontânea em loteamentos sem infraestrutura e com moradias precárias (TAVARES et al., 2022). Assim, indo no caminho contrário a políticas públicas que não têm resolvido o problema e entendendo o direito à moradia de forma abrangente, a prefeitura de Conde abraça a importância de promover assistência técnica, mesmo durante anos em que os investimentos na área de habitação estão sendo cortados. As ações aconteceram por meio dos diferentes programas abarcados pelo EPA que visavam oferecer serviços técnicos à população para construção, reforma e regularização fundiária, focando no déficit habitacional qualitativo. Um processo que considerava a

participação das pessoas no desenvolvimento e na execução dos projetos, entendendo as particularidades das famílias. Assim, o EPA tinha 3 eixos de atuação: melhorias habitacionais; construção e (re)qualificação de espaços de uso coletivo com o programa Mutirão na Vizinhança; e regularização fundiária, através do programa Chão de Direito (TAVARES et al., 2022) (Figura 16).

No que se refere ao programa **Chão de direito**, ele foi estruturado pela Coordenadoria de Habitação em parceria com o Departamento de Cadastro Técnico e assessoria jurídica, tendo como base a Lei n.º 13.465 de Regularização Fundiária Urbana de 2017 (REURB). Assim, foi feita a regulamentação da REURB em Conde, via edição de um Decreto Municipal (TAVARES et al., 2022).

Para o início dos trabalhos, as ZEIS demarcadas permitirem o reconhecimento de áreas necessárias para a regularização fundiária, como ocupações que receberam a área ocupada da prefeitura há muitos anos, mas não detinham a titularidade. Durante o processo a regularização era explicada à comunidade pela equipe da SEPLAN e a proposta de projeto urbanístico era discutida. Algumas dificuldades foram encontradas no que se refere à relação com o Cartório, visto que a legislação era muito recente, mas o programa conseguiu regularizar várias comunidades em áreas de ZEIS, além de, junto a isso, realizar ações de melhoria dos serviços públicos (TAVARES et al., 2022).

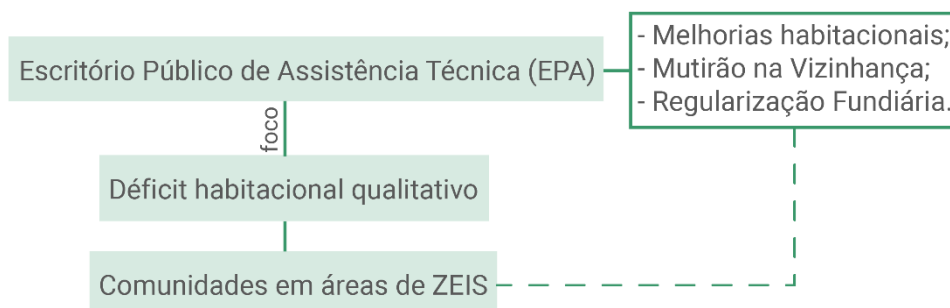
O eixo correspondente a melhorias habitacionais foi responsável por levar auxílio técnico à população diante da precariedade de moradias, realizando projetos e obras de forma gratuita. Para isso, foram buscadas formas de financiar as melhorias habitacionais, um tipo de **política com foco no déficit habitacional qualitativo** (Figura 17) com nenhum fomento federal ou estadual no Brasil. Diante da possibilidade de um convênio com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) via edital lançado, que tinha foco em melhorar questões sanitárias da moradia, a prefeitura de Conde contratou uma equipe técnica para elaboração de projetos individualizados, indo contra a lógica da contratação de empreiteiras que muitas prefeituras utilizam (TAVARES et al., 2022). As equipes que viriam a trabalhar nos projetos, podendo ser escritórios de arquitetura e engenharia, foram credenciadas para posteriormente serem contratadas e realizarem o trabalho a partir de uma

metodologia base. O chamamento da equipe era determinado em sorteio, de acordo com a necessidade da prefeitura.

Na prática, não foi executada a melhoria de todas as casas levantadas, pois o convênio com o governo federal, por meio da Funasa, foi cancelado, isso só aconteceu após um edital de patrocínio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba (CAU/PB), onde a obra de algumas melhorias foi possível. Com os recursos do edital, o método de autogestão foi utilizado para essa ação em parceria com um movimento social de luta por moradia, com isso quatro projetos desenvolvidos anteriormente pelos escritórios foram executados.

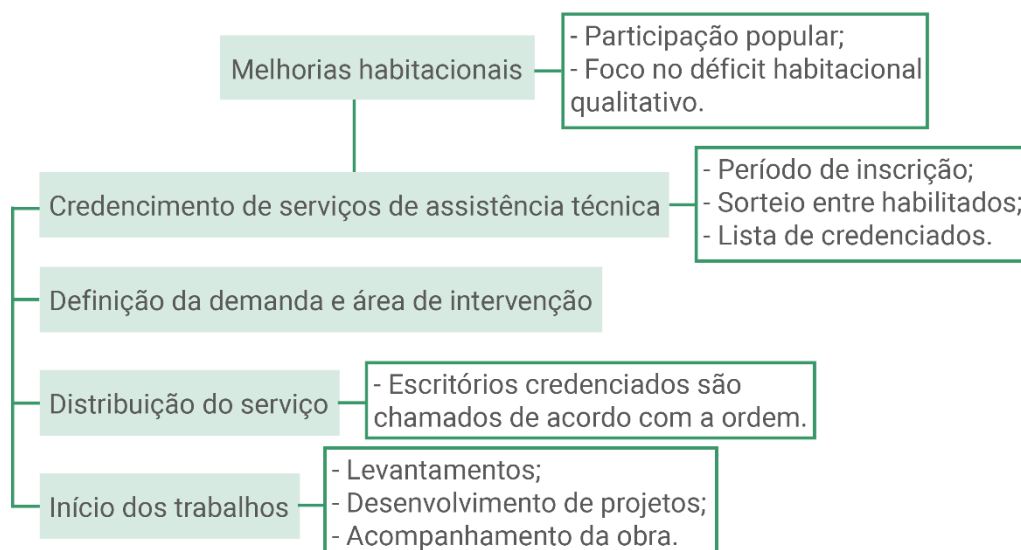
A experiência de autogestão em Conde teve importante papel da União Nacional por Moradia Popular da Paraíba, experiente em obras autogestionadas. O movimento esteve à frente da obra e contou com a participação das famílias, comunidade e equipe técnica, tudo com acompanhamento da Coordenadoria de Habitação (TAVARES et al., 2022).

Figura 16 – Estrutura do EPA



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Tavares et al., 2022.

Figura 17 – Funcionamento da política de melhorias habitacionais



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Tavares et al., 2022.

5.1.3. A atuação da Taramela ATAC junto as ZEIS Fortaleza/CE

O último referencial a ser apresentado tem como foco a atuação da Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade (Taramela ATAC), uma assessoria técnica de Fortaleza/CE formada em 2016 por profissionais e estudantes. As suas atuações demonstram outras formas de assessoramento a comunidades feitas por coletivos profissionais que, não necessariamente, estão sendo apoiadas pelo poder público, mas que têm demonstrado a potencialidade do trabalho do assessor técnico com as comunidades na busca pelo direito à cidade, sendo o **assessoramento técnico dentro do processo de regulamentação das ZEIS Fortaleza**, um exemplo.

Em 2009, o Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei n.º 062/2009) definiu várias ZEIS na cidade para, prioritariamente, receberem regularização fundiária, urbanística e ambiental, divididas em três tipos de ZEIS: ZEIS tipo 1 – ocupações consolidadas, que são assentamentos precários onde deve serem feitos projetos de melhoria, como a regularização fundiária ; ZEIS tipo 2 – conjuntos habitacionais e loteamentos, quando mesmo já construídos pelo poder público, ainda carecem de melhorias, em infraestrutura, por exemplo; ZEIS tipo 3 – terrenos vazios, referente a

vazios urbanos da cidade localizados em áreas com infraestrutura que devem ser destinados à habitação social por não estarem cumprindo função social. Nessas ZEIS delimitadas, o plano diretor prevê que a regulamentação delas deve ser feita a partir da criação do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF).

Após muita pressão popular, apenas em 2016 a prefeitura começou a fazer a proposta de regulamentação das ZEIS, que foi finalizada em 2017, onde elencou 10 ZEIS prioritárias para iniciar a construção dos seus PIRFs, ficando a depender da prefeitura sua implementação (ARAÚJO, 2017). Com isso, em apenas 2019 a prefeitura fez um termo de colaboração⁶¹ com algumas universidades para a elaboração dos PIRFs, onde foram selecionados profissionais, incluindo arquitetos e urbanistas para serem coordenadores técnicos e construir os planos junto com as comunidades, recebendo financeiramente pelos seus serviços. Para elaboração dos planos, o plano diretor prevê alguns passos nesse processo, como a criação de um Conselho Gestor em cada ZEIS, composto pela comunidade, prefeitura e uma organização da sociedade civil (OSC), para então ser elaborado o PIRF junto a equipe técnica e tudo ser acompanhado e apresentado através nas reuniões do Conselho Gestor.

O PIRF “são planos completos de qualificação integrada para o território, onde traz desde normativas urbanas específicas até projetos de geração de renda e participação comunitária” (LESSA, MEDEIROS e SANTOS, 2019, p. 12). Assim, ele inclui projetos específicos, como os de urbanização, trabalho e renda, e regularização fundiária⁶², possuindo um papel de permitir e possibilitar a permanência das pessoas em seus territórios de forma digna, sendo um grande exemplo de política pública participativa.

Apesar de não compor a equipe de elaboração dos PIRFs, a Taramela foi fundamental durante o processo de elaboração, pois, como a realização do plano precede a eleição de um Conselho Gestor para garantir um processo participativo, a Taramela foi fundamental durante o processo de eleição, mobilizando e explicando o processo da ZEIS para os moradores em três das 10 zonas prioritárias. A solicitação de difundir o conhecimento entre os moradores partiu das comunidades dentro da

⁶¹ Segundo o Diário Oficial nº. 16.376.

⁶² O PIRF da ZEIS Pici pode ser consultado online. Para mais informações: <https://zonasespeciais.fortaleza.ce.gov.br/zeisp/5#pirfs/>. Acesso em: outubro de 2022.

Frente de Luta por Moradia Digna (Frente), da qual a Taramela também faz parte. Nesse processo, a intenção foi além da mobilização para as eleições e teve como objetivo traduzir informações técnicas, fomentar o pensamento crítico sobre os instrumentos urbanísticos, e gerar participação durante todo o processo que estava por vir, como a elaboração do PIRF (LESSA, MEDEIROS e SANTOS, 2019).

Somado a isso, a Taramela também participou como comissão eleitoral na eleição de Conselho da ZEIS Lagamar e concorreu junto à vaga de OSC nas ZEIS Pici e Mucuripe, onde foi eleita. Essa participação dentro do Conselho Gestor possibilitou acompanhar o processo de elaboração e aprovação dos PIRFs Pici e Murucipe, entre 2018 e 2020, fazendo questionamentos e contribuições. Assim, mais uma vez a assessoria pôde contribuir com a leitura dos materiais técnicos e com a mediação com os órgãos públicos⁶³, contribuindo diretamente com a comunidade. A luta popular agora continua para que esses planos sejam implementados pela prefeitura.

5.2. Assessoria técnica popular na produção espacial

Desde o princípio das experiências de assessoria técnica firmadas no Brasil até os dias atuais, apesar dos avanços obtidos serem tímidos, não faltam exemplos de atuações, como pode ser observado diante do que foi mostrado até então nesse capítulo. Sendo assim, a **assessoria técnica popular**, será o termo utilizado e defendido ao longo desse tópico com base nas reflexões a serem feitas focando na potencialidade e defesa do campo profissional para a construção de novas formas de produzir o espaço que sejam contrárias às relações de produção alienadas estabelecidas pelo capitalismo, que desconsideram o povo e o papel de profissionais ou técnicos como, o arquiteto/urbanista, para além dos interesses mercadológicos.

Isso será feito, principalmente, com o objetivo de ampliar a visão sobre o que se defende para o campo da assessoria técnica, com o que ela está alinhada, e como essa assessoria pode ser feita⁶⁴. O debate terá como prioridade, baseado nos

⁶³ Para mais informações: <https://www.taramela.org/assessoria-na-regulamentacao-zeis>. Acesso em: outubro de 2022.

⁶⁴ O profissional arquiteto/urbanista como assessor técnico será o foco maior durante o texto, mas entende-se que a assessoria deve ser feita por profissionais de várias disciplinas, inclusive conjuntamente.

estudos realizados, considerações e a defesa acerca de uma política pública habitacional acompanhada do campo da assessoria técnica popular, visto que é o foco maior deste trabalho, mas será considerada a importância e as potencialidades da assessoria para além dos limites institucionais.

Falta apoio federal à implementação de uma política pública como prevê a Lei de Assistência Técnica, que possui uma falta de adesão pelos municípios e insuficiente consideração da totalidade dos problemas habitacionais (CARDOSO E AMORE, 2018) em diferentes contextos e realidades, bem como a restringência a áreas de arquitetura e engenharia. É considerando esses problemas que outras iniciativas surgiram e surgem, antes mesmo da criação da lei, visando auxiliar a população dentro da questão da moradia. Ao utilizarem a nomenclatura assessoria, vão em contrapartida a práticas assistencialistas, defendendo outra relação entre assessor-assessorado, considerando a potência popular nas ações desenvolvidas, ampliando as formas de gerir o território e criando um novo campo profissional.

A análise e defesa das boas práticas que abraçam a assessoria é fundamental para a defesa que se faz ao campo. Assim, políticas públicas como o FUNAPS Comunitário, em que a formação de associações comunitárias é um requisito para a participação no programa e elas são protagonistas no decorrer do processo, são fundamentais. Nesse programa temos uma primeira demonstração do caráter de fortalecimento comunitário que deve ser defendido, visando apropriação popular da política habitacional.

Ou seja, indo na contramão das políticas de habitação dominadas ou subvertidas aos agentes dominantes “que impõe sua forma de organização e expropriação do trabalho” (ARANTES, p. 170, 2002) com o intuito de acumular capital, a chamada autogestão dentro da produção habitacional com “o mutirão organizado pelos movimentos vai permitir o controle das decisões e a administração dos recursos pelos próprios construtores e futuros moradores” (ARANTES, p. 170, 2002). Isso torna as pessoas agentes da produção do espaço no qual habitam, uma vez que é garantido, e podem se utilizar do poder de decisão como julgarem mais propício de acordo com seus conhecimentos e necessidades acumulados.

Sobre a adoção dos mutirões na fase de construção, Rodrigo Lefèvre os defende em uma tese apresentada em 1981 com a proposta de um “canteiro-

escola”, uma espécie de política pública habitacional promovida pelo Estado que apresenta semelhanças com os referenciais estudados e defendidos. Nela, Rodrigo pensa a construção de um novo habitat urbano popular, produzido pelo trabalho coletivo, em um processo pedagógico e formador, afirmando que o lugar de uma nova cultura urbana feita pelo povo e que seja do povo, podendo ser inventado como se quiser, é possibilitado (ARANTES, 2002).

Acolhendo os pensamentos do educador Paulo Freire, o canteiro da obra é, especificamente para Rodrigo, esse lugar educativo, de conscientização e libertação para os sujeitos durante o processo de construção coletiva (ARANTES, 2022). Como foi visto nas experiências do FUNAPS Comunitário e em partes no caso de Belo Horizonte, as associações escolhem como serão as casas e a organização do trabalho no canteiro, contrata trabalhadores, compra materiais, define frentes de trabalho, aprende a negociar com o governo e empresas e participam da construção de suas casas. Essas exemplificações demonstram o processo de organização política ao qual os movimentos sociais são submetidos (ARANTES, 2002), reforçando o pensamento de Rodrigo.

Apesar de Rodrigo defender esse modelo em uma sociedade no período de transição para um novo sistema de produção socialista, as experiências brasileiras em autogestão posteriores a sua tese, colocadas anteriormente, demonstram uma possibilidade de início para construção de um novo modelo produtivo desde o agora. Sendo o desenvolvimento da coletividade e organização popular caminhos a serem consideradas.

Dito isso, é importante mencionar a relação de trabalho diferente nos mutirões, onde os moradores participam da construção de suas casas sem estarem submetidos a ordens de um patrão ou pressionados para serem produtivos, e deve ser prevista a remuneração dessa mão de obra para evitar um sobretrabalho como acontece na autoconstrução sem apoio do Estado ou supervisão técnica.

Além disso, outra relação estabelecida, a partir da contratação pelas associações nos programas de autogestão, são as assessorias técnicas. Elas, a partir da atuação do assessor técnico, também têm papel político importante nesse processo educativo de conscientização e libertação dos indivíduos. A tese de Rodrigo, somada aos pensamentos já explanados, aborda a assessoria técnica para

as pessoas defendendo uma relação entre sujeito e o técnico que vai além da mera prestação de serviços. Rodrigo vê o técnico como educador e essencial para a condução do sujeito ao processo de transformação de si mesmo e da realidade a partir da troca entre ambos, objetificando sua autonomia (ARANTES, 2002). Da mesma forma, essa troca trará aprendizados ao técnico uma vez que os sujeitos detêm conhecimentos e práticas populares que devem ser respeitadas e consideradas no processo de assessoramento.

Diante disso, assim como fez Rodrigo, a visão de Paulo Freire será somada à prática de assessoria técnica popular do profissional arquiteto, quando no livro *Extensão e Comunicação* (1985), ele aborda o papel do técnico agrônomo no processo no meio rural, atrelando a ele um papel de educador popular. Freire (1985) defende que o técnico deve estar com os camponeses sendo sujeitos da mudança, e não apenas agentes passivos e receptores de soluções de maneira impositiva, utilizando-se da educação popular como algo fundamental nesse processo, a começar por gerar consciência da realidade, com a problematização do homem-mundo por meio do dialógico. O autor ainda afirma que não há técnica neutra, sendo necessário considerar as dimensões políticas da realidade do homem como essenciais para a prática do técnico e possibilidades de mudança Freire (1985).

Infelizmente nem sempre as políticas públicas que prometem incorporar a autogestão promovem uma assessoria técnica que coloca em prática os pensamentos que concernem com a relação técnico-assessorado. Mas ele deve ser posto em perspectiva, ao realizar outras ações, como defesa de uma assessoria técnica popular que pauta o direito a cidade amparado em uma perspectiva revolucionária.

Mostra-se, com isso, que os assessores técnicos, também educadores, têm como papel “substituir os técnicos do governo e da prefeitura” (ARANTES, p. 170, 2002) e se colocar a serviço das comunidades para fortalecê-las em seus processos de construção do novo, utilizando seus conhecimentos técnicos e contribuindo para a organização popular. Por isso, os arquitetos que assessoram os movimentos necessitam, quando necessário, contribuir “para restituir a política, a consciência de classe, ajudem a problematizar a vontade de integração e reprodução ideológica” (ARANTES, p. 185, 2002).

A contribuição para uma organização, autonomia e desenvolvimento popular que a assessoria técnica popular pode desempenhar, seja dentro de políticas habitacionais ou não, pode ser evidenciada nos programas autogestionários, mas também na realização de leis e planos, como foi estudado. Diante disso, as possibilidades para o técnico, também educador, se afirmam em várias formas de atuação. Assim, demais ações que contribuem para a conscientização libertadora são identificadas na realização das oficinas de participação popular ativa junto à população no processo de elaboração da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, em Conde, ou na mobilização social do processo de regulamentação da ZEIS, realizado pela assessoria técnica popular Taramela ATAC, em Fortaleza. Em ambos os casos, problemas de cada realidade são discutidos em comunidade junto aos técnicos e as pessoas podem refletir sobre eles, fazer considerações a partir disso e promover mudanças no seu território.

É necessário salientar que a organização popular é importante a partir de cada um desses processos, mas sua existência, para além deles, deve ser o almejado pela assessoria técnica e pelas políticas públicas, uma vez que, dentro de algumas ações como as já mencionadas, as pessoas desenvolvendo seu pensamento crítico, absorvendo a importância e o hábito de se organizarem, podem e devem se engajar em outras ações que visem transformar as cidades que habitam, havendo a possibilidade de contarem com os técnicos.

Essa tarefa de criar uma cultura participativa ou que gere frutos não apenas pontualmente, não é fácil. Mas no caso dos mutirões, Arantes (2002) salienta que a relação entre os mutirantes dos movimentos sociais e trabalhadores da construção civil pode levar à construção de cooperativas de trabalho pautadas em “novas relações de trabalho e novos padrões de construção” (ARANTES, p. 221, 2002). Essas cooperativas podem ser um contraponto às construtoras capitalistas e devem receber apoio dos técnicos para diferentes tipos de trabalho.

Somado a isso, a fundação de associações, também estimuladas dentro dos programas de autogestão, podem acarretar na continuação de uma organização em luta por conquistas sociais, visando o direito à cidade, bem como a participação em Conselhos, demonstrado no caso do Orçamento Democrático (OD), em Conde, e a regulamentação das ZEIS, em Fortaleza, ao incluir a participação da comunidade, em

que o primeiro culmina na Lei Orçamentária do Município e o segundo no Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF).

Ademais, convém demarcar o potencial desempenhado pela assessoria técnica popular como uma ferramenta de luta popular para além dos limites institucionais. Na realidade em que vivemos, onde o Estado brasileiro ainda não avançou em políticas públicas eficazes de assessoramento e que considerem a participação efetiva e ativa da população, a junção entre assessor e assessorado com o objetivo de lutar por transformações no território deve ser colocada em prática. Algumas formas de materializar essa parceria continuam a acontecer, exemplo disso são os instrumentos técnicos de defesa para comunidades ameaçadas e estratégias de mobilização popular para pressionar a iniciativa privada e o Estado⁶⁵.

Historicamente, foi a luta dos movimentos sociais a responsável pelos avanços na legislação urbanística brasileira e para a condução de boas políticas públicas para a área de habitação. Portanto, a construção de cidades mais democráticas possui alguns caminhos a serem seguidos, como foi defendido aqui a partir de experiências que consideram a gestão e a produção social do espaço. Mas, o sucesso dessas práticas passa pelo enfrentamento do modelo de produção capitalista. Assim, a pressão popular continua sendo fundamental para pôr em prática as mudanças almejadas, por isso a necessidade de pautar um projeto político socialmente comprometido, sendo uma das formas a partir da atuação do técnico.

Cabe aos técnicos também pautarem a assessoria técnica dentro da luta social como algo importante para ambos os lados. Assim, Diante das iniciativas ainda incipientes de políticas públicas que considerem o campo da assessoria técnica popular e o apoiem, a defesa desse campo profissional e o desenvolvimento de formas de reconhecimento público e regulamentação das assessorias técnicas, é um objetivo central.

⁶⁵ Como exemplo, se tem o relatório multidisciplinar “Estudo de Viabilidade e Permanência dos Pescadores/ribeirinhos e Mestre Barqueiros Artesanais da Prainha do bairro Industrial (Aracaju/SE)”, construído por uma frente técnica junto à comunidade em defesa da permanência dela no território que habita. Para mais informações: <https://agbaracaju.wordpress.com/2021/11/19/comunidade-de-mestres-barqueiros-artesanais-e-pescadores-ribeirinhos-recebe-relatorio-tecnico-multidisciplinar-sobre-viabilidade-de-permanencia-na-prainha-do-bairro-industrial/>. Acesso em: novembro de 2022.

O FUNAPS Comunitário trouxe muitos avanços nesse sentido ao considerá-las dentro de um programa da gestão pública e destinar recursos para as associações remunerarem a atuação das assessorias que estivessem regulamentadas como Organizações Não Governamentais (ONGs), atribuindo uma profissionalização. Todavia, essa luta se faz até os dias atuais e deve ser parte importante dentro da reivindicação de políticas habitacionais para o estabelecimento de um campo de atuação profissional. Portanto, deve ser defendida como um trabalho e não uma ação voluntária.

Nesse sentido, exposto às considerações sobre qual a assessoria técnica é defendida como prática a ser incorporada em políticas públicas habitacionais, esse trabalho fará sua defesa a partir da via pública dentro do território explorado. A cidade de Canindé demonstra potencialidades e necessidades que justificam essa adesão, podendo se juntar futuramente às grandes referências em políticas democráticas de gestão do território.

A photograph of a dirt road in a favela. On the left, there are several small, colorful houses (pink, yellow, green) with a satellite dish on one of the roofs. A blue wheelbarrow is in the foreground. On the right, there are more houses, some made of brick. The road is unpaved and leads into the distance. The sky is cloudy. Overlaid on the bottom half of the image is a white text box with green text.

6 PROPOSTAS CONTEMPORÂNEAS PARA HIS EM CANINDÉ

Diante de todo o caminho percorrido por este trabalho ao longo dos capítulos, as proposições que serão realizadas nessa última parte levam em consideração tudo o que foi apresentado anteriormente. Como os estudos teóricos; o diagnóstico da política habitacional de Canindé, suas deficiências e potencialidades históricas; as práticas de assessoria técnica à população e organização institucional/legal; e as reflexões a partir do campo da assessoria técnica popular. Resultando na construção das duas propostas detalhadas a seguir.

Nelas, levou-se em consideração as análises colhidas, principalmente a partir dos moradores entrevistados, como a histórica negação do direito à moradia à cidade diretamente influenciada pelo poder público, que nega a participação popular; a não aplicabilidade dos instrumentos legais existentes e a não inexistência de alguns instrumentos urbanísticos; a potencialidade da população enquanto sujeito em comunidade e a consideração dos seus saberes tradicionais; a necessidade de melhorias sustentáveis do espaço habitado; a inexistência de assessoria técnica à população; e a defesa do campo profissional para o assessor técnico. Assim, o foco é defender a implementação de uma política pública popular para Canindé, principalmente na área da habitação, que considere quem constrói o território diariamente.

Dessa forma, entendendo a escala de dificuldades existentes para uma cidade sede de município brasileiro como Canindé, que assim como a maioria ainda carece de melhores condições, recursos e estrutura, principalmente a nível federal. Defende-se a importância de aprofundar a construção de uma nova gestão desse território, começando pelo fortalecimento da estrutura institucional e legal. Assim, entende-se que a experiência do município de Conde/PB é um exemplo fundamental sobre a importância de criar uma organização e desenvolvimento de instrumentos que desencadeiem em ações de combate às problemáticas existentes no local, nesse caso, dentro do setor da habitação urbana, sendo uma forte referência para Canindé.

A segunda proposição é, então, apresentada após a defesa de importantes mecanismos que irão estabelecer a base para a criação dos programas habitacionais sugeridos, visando reduzir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo. Eles são inspirados nas experiências estudadas em São Paulo/SP, Belo

Horizonte/MG, Fortaleza/CE e Conde/PB que, como já foi apresentado, defendem a autogestão dos povos, demonstram as diversas possibilidades de atuação das assessorias técnicas e como é possível a sua implementação local.

É importante salientar que as proposições realizadas, a partir do Trabalho de Conclusão, aqui apresentado, são sugestões passíveis de serem melhoradas e aprofundadas. A intenção é iniciar o debate a partir delas e fomentar ideias e ações, de forma que demonstre as possibilidades concretas de novas práticas, pois uma vez apoiadas, podem ganhar maior dimensão para elaboração e realização. Esse apoio é o principal caminho para implantação das proposições, que necessitam de um engajamento político dos gestores, em que trabalhem, principalmente, no desenvolvimento do hábito da construção de uma política coletiva. Mas elas também podem ser apropriadas pela comunidade, a fim de pressionar pela mudança estrutural da forma que a política pública é feita.

Para ilustrar melhor o raciocínio seguido, o **Diagrama Síntese III** demonstra as questões diagnosticadas e consideradas para nas propostas.

DIAGNÓSTICO

DIAGRAMA
SÍNTESE I

Técnicas
tradicionais
de construção
em comunidade

Ausência de
saneamento
básico e
outros serviços

Destruição
dos modos
de viver
tradicionais
por parte do
Estado

Ausência de
participação
popular e
negação de
direitos

Desenvolvimento
predatório e
insustentável

DIAGRAMA
SÍNTESE II

Política
habitacional
de baixa
qualidade e alheia
às necessidades
de infraestrutura

Insatisfação da
população com
suas moradias,
necessidade de
melhorias e
acesso à moradia

Necessidade de
regularização
fundiária e
carência de
infraestrutura
urbana

Construções
em área
de risco

Carência das
áreas públicas
demarcadas
como ZEIS
diante da
precariedade

Falta de
aplicabilidade
dos instrumentos
legais existentes /
inexistência de
instrumentos
urbanísticos

Organização
popular presente,
mas incipiente

Ausência de
participação
popular e
de diálogo
do poder público

Inexistência de
auxílio técnico
à população
para construção

PROPOSTAS

**(Re)estruturação
institucional e
legal**

**Programas
com foco no
déficit
habitacional
quantitativo e
qualitativo**

6.1. (Re)estruturação institucional e legal

Entende-se que a estrutura da administração e gestão pública de Canindé está diretamente ligada aos problemas da cidade, a exemplo da ausência de determinados setores que cuidem da habitação social, inexistência de participação popular e insuficiência de instrumentos legais. Se começará, então, propondo uma nova configuração administrativa a partir da junção entre a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) e a Secretaria Municipal de Planejamento, visando a integração entre esses setores como uma forma de articular melhor as políticas de planejamento do território e a sua execução. Com isso, é importante a criação do Departamento de Habitação e o Departamento de Regularização Fundiária, eles são duas bases para o processo de cuidar do desenvolvimento territorial, colocando a habitação de interesse social como política pública municipal que, por conseguinte possa promover a assessoria técnica defendida, através da execução de programas, planos e estudos.

Nesse processo defendido, a regulamentação e a criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Urbano Rural e Ambiental (COHURBA) e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Urbano, Rural e Ambiental (FHURBA), já previstos em lei, são de fundamental importância para a implementação de uma gestão democrática e eficaz em suas práticas. Posto que as experiências estudadas, além de possuírem departamentos ou coordenações específicas para habitação, detêm um fundo com recursos específicos atrelados a elas e um conselho composto por cidadãos, a gestão pública de Canindé deve se espelhar nisso. Uma vez criado, o fundo público, deve garantir recursos dentro do orçamento anual para a implementação das ações da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento (SEMOSPP), especificamente dentro dos departamentos de habitação e regularização fundiária, ao qual estará vinculada. Quanto a sua gestão, o fundo deve ser gerido pela sociedade junto ao poder público e através do Conselho Municipal, que será encarregado de fiscalizar e monitorar as políticas públicas e as leis em desenvolvimento, passo importante para o fortalecimento de mecanismos de participação e organização popular dentro da cidade.

A exemplo do município de Conde, as ações de reestruturação administrativa provocaram mudanças institucionais e também legais, devido à necessidade de frear um desenvolvimento precário. Esse caminho deve ser almejado para Canindé, estabelecendo, também, um marco legal alinhado à realidade local, que seja suficiente e aplicado, para proporcionar, principalmente, controle, distribuição e desenvolvimento saudável do solo urbano e rural em acordo com o princípio legal de função social da terra, e que proteja a população que mora nos bairros.

Nesse sentido, o Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001) traz a importância do plano diretor e da utilização de instrumentos urbanísticos que necessitam serem incorporados e regulamentados para o desenvolvimento da cidade, além da sua função social, visando a garantia do direito à terra e à moradia. O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (PDDS), já existente, é central para esse objetivo, mas necessita ser revisado de maneira participativa e incorporado com outros instrumentos a serem criados e regulamentados. Aqui, será defendido alguns, e exemplo de parâmetros de desapropriação dos vazios urbanos não parcelados, edificados ou utilizados, que podem ser destinados para habitação social; a Outorga Onerosa do Direito de Construir, que altera parâmetros de Coeficiente de Aproveitamento (CA) em determinada zona e pode permitir mais construções em áreas centrais dotadas de infraestrutura; o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo; Zonas Especiais de interesse Social; e a Regularização Fundiária.

No que diz respeito à lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, existe no município o Macrozoneamento Rural e Urbano (Lei n.º 58/2014), que não pode ser considerado em sua totalidade, visto que é incompleto ao tratar do parcelamento, uso e ocupação do solo em cada uma das dez zonas delimitadas. Assim, cabe ser sugerido uma revisão, a exemplo de Conde, onde a elaboração da lei, também chamada de Zoneamento, é fruto de um amplo levantamento de dados e informações da cidade e restante do município como base para o restante do processo. Uma metodologia de construção participativa e multidisciplinar para realização da lei deve ser considerada, prevendo a realização de oficinas de cartografia social, por exemplo, que produzam informações a partir de quem mora no município, considerando as diferentes realidades, fragilidades e potencialidades

para a elaboração da lei que visa proteger o solo na perspectiva da função social da cidade.

Com a criação de um novo Zoneamento, a importante demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), algo inédito para o município, será umas das ações mais importantes para o enfrentamento da precariedade da cidade, inclusive a habitacional, tão evidenciada a partir do bairro Portelinha. As ZEIS são um exemplo de como o Zoneamento pode ser articulado de forma que contribua para uma boa gestão do território, podendo dispor de instrumentos específicos, além de passar a ser uma prioridade em melhorias urbanísticas, regularização fundiária, trabalho e renda, por exemplo.

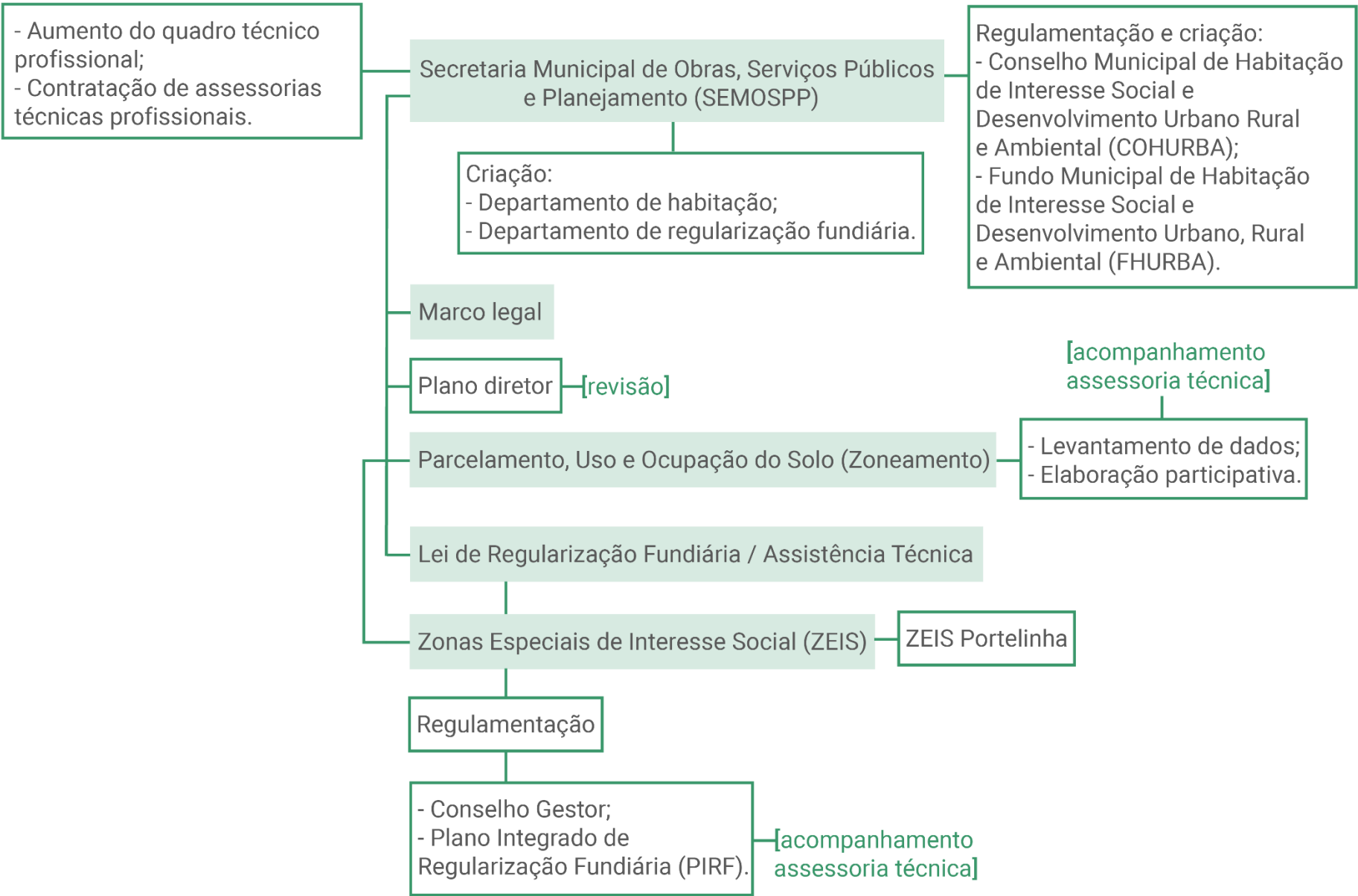
Uma regulamentação do Portelinha e outras áreas como ZEIS, deve estabelecer, a exemplo de Fortaleza, a eleição de um Conselho Gestor (comunidade, prefeitura e uma organizações da sociedade civil), que terá papel consultivo, deliberativo e fiscalizador na elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), feito pela população em conjunto com assessorias técnicas. Que por sua, devem atuar de maneira semelhante aos técnicos contratados a partir do termo de colaboração entre prefeitura de Fortaleza e Universidades e como a Taramela ATAC, mobilizando, fazendo formações e questionando. A assessoria deve ser disponibilizada com recursos da prefeitura destinado para o processo de elaboração do PIRF, devendo ser escolhida em acordo com a comunidade. Assim, essa potente política pública estabelece prioridades, considera a autonomia da comunidade, atribui poder de decisão a ela, potencializa o campo da assessoria técnica e pode estar articulada com a criação de outros programas na efetivação do conteúdo do PIRF, a exemplo dos que vão ser sugeridos adiante.

Dando continuidade à sugestão da criação de um marco legal para Canindé, diante do que já foi exposto, a regulamentação da Lei (13.465/2017) de Regularização Fundiária Urbana (REURB) é urgente, a fim de garantir direitos da população sobre seus imóveis e fazer ser cumprido o papel do poder público. A segurança de propriedade é uma das maiores problemáticas dos municípios brasileiros, por isso a necessidade de oferecer base para a criação de um programa específico que atenda à população a partir da regulamentação de REURB. A lei pode estar contemplada no plano diretor, incorporando vários instrumentos dispostos na

legislação brasileira como a Demarcação Urbanística, quando utilizada a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) e o Usucapião Especial de Imóvel Urbano presente no Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001). Também é necessário atrelar esses instrumentos às ZEIS, onde devem serem aplicados de maneira prioritária. Nesse caminho, a Lei de Assistência Técnica (11.888/2008) para reforma e construção gratuita habitacional, que também dispõe sobre serviços de regularização, deve ser outro instrumento a ser utilizado a partir da criação de outro programa.

Por fim, foi considerada a participação das assessorias técnicas, a partir da sua contratação e demonstrado onde podem contribuir para a implementação das ações, por entender seu papel fundamental junto à comunidade, nas ações mencionadas, visando o fortalecimento e autonomia comunitária nas ações de construção do “seu lugar”. Posto isso, é necessário salientar, também, que se deve incorporar novos técnicos à SEMOSPP para trabalharem de maneira fixa e contínua dentro da nova estruturação administrativa proposta e nas demais atividades atreladas. Além disso, um fortalecimento da base de dados com informações da cidade e do restante do município é essencial para a política pública e consequente ações, como programas e planos, devendo a geração desses dados especializados ser implantada a partir de ferramentas de geoprocessamento.

A reestruturação institucional e legal proposta está contida no **Diagrama Síntese IV**, a seguir.



6.2. Programas com foco no déficit habitacional quantitativo e qualitativo

A partir do diagnóstico realizado, mostrou-se que Canindé apresenta níveis de precarização contemplados no déficit habitacional quantitativo, seja por coabitação ou superlotação, casas em área de risco e gasto com aluguel; e qualitativo, evidenciado pela necessidade de melhorias habitacionais, inadequação fundiária e carências de infraestrutura urbana. A reprodução dessa realidade se perpetua pela inexistência de uma política pública que combata o déficit.

Nesse viés, com a reestruturação institucional e legal, a proposição dos seguintes programas torna-se possível ao aproveitarem a criação de uma estrutura base dentro da SEMOSPP, como os Departamentos de Habitação e Regularização Fundiária; Conselho Municipal, COHURBA; e o Fundo Municipal, FHURBA. Assim, levando em consideração o que foi estudado, a primeira proposta é a criação de um **Programa Habitacional Autogestionário**⁶⁶, um primeiro exemplo de como é possível gerir a produção habitacional em Canindé por outras vias e defende-lo enquanto alternativa real.

Dessa forma, o Departamento de Habitação dentro da SEMOSPP e o FHURBA, vão gerir e financiar o programa. Por isso, o Fundo Municipal deve estar contido na Lei Orçamentária anual do município, pois uma vez dotado de recursos próprios garantirá a viabilidade das ações propostas. Em 2022 a receita orçamentária de Canindé foi correspondente a R\$ 141.000.000,00 (cento e quarenta e um milhões de reais), dos quais R\$ 18.026.300,00 (dezoito milhões vinte e seis mil e trezentos reais) foram destinados ao orçamento da SEMOSPP. Porém, dentro da secretaria a divisão de recursos contemplou a habitação popular com apenas R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) (CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO, 2021).

Visto que a obtenção de recursos suficientes pode ser uma dificuldade para a realização de políticas públicas, se faz a defesa aqui na necessidade de retomada dos investimentos federais na área habitacional, com o resgate de mecanismos como o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e a destinação dos seus recursos financeiros para as prefeituras, assim como a volta do Ministério

⁶⁶ Esse programa deve ser executado a partir da implementação da Lei de Assistência Técnica no município.

das Cidades, importante órgão de articulação de políticas públicas voltadas ao direito à cidade.

No programa que se desenha a prefeitura promove, cria condições para sua existência e faz o acompanhamento, mas o gerenciamento das atividades e destinação dos recursos devem ser de controle social, devidamente justificados. Será adotada a autogestão em todos os processos, incluindo a construção com mutirões, em concordância com um processo que visa a participação, autonomia e formação política popular, nos moldes das experiências de São Paulo e Belo Horizonte. Porém, é necessário levar em consideração as especificidades do local que se defende a realização desse modelo.

Portanto, ao estabelecer a estrutura do programa, é preciso fazer alguns apontamentos a partir do estudo feito com os moradores canideenses, pois, ao passo que existem potencialidades de organização popular e tradição em métodos comunitários de construção, não foi observada na cidade, a formação de associações comunitárias/moradores e movimentos sociais que já possuam experiências com trabalhos autogestionários e que estejam legalmente constituídas. Da mesma forma, localmente não foram identificados grupos técnicos com o mesmo tipo de prática das assessorias técnicas. Essas alegações não são necessariamente impeditivas para a proposição de um programa gerido pela comunidade, apenas acrescentam pontos que devem ser refletidos na sua formalização, para que possa vir a ser executado da melhor forma.

Sendo assim, o controle dos recursos financeiros deve ser dado a associações comunitárias formalizadas⁶⁷, por meio do repasse de recursos da SEMOSPP. Diante da ausência de referências desse tipo de organização comunitária, devem serem previstos o apoio a formalização de associações na cidade, por parte da prefeitura, podendo até serem destinados apoios financeiros específicos durante certo período de tempo. Essa defesa se faz pela importância de fomentar a organização comunitária na cidade, visto que ela é uma das bases para as políticas sugeridas e para efetivação dessa organização em diferentes meios. Da mesma maneira, considerando a possível falta de experiência para o gerenciamento desses recursos, a SEMOSPP deve oferecer as formações necessárias destinando

⁶⁷ Associações registras em Cartório, que possuem CNPJ.

profissionais que auxiliem a comunidade na administração, podendo também solicitar a colaboração de movimentos populares com experiência em autogestão, como aconteceu em Conde, e as assessorias técnicas.

Com o poder sobre os recursos, as associações o utilizarão para obtenção dos materiais, compra de ferramentas, locação de equipamentos, organização do canteiro, pagamento de parte da mão de obra, formações e contratação das assessorias técnicas. No que se refere à obtenção do terreno, no caso da produção de novas moradias, a prefeitura deve dispor de um banco de terras públicas com essa prioridade. O Portelinha, inclusive, é uma área com muitos loteamentos de domínio do poder municipal. Além disso, a regulamentação dos instrumentos legais pode aumentar a disponibilidade fundiária a partir dos vazios urbanos submetidos a lei e destiná-los a promoção de habitação social.

No programa, a parceria entre associações e assessoria técnica é um ponto fundamental do programa. Há possibilidade da contratação ser feita diretamente pela associação, mas também é estabelecida a possibilidade dela ser contratada pela secretaria, ficando a critério da comunidade essa decisão. Para o programa, os princípios autogestionários também devem estar contemplados nessa relação assessor-assessorado, definindo como obrigatória a implementação de uma metodologia participativa na construção dos projetos arquitetônicos e urbanísticos que venham a ser feitos pelos técnicos junto à população, assim como na realização de decorrentes formações políticas e profissionais durante o desenvolvimento dos trabalhos. O acompanhamento do canteiro de obras também deve ser uma atribuição das assessorias como forma de estender esse auxílio e formação.

Para a contratação de grupos de assessoria pela secretaria o modelo de credenciamento estabelecido em Conde pode ser adotado. A lista de credenciamento será utilizada de acordo com a demanda, uma vez que o grupo se encaixe na metodologia do programa, será realizado o sorteio e contratação da assessoria. Essa possibilidade se configura como um importante avanço para o acesso público da população de serviços de arquitetura, engenharia e outros, como versa a Lei de Assistência Técnica.

A última etapa é sempre a construção e entrega da moradia, sendo realizada com a participação dos moradores através dos mutirões de construção. No

programa, defende-se os mutirões como essenciais nessa metodologia autogestionária com duas frentes de trabalho: a voluntária e a remunerada, a exemplo da experiência em Belo Horizonte. A equipe remunerada trabalharia durante a semana e os voluntários nos finais de semana. Nessa organização, devem ser previstos os momentos formativos para a mão de obra remunerada, uma contribuição direta para a população, envolvida que ganha uma profissionalização na área da construção civil.

Mas não só, como já foi objeto de reflexão, o envolvimento popular em todos esses processos autogestionários visa defender que a comunidade de Canindé seja o agente direto da política habitacional que lhe contempla e o fazer se apropriar do espaço e sua produção, além de potencializar sua organização em comunidade. É a troca coletiva, seja entre a própria comunidade ou os técnicos envolvidos, que irá gerar reflexões e conhecimentos por meio de uma formação política e crítica que vise a emancipação popular

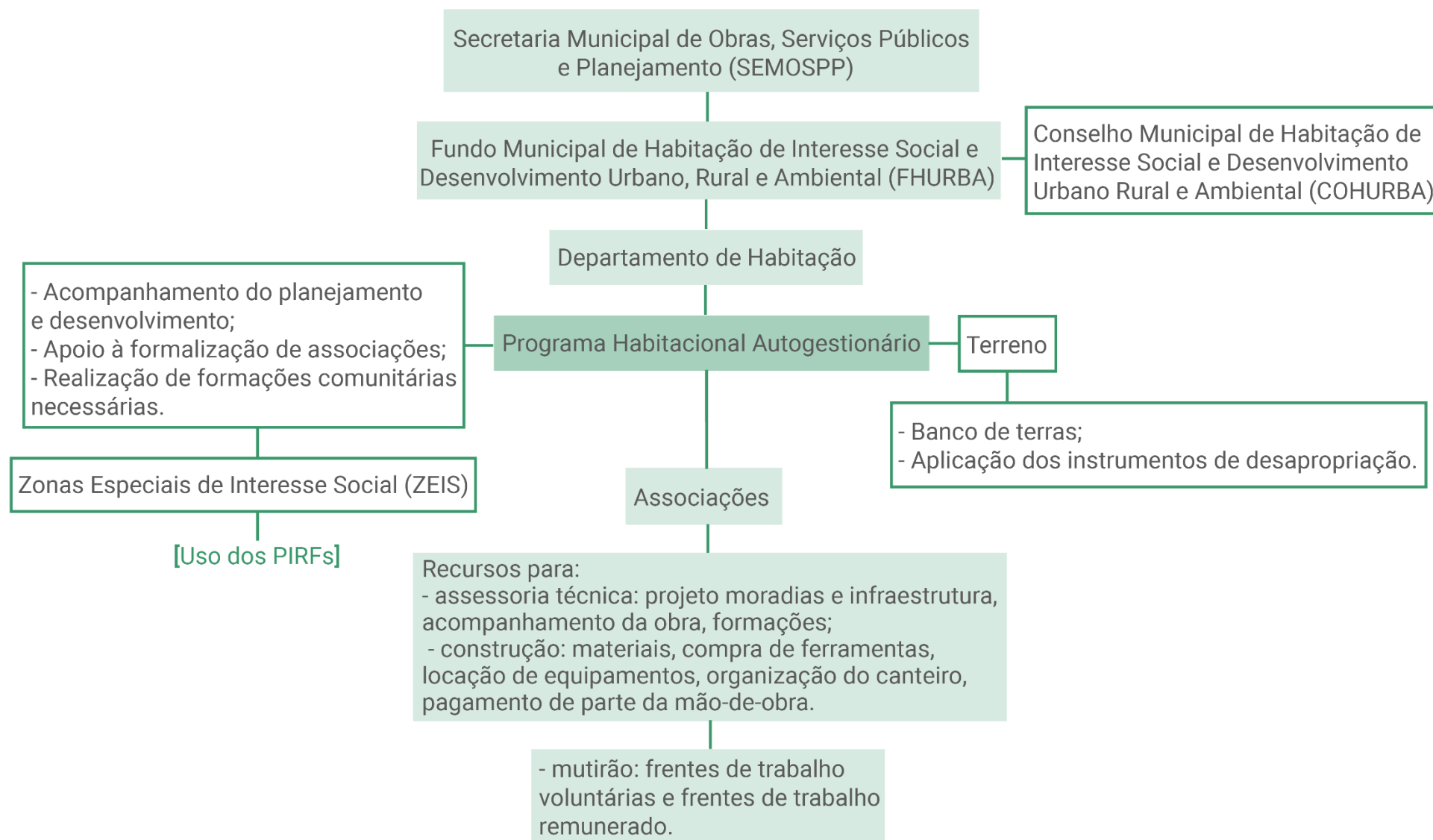
Ainda sobre as construções, é importante estabelecer como princípio dentro do programa um canteiro de obras que fomente o desenvolvimento de métodos de construção sustentáveis e responsáveis. De forma que considerem as práticas tradicionais ou próximas da realidade local alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU)⁶⁸.

Outro traço da implementação de um programa autogestionário para construção e reforma de moradias é a diminuição de custos para o poder público. Diante das críticas a programas habitacionais que são onerosos ao Estado, uma vez que produzem moradias em lugares afastados, que demandam infraestrutura e são executados por grandes construtoras que capitalizam em cima de construções insuficientes, um programa de autogestão deve priorizar áreas precárias, como as ZEIS, incluindo lugares mais consolidados que oferecem serviços necessários à população. Nesse ponto, a aplicabilidade das leis é muito importante para o bom uso dos recursos financeiros e para a articulação entre políticas. O PIRF de uma ZEIS, ao incluir um plano de urbanização para a comunidade, pode aproveitar esse programa autogestionário para implementar parte do plano. Pode somar a isso o envolvimento da população no processo de autogestão, que inclui a contribuição popular na

⁶⁸ Para mais informações: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: novembro de 2022.

construção, a inclusão do foco em melhorias de residências já existentes e a “gestão democrática da obra, ausência de lucro, corrupção e desperdício” (ARANTES, 2002, p. 20) impactam diretamente em custos menos onerosos a implementação pública do programa.

A estrutura institucional do Programa Habitacional Autogestionário está contida no **Diagrama Síntese V**.



Dando seguimento às ações de combate ao déficit habitacional, a construção de um **Programa de Regularização Fundiária** é a segunda proposta e tem foco específico no déficit qualitativo, diante da forte presença das inadequações fundiárias e carências de infraestrutura urbana em Canindé a partir do bairro Portelinha, local ao qual nenhum dos moradores entrevistados apresentou escrituras públicas de propriedade. A estrutura usada é a mesma sugerida para o programa anterior dentro da SEMOSPP, usando os recursos do FHURBA, mas sendo de responsabilidade específica do Departamento de Regularização Fundiária que deve ser criado dentro da secretaria.

Feita a regulamentação da REURB no município, base para a criação do programa, assim como em Conde, as ZEIS demarcadas receberão os trabalhos de regularização fundiária através de uma assessoria técnica contratada, podendo ser aproveitado o processo de chamamento a partir da lista de credenciamento utilizada no Programa Habitacional Autogestionário, ou poderá ser destacada uma equipe da secretaria para a função. Uma metodologia de trabalho participativa deve ser incorporada pelo programa. Assim, a assessoria técnica terá como atribuições fazer formações que expliquem todo o processo de regularização e sua importância, realizar o levantamento dos imóveis e, por fim, construir o projeto urbanístico junto à comunidade.

Para plena viabilidade do programa, acrescenta-se a necessidade de usar uma base de dados cartográfica do município atualizada, para ser utilizada como base do projeto urbanístico e levantamentos dos beneficiados.

Acrescenta-se, ainda, que a integração das políticas públicas é um caminho importante para seu bom desenvolvimento após as mudanças estruturais da proposta de reestruturação institucional e legal. Por isso, o Programa de Regularização Fundiária também deve estar articulado. Uma forma de executar isso, é priorizar sua implementação nas ZEIS, utilizando os PIRFs elaborados junto à comunidade, onde devem estar previstas ações de regularização a serem executadas pelo poder público e demais agentes envolvidos. Essa articulação do programa com o PIRF é essencial para gerar condições de permanência da população nos territórios. Além disso, é importante destacar que a titulação de posse da terra ou residência é imprescindível para que as pessoas acessem o

programa habitacional autogestionário, demonstrando como os programas de habitação e regularização fundiária são complementares.

A estrutura institucional do Programa de Regularização Fundiária está contida no **Diagrama Síntese VI**.





7 CONSIDERAÇÕES
FINAIS

A construção desse trabalho, a partir da cidade de Canindé de São Francisco/SE, se ancorou em algumas defesas, sobretudo ao direito básico à moradia, que não obstante, deve ser um sinônimo do direito à cidade, pois o morar necessita de ter condições de acesso à saúde, educação, lazer e outros, assim como deve considerar o poder de voz e de escuta do cidadão. Então, é necessário questionar esse “direito” diante da sua completa ausência para a maioria da população, que não é contemplada, por exemplo, com uma política habitacional popular e eficiente, algo denunciado ao longo do trabalho.

As discussões colocadas com base na abordagem sobre moradia, reafirmam os problemas se perpetuando devido à desigualdade histórica de acesso à terra, uma vez que ela é dominada por uma parcela pequena, que dita a forma de explorá-la. Isso se traduz na negação de vários acessos básicos essenciais para a reprodução social. Por isso, ao propor políticas públicas que vão em direção contrária à lógica predominante, tem-se uma contribuição para aflorar as disputas sociais por outra produção de espaço desde o agora.

Conclui-se, assim, a importância sobre o fato de essas proposições terem sido defendidas para Canindé a partir dos relatos de seus ilustres moradores, extremamente importantes e solícitos para todo o caminho percorrido. Eles, que estão “às margens”, infelizmente não apenas das belezas naturais do “Velho Chico”, mas da organização sócio-política que não os consideram, demonstraram conhecer muito bem o lugar onde habitam, assim como identificar suas necessidades.

Além disso, diante da falta de muitos materiais referenciais e de dados acerca da história do povo canideense e suas condições de vida na atualidade, foi uma intenção suprir isso de duas formas. Primeiramente, narrando o processo de destruição da “Velha Canindé”, através da ótica do morador retirado de sua casa e realocado em uma nova cidade, fato histórico que merece mais propagação devido aos seus impactos, ocasionados por uma ideologia destrutiva, difundida dentro do capitalismo e que suprime comunidades tradicionais em nome de um desenvolvimento predatório, ameaçando a vida dos povos. O segundo fato, que se torna um empecilho ao desenvolvimento de pesquisas sobre comunidades, é justamente a ausência de informações atualizadas sobre suas condições de vida no território. Por isso, espera-se que a produção dessas informações seja assimilada,

especificamente sobre as condições de moradia a partir da defesa feita no trabalho e da demonstração de sua importância para implementação de políticas públicas.

Assim, não faltaram programas que prometeram alterar a realidade problemática dentro da questão da moradia em Canindé ao longo dos anos, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Na prática, apesar do número de produções, ele teve qualidade questionável de moradias e contribuiu com a periferização dos lugares e com a acumulação de capital. Depois, foi sucedido pelo Programa Minha Casa Verde e Amarela, que tem os mesmos princípios. Ou seja, nenhuma mudança de direção para enfrentar o déficit habitacional alto é colocada em prática.

Dessa forma, a cidade de Canindé é colocada nesse trabalho como um lugar possível de incorporar novas práticas dentro da política habitacional, justificada pela sua história, pelo diagnóstico realizado e por ser uma referência para outros municípios brasileiros. A começar pela demonstração de referências de atuação que mostram a viabilidade para novas práticas em autogestão e que evidenciem o sujeito em comunidade como agente direto das transformações que deseja, através de práticas que gerem aprendizados em benefício de si, do seus e de sua relação com o mundo.

Os referenciais apresentados e o desenho de política traçado, também demonstraram a importância de uma administração pública que estabeleça os mecanismos necessários para viabilizar e apoiar ações transformadoras pelo povo. Assim, um arranjo institucional bem articulado e equipado, somado ao estabelecimento das ações de implementação das instâncias participativas, como os Conselhos, são o começo para práticas socialmente justas. Para isso, a volta de investimentos federais dentro da área habitacional é fundamental para as prefeituras, assim como o apoio no aspecto administrativo.

Nesse movimento de disputar novos horizontes, o campo da assessoria técnica popular se encontra como parte fundamental. O trabalho do assessor técnico, manifestado e defendido, pode contribuir para a emancipação desses atores a partir do momento que entenderem que seu papel social vai além das simples soluções prontas e postas em um desenho, como insistem alguns cursos de arquitetura e urbanismo. Além disso, o trabalho coletivo também é essencial para a

essa área de exercício, devendo ser fortalecida por meio de atuações cada vez mais em conjunto com as diferentes áreas e disciplinas. Por outro lado, as possibilidades de atuação do assessor técnico, uma vez concretizadas pelos agentes públicos, também são uma forma de emancipar os profissionais arquitetos/urbanistas das amarras de um mercado que não entende a profissão de maneira abrangente e restringe os serviços para uma classe social de maior renda. Isso gera a distorção dos princípios da função social a que se defende que o profissional absorva.

Portanto, o que foi apresentado aqui está articulado por aprendizados adquiridos durante a formação e, especificamente, durante todo o processo de desenvolvimento do trabalho. Preocupou-se em fazer uma proposta que defenda os pontos acima mencionados, mas elas são o começo de todas as defesas para a cidade de Canindé e para o restante do Brasil, estando sujeitas à continuação do exercício de estabelecê-las como prática. Assim, espera-se que continuem sendo aperfeiçoadas através de contribuições de diferentes fontes de conhecimento e sejam defendidas e apropriadas por quem defende uma **reforma socialmente democrática do espaço**.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

AKAISHI, Ana Gabriela. **Desafios do planejamento urbanohabitacional em pequenos municípios brasileiros**. In: Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo (Risco). Artigos e ensaios. São Paulo: IAU-USP, 2011. p. 41-50.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigos aos mutirões**. 3. Ed. – São Paulo: Editora 34, 2002.

ARAÚJO, Rogério da Costa. **A Resistência da Luta Pela ZEIS Bom Jardim**. Fortaleza: Alto Falante, 2017.

BARAVELLI, José Eduardo. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo**. Dissertação Mestrado FAUUSP. São Paulo, 2006.

BARRETTO, Vinícius Saraiva. **Ocupação Carlos Mariguella: burca pela produção habitacional local com assessoria técnica e autogestão**. Trabalho de Conclusão do Curso - Universidade Federal do Ceará, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2022.

BOREL, Mariana. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSESSORIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO: práticas na direção da autonomia**. Dissertação Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Escola de Arquitetura e Design, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

BRASIL, Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional: Metodologia do Déficit Habitacional e da Inadequação de Domicílios no Brasil 2016 – 2019**. Belo Horizonte, 2021.

BRASIL, Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte, 2021.

BRASIL, **Fundação João Pinheiro. Inadequação de Domicílios no Brasil 2016 - 2019**. Belo Horizonte, 2021.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. **Assessoria técnica com interfaces. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Porto Alegre, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. Ed. – São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Alcino Alves. **Canindé de São Francisco: seu povo e sua história**, Aracaju, Futura Gráfica, 2006.

CARDOSO, F. S.; AMORE, C. S. **Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil**. In: XV Colóquio Internacional de Geocrítica Las ciencias

sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista, Barcelona, maio de 2018. Disponível em: www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/CardosoAmore.pdf. Acesso em: maio, 2022.

COSTA, Alcino Alves. **Canindé de São Francisco – seu povo e sua história. 1. ed. – Aracaju:** Futura Gráfica e serviços Ltda, 2006.

FARIAS, Ana Maria. Habitação e Conflito: o estudo do programa Promorar no Conjunto Renascer. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. João Pessoa, 1989.

FERNANDES, Edésio. **Estatuto da Cidade Mais de 10 Anos Depois.** Revista UFMG, Belo Horizonte, n.1, p.212-233, jan./jun. 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8d. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985. [1969]

FREITAS, Henrique; et al. **O método de pesquisa survey.** Revista de Administração, São Paulo: v.35, n. 3, p. 105-112, 2000.

FRANÇA, Vitor Santos. **Diretrizes Para o Desenvolvimento do Bairro Portelinha no Município de Canindé de São Francisco – SE.** 2018. Monografia apresentada a Universidade Tiradentes de Aracaju SE para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Centro de pesquisa e documentação histórica contemporânea do Brasil. Eletrobrás [online], sem data de publicação. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/eletrobras-centrais-eletricas-brasileiras-s-a> Acesso em: maio de 2022.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana.** 1. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE, Biblioteca. **Canindé de São Francisco-SE.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=34896&view=detalhes>. Acesso em: maio de 2022.

IBGE, Cidades. **Canindé de São Francisco.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/caninde-de-sao-francisco>. Acesso em: maio de 2022

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html> Acesso em: maio de 2021

IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: maio de 2022.

GUERREIRO, Isadora. **Normativa da regularização fundiária do Casa Verde e Amarela: mais problemas à vista.** Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/normativa-da-regularizacao-fundiaria-do-casa-verde-e-amarela-mais-problemas-a-vista/>. Acesso em: maio de 2022.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação urbana Paz e Terra** - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5. ed. – São Paulo: Centauro Editora, 2001.

LESSA, Lucas Gognac; MEDEIROS, Natália Maria Moura; SANTOS, Marcela Monteiro dos. **Assessoria e Assistência Técnica pelo direito à moradia e à cidade: A contribuição da Taramela para a consolidação de um campo de atuação profissional em Fortaleza, Ceará.** Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1551>. Acesso em: maio de 2022.

MARICATO, Erminia. **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. 2. ed. - São Paulo, Editora Alfa-Omega 1989.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: 1. ed. Expressão Popular, 2015.

MELO, Sarah Silva de. **Análise Comparativa Entre Programas Governamentais de Habitação: Programa Minha Casa Minha Vida e Programa Casa Verde e Amarela. 2021.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

MORAIS, Livia Maria. **Do canteiro ao cotidiano: o legado de processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

Recife/PE. Publicação: **I Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste [livro eletrônico]**. Salvador/BA: Ed. dos autores, 2020.

RONCONI, Reginaldo. **Habitações Construídas com Gerenciamento Pelos Usuários, com Organização da Força de Trabalho em regime de Mutirão - O Programa FUNAPS Comunitário**. Dissertação Mestrado Departamento de Arquitetura da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

SUPES/SEPLAG. **Territórios em Números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira**. Aracaju, 2015.

SORAGGI, Ana Carolina Maria; ARAGÃO, Thêmis Amorim; CORRÊA, Filipe. **Da luta urbana à política habitacional: O constante recomeço**. Disponível em:

<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1287>. Acesso em: maio de 2022.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. **MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território**. Geo UERJ, ano 10, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SANTOS, Tereza Raquel Carvalho. **Canindé de São Francisco: A rica história se seu povo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade Sete de Setembro/BA. Paulo Afonso/BA, 2008.

SCHURMANN, Betina. **Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos**. Textos de História, v. 7, n. 1/2, p. 149-178, 1999.

TAVARES, Flávio; et al. **Agir Local: gestão territorial e democracia, uma experiência em Conde – Paraíba – Brasil**. 1. Ed. – João Pessoa, PB: Instituto Território, 2022.

VIEIRA, Cléia Tenório. **História de Canindé de São Francisco - SE antes e pós a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia/AL, 2018.

WANDERLEY, Lílian de Lins; SOUZA, Fernando Antônio de. **CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO (SE): CENTRO REGIONAL NO ENTORNO DA HIDRELÉTRICA DE XINGÓ E SEU PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Aracaju, 2006.

DOCUMENTOS

CHESF-CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - DOX-CSF-047. Canindé de São Francisco Loteamento, 1989.

CORRESPONDÊNCIA INTERNA – 164/1983, Assunto: Canindé de São Francisco, do remetente Diretor de Construção da CHESF para o Presidente da República, 1983.

CORRESPONDÊNCIA – 4385/1984, Assunto: Canindé de São Francisco, do remetente Diretor de Construção da CHESF para o Governador do Estado de Sergipe, 02 de maio 1984.

ESCRITURA PÚBLICA. Permuta celebrada entre o município de Canindé de São Francisco, como primeiro permutante e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, CHESF, como segunda permutante, 21 fev. 1991.

FORTALEZA (CEARÁ). Diário oficial n.º 16.376, de 01 de novembro de 2018. Regula prescrição quinquenal. Diário Oficial do Município, Fortaleza, de 01 de novembro de 2018.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

BRASIL. Lei Federal 11.888/2008, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei No 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Federal 11.888/2008, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei n.º 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei n.º 13.465, de 11 de julho de 2017 de dezembro de 2017. Lei de Regularização Fundiária Urbana. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 de Julho de 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 de mar. 2022.

CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO (SERGIPE). Lei n.º 33, de 03 de junho de 1998. **Código de Urbanismo e Obras do Município de Canindé de São Francisco**. Gabinete do Prefeito, Canindé de São Francisco, 03 de junho de 1998.

CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO (SERGIPE). Lei n.º 06, de 10 de outubro de 2006. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Canindé de São Francisco**. Gabinete do Prefeito, Canindé de São Francisco, 10 de outubro de 2006.

CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO (SERGIPE). Lei n.º 012, de 12 de fevereiro de 2010. **Da Administração Pública Municipal**. Gabinete do Prefeito, Canindé de São Francisco, 12 de fevereiro de 2010.

CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO (SERGIPE). Lei n.º 219, de 09 de dezembro de 2021. **Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Canindé de São Francisco, Estado de Sergipe, para o exercício financeiro de 2022 e dá providências correlatas**. Gabinete do Prefeito, Canindé de São Francisco, 09 de dezembro de 2021.

FORTALEZA (CEARÁ). Lei n.º 062, de 02 de fevereiro de 2009. **Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza**. Gabinete do Prefeito, Fortaleza, 02 de fevereiro de 2009.

SECRETARIA DE OBRAS PLANEJAMENTO E SERVIÇOS PÚBLICOS – DEPARTAMENTO FISCALIZAÇÃO URBANA E HABITAÇÃO. **Relatório – 2018**. Canindé de São Francisco, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Semiestrutura das entrevistas com antigos moradores

Público alvo: moradores da “Canindé Velha”.

1) Sobre morar na antiga cidade ribeirinha

- Responda se morou na Canindé Velho ou na Canindé Velho de Baixo (às margens do rio) e sua história com o lugar fazendo descrição dele;
- Descreva sua moradia e como adquiriu ela e/ou o terreno, fonte de renda, infraestrutura (água, luz, transporte, educação, saúde, saneamento);
- Qual a relação com o Rio

2) Figuras conhecidas da época

- Quem foi Francisco Cardoso de Britto Chaves (Coronel Chico Porfírio)? Qual sua importância?

3) Relação com o poder público

- Antes da primeira eleição para prefeito, os moradores observaram alguma ação do poder público na comunidade? e depois da eleição teve alguma mudança? Como foi a gestão do primeiro prefeito (1955)?

4) A construção da Hidrelétrica de Xingó e da nova cidade, e a participação da população perante os acontecimentos

- Qual ano e como foi comunicado a construção da usina Hidrelétrica de Xingó, e como receberam essa notícia?
- O que foi dito para justificar a sua saída dali? Você foi consultado de alguma forma? Você queria sair de onde morava? Alguma outra alternativa foi dada?
- Como era a casa entregue na nova Canindé? Você ficou satisfeito?
- Houve dificuldade para se adaptar à nova cidade? O que mudou?
- Como é morar na cidade atualmente? Sente falta da antiga cidade?

APÊNDICE B – Estrutura do formulário para moradores do Portelinha

Público alvo: moradores do bairro Portelinha.

1. Nome / idade

2. Renda

- ☐ Até 1 salário mínimo
- ☐ Até 2 salários mínimos
- ☐ Até 3 salários mínimos
- ☐ Até 4 salários mínimos
- ☐ Mais que 4 salários mínimos

3. Número de pessoas que moram na casa

4. Há mais de um núcleo familiar na sua moradia?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

5. Quantos e quais cômodos?

6. Há algum cômodo onde que exceda o limite de acomodação confortável?
(sim/não e qual)

7. Como teve acesso a moradia? (por uma política de habitação, comprou, autoconstrução, aluguel, ganhou, invadiu)

8. Caso tenha adquirido pela política de habitação (inclui ocupações), como era a moradia feita pelo poder público? (quantidade de cômodos, esquadrias, acabamentos, instalações hidráulicas e elétricas, saneamento)

9. Caso tenha adquirido pela política de habitação, fez alguma melhoria? (sim/não e porque)

10. Caso a moradia tenha sido autoconstruída, como teve acesso ao terreno? (comprou, ganhou, invadiu)

11. Caso a moradia tenha sido autoconstruída informar como foi o processo, mão de obra própria ou de terceiros?

12. Caso tenha ganhado ou comprado informe se era uma moradia da política de habitação

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ OUTRO

13. A casa tem algum documento que assegure a posse ou propriedade?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ OUTRO

14. Sua moradia necessita de melhorias? (sim/não e quais)

15. Já teve algum auxílio técnico (arquiteto ou engenheiro) para a construção ou melhoria da moradia? (sim/não, se sim, qual)

16. Comente sobre a infraestrutura do bairro (comentar sobre rede de abastecimento de água, rede de esgoto sanitário, coleta de lixo, rede de distribuição de energia elétrica, educação, saúde, lazer)

17. Você participou de algum processo de planejamento, debate ou decisão sobre a sua moradia ou melhoria do bairro? (sim/não e como se deu)

18. O bairro sofre com alagamentos, deslizamentos, redes alta tensão ou outro tipo de risco? (sim/não, e qual)

APÊNDICE C – Entrevistas com antigos moradores e com a agente de saúde

ENTREVISTA 1 – Moradora 1

1) Sobre morar na antiga cidade ribeirinha

Canindé, que era cidade, aonde hoje era a prainha, que tem o nome de Orla Salomão Porfírio de Brito, a cidadezinha era ali, na beira do rio, que ficou conhecido também como condomínio, condomínio que foi a CHESF que construiu mudando toda a população da pequena cidade para a nova Canindé e o outro canindé, era só só uns moradores poucos que era uma colônia de pescadores, mais em cima, é a onde tem a subestação, aquele portal que tiram muitas fotos, era naquele local. Eu morava na de cá, a beira do rio.

*Eu me casei com Salomão, Salomão na época era de uma família que tinha condições, o pai dele possuía um casarão, uma casa muito grande, foi o pai dele quem construiu, de 16 compartimentos, e ele Salomão era agricultor, gostava muito de criar bode, ovelhas, ele já se criou vendo o pai tendo propriedade, quando me casei ele já tinha uma propriedade. Com pouco tempo que eu estava casada, uns sete meses, o pai dele faleceu, eu fiquei morando na casa. **Sobrevivia da agricultura e do meu trabalho de professora do estado**, eu fui concursada em 1974 e comecei a trabalhar, e também professora só tinha uma, e Maria Feitosa que entrou depois pelo município. Nessa fazenda ele criava gado e fazia muito queijo também, e ele criava muito bode, isso na fazenda, nós morava cá. A fazenda fica próximo ali ao dick quatro.*

Nessa época o posto de saúde não tinha , era uma cidadezinha simples demais que precisava ter tudo [gravação falha]... Pescava muito peixe e também camarões grandes. Não tinha a barragem, a hidrelétrica pra interromper, é tanto que o peixe que mais pescava era tubarana, era peixes muito procurado e muito bom, tinha também o pessoal que criava bode, caça ninguém proibia, subia a serra e ali já era fácil.

Perguntavam pra mim e Socorro se o pessoal passava fome, nunca vi isso lá, não existia, tinha as condições menas, eram pobres arrimidiados, porque cada um deles tinha galinha, tinha ovos, não esperava a feira de Piranhas pra comprar verdura, sempre cada um atrás de casa tinha isso aí, por sinal ajudava até na merenda da escola, e tinha o pessoal que trabalhava no carvão, carvoeiro, que fazia quantidade de carvão e os donos não proibia. Tinha essas fazenda aqui, tudo isso aqui era da fazenda da família Brito, o Cuiabá era do Dr Ercílio, aquele pessoal que trabalhava naquelas fazendas tinha sua sobrevivência. Naquela época o morador, aí tem que ir o dono da fazenda pagar por semana... não era desse jeito, o leite era pra o morador, fazia o queijo e vendia pra sobreviver, agora de ano e ano tinha direito a partilha, a partilha era que o criatório de gado ou de bode, aí era feito a partilha... se nasceu 5 bodes o morador tinha direito em 2, ou que o dono quisesse dar 3, era partilha. E tinha o leite para se manter, ali fazia coalhada, tinha manteiga, tinha o queijo, e vinha os compradores certo de Delmiro Gouveia e Paulo Afonso pra Piranhas e eles iam pra Piranhas vender. Em Canindé era assim, não tinha feira, mas quem ia pra feira pessoas que gostava de mexer com uma coisinha outra, ganhar um pouco, né? encomendava, vinha de Propriá bananas, fruta, ali comprava e trazia de canoa pra Canindé, porque a feira era na quarta em Piranhas, na quinta em diante quem não foi pra feira comprava.

Quanto a educação tinha escola, estudava os alunos, se a população não tem muitas condições tudo vai devagar. Eu comecei em março de 1965, naquele tempo não tinha alimentação escolar, mas os alunos frequentava. Toda vida meu marido gostou da política, sempre tinha aqueles deputados e eu fazia o pedido pra eles, se hospedavam em casa e que fazia o pedido de doar pra escola calçadinhos conga, eu pedia. E a saúde era assim, a pessoa que tinha menos ia na casa de quem tinha melhores condições e pedia emprestado, eu dizia "não precisa". Desse jeito se tivesse um probleminha na saúde, com febre, dor de cabeça, uma diarreia, e não tinha onde comprar o remédio, a gente como tinha condições era prevenido, já comprava aqueles remedinhos de adulto e criança, eu ia muito ali em Piranhas. tinha essa linda união na Velha Canindé, lá a gente tinha muita paz. No rio tinha a festa da escola, 7 de setembro todo ano tinha o desfile.

2) Figuras conhecidas da época

Meu marido era sobrinho de segundo grau, o pai dele era sobrinho. O pai de Salomão se chamava Antonio Porfirio de Britto, ele foi gerente da fábrica de curtume. Quando eu cheguei conhece o prédio, a fábrica já tava sem funcionamento, já tinha desativado.

3) Relação com o poder público

4) A construção da Hidrelétrica de Xingó e da nova cidade, e a participação da população perante os acontecimentos

Nos anos de 80, primeiro começa aqueles estudo né, pesquisa, a pesquisa que eles vieram primeiro fazer, o material, a argila, aonde era que iria encontrar tudo isso? lá na Velha Canindé, e foi encontrado no nosso terreno, ali no dique quatro, foi aonde encontrou o material que eles queriam, argila própria para aquela barragem, pra aterrar a barragem. Primeiro veio o estudo, a pesquisa, e aí veio a desapropriação. Aí já começou a assustar né? Salomão tinha uma roça de 100 tarefa de palmo, eles apropriaram. E aí o dono não tem direito de dizer eu desaproprio por tanto, é de lá, é a empresa quem decide.

Fez reunião com moradores, Salomão foi pela parte de lá de desapropriação da terra e sobre a casa das Velha Canindé. A reunião era com todos os moradores, chamava todos os moradores, saia um carro de propaganda deles, anunciando, panfletos, tudo, e a reunião era na escola, o prefeito era quem ficava chamando. E era fácil, porque era poucas casas, 120 casas só, aí fazia reunião, mas era aquela, a promessa era muito bonita, né? Salomão era um pouco resistente, o prefeito trabalhava do lado contra a gente. Essa casa foi de uma das permutas que a gente tinha, que era grande e valia mais do que essa. Era quatro tipo de casa, A, B, C, D, agora aquela como a do coronel, que foi os herdeiro que ficou, recebeu em dinheiro. Aí eu perguntei ao engenheiro, e não tem quarto de casal não é? onde é que se botar aqui uma cama de casal? porque vocês fizeram cubículo de preso.

Teve o sorteio, era terminado, construindo aqui e já entregando e transferindo ao pessoal. Só conhecia a casa construída, só fazia dizer a casa A tem um quarto, uma cozinha...e que vão receber a casa, que lá não tinha, com encanação, tinha energia fraquinha nas condições de cada um, mas aqui foi recebido a casa com a instalação

assim embutida e à água encanada. Eu mudei pra aqui 14 de novembro de 1986, que em março de 1987 foi a inauguração da nova Canindé.

Eles chegavam e comunicavam, antes de entregar trazia “olhe, a casa é essa”, não adiantava porque já estava... e você sabe muita gente só em pensar que vinha pra Canindé, ia ter praça, ia ter clube, uma cidade estruturada, recebia de qualquer jeito que desse. uns choravam porque não queria deixar a terra natal, lá, algumas pessoas não queria, os mais jovens sonhava em vim logo, porque lá não pegava bem televisão. Eu gostava muito da Velha Canindé, e lá era muito tranquilo. Porque era assim, no início aqui, era uma cidade que corria perigo, chegando de todo tipo de pensamento de pessoas, uns viam pra trabalhar, e também neste meio pessoas que viam procurar aqueles intrigado pra matar, como houve muita morte, e os peões ficavam lá onde é hoje condominio, era ali que o pessoal que vinha trabalhar ficava. E de início foi difícil pra gente se adaptar a chegada de muita gente, mas a maioria das pessoas gente muito boa, gente que veio pra se juntar, pra se domar, pra trabalhar. É tanto que a escola aqui, foi uma dificuldade, dias de ter policiamento revistando a escola e era muito peão, muita moça... mas a gente foi desenvolvendo, e as pessoas que chegaram mesmo a se somar, a trabalhar, vieram com boas intenções. Porque diz assim, uma cidade nova, né? que tá crescendo, tá uma cidade rica, achava que aqui tinha tudo que viesse procurar, aí chegou muita gente, que chegava era caminhões e mais caminhões, só via passar.

Eu gostava muito de lá, eu amava muito lá, e gostava muito daquela vida simples, daquele povo, me familiarizei com todos, toda vida eu gostei muito de me relacionar.

ENTREVISTA 2 – Moradora 2

1) Sobre morar na antiga cidade ribeirinha

Eu morava na Velha Canindé a minha casa, casa de alvenaria, não tinha na rua igual. Quando eu construí já era casado.

Não tinha feira na Velha Canindé, nós fazia feira em Piranhas, toda vida possui canoa, eu tinha um bar também, uma mercearia, nós vendia tudo açúcar, feijão, arroz. Pegava água no Rio e a luz chegou depois, se ficasse doente ia pra Piranhas. A maioria das casa era de taipa.

Toda vida eu trabalhei na COHIDRO. Aí pescava de dia e de noite ia pra estação, trabalhei 10 anos, agora só trabalhava de noite. Minha fonte de renda era da COHIDRO e da pescaria. Conseguia lucrar com a pesca, eu era pescador dos melhores que tinha lá. Vendia na comunidade, dava, era assim.

2) Figuras conhecidas da época

Quando eu nasci já tinha morrido já (Coronel Chico Porfírio). Agora Salomão eu conheci.

3) Relação com o poder público

Prefeito que foi prefeito mesmo, legítimo, foi compadre Jorge, filho do finado Ananias. Eu era presidente do Mobral, aí minha mãe era professora do Mobral. Quando eu ia pra Aracaju já era pra assinar o convênio do Mobral. Ele (Ananias), era... Não tinha nada pra fazer em Canindé, mas ele parece que adivinhava o pensamento do povo, saía de casa em casa.

4) A construção da Hidrelétrica de Xingó e da nova cidade, e a participação da população perante os acontecimentos

Eu fui o último a sair de lá, porque nós que tinha comércio era, finado Zé Cláudio, tudo falecido já. Era porque muita gente dizia que a água podia encher muito, mas que nada rapaz, inda hoje tá lá. Não, tinha saído não, porque até hoje tá lá ainda, não tinha atingido nada... Que eu trabalhei 10 anos na estação, antes da hidrelétrica.

Recebi duas casa. tinha três, mas só recebi duas. Não fui indenizado (pelo bar). Eu gostei porque eu reformei toda, né? recebi a casa o resto eu construí, fiquei recebendo da COHIDRO também.

Ainda hoje eu pesco. Não, pescaria pra mim nunca acabou.

Não senti falta, pegava o carrinho ia pra lá.

ENTREVISTA 3 – Moradora 3

1) Sobre morar na antiga cidade ribeirinha

Tinha a rua de cima e a rua de baixo. Morava na parte de cima. Os pescador era assim, era Pedrinho e Duvalina, que pescava pra vender, Oto já morava num lugazinho que tinha cinco ou era seis casa, morava umas familia, que pescava pra vender.

A casa da minha mãe era de teia e taipa, tinha o barro, aí botava os enchimento e a pessoa bota as vara pra poder tapar. Claro que foi eles que construiro, quando costruiu as casa, aí o povo vinha e ajudava uns aos otro a tapar suas casinha, fazia um mutirão de gente, quem tinha condições aí comprava um fato pra fazer buchada, matava um animal, um bode, carneiro, no dia da tapagem.

Vinha (renda) da agricultura, nós ia trabalhar, juntava o povo da rua de baixo e da rua de cima e ia trabalhar, a gente ia trabalhar em Capim grosso, Curituba, onde achava trabalho a gente ia trabalhar por esse mundo. Nós ia e voltava, saia daqui umas onze hora da noite, pra chegar bem cedo pra pegar no siviço. Pescava, mais minha mãe, irmã também pescava. Luz era candinheiro, quando veio ter luz foi quando passou a ser cidade. Eu disse a você com quantas casa passou a cidade? 120. Tinha escola, tinha um grupo que o governo fez, quando passou a cidade, tinha as professora mermo do lugar.

Nós pescava, tomava banho de rio. Se tivesse umas seis ou oito casa que tivesse um banheiro, era dos mais rico que tinha condições, mais os otro ia pro rio tomar banho, nem tinha banheiro na casa de ninguém, não existia.

2) Figuras conhecidas da época

3) Relação com o poder público

Ah, mudou sabe porque? Ele era muito bom (Ananias), às vezes pedia ao governo, ia lá falava com o governador que o povo tava com muita fome, aí falava com o governador e ele dava negócio, agora não lembro mais, olho parece. Votava um número e o nome daquela pessoa e botava aquele papelzinho dentro da urna.

4) A construção da Hidrelétrica de Xingó e da nova cidade, e a participação da população perante os acontecimentos

Chegou todo mundo aceitou, eles saíram nas casa perguntando se a pessoa queria que chegasse eletricidade na cidade, aí nos dizia que queria, foi com consentimento de todo mundo, era uma moça e um rapaz ia de porta em porta perguntando as pessoa se a gente achava bom que tivesse energia, quem é que não queria né?

Se teve eu não me lembro dessas reuniões, saía de casa em casa perguntando se as pessoas queria que chegasse energia, todo mundo quis, agora de fazer reunia se fazia era pra lá. Mas foi o finado Ananias que lutou pra botar essa energia em Canindé.

Não, tinha não, saído (da cidade antiga), porque foi o jeito todo mundo queria, eu nasci e me criei lá, né? Aí a gente tinha amor, tinha um modo de viver, que a gente pescava e era perto da pescaria, da gente pescar pra comer. Quando é depois, todo mundo falou, depois todo mundo fez casa lá embaixo. Aí eles tiraram a gente de lá e todo mundo reclamou, eu também achei ruim, nós tava lá, porque tiraram a gente de lá? pra que?

Eu tinha casa, era de tijolo, minha mãe tinha casa era de taipa, a maior parte era de taipa. Fiquei muito satisfeita com a casa, porque eu podia pegar uma casa mais pequena, mas eu peguei uma casa com três quarto, sala, outra salinha e uma cozinha.

Eu me acostumei porque se era pra vim, vamo, que eu não ia ficar sozinha. A gente não achou bom porque a gente gostava muito naquele mato, a gente gostava muito de lá. Disse que o rio ia encher, que ia tapar aquelas água todinha, o povoadinho, aí disse que ia encher d'água e nem encheu, dizia que ia alagar tudo, aí por isso nos viemo de lá, porque se não a gente não tinha saído de lá não, porque a gente gostava mais de lá do que daqui.

Eu gostava mais de cá de Canindé de baixo do que daqui, e se eu tivesse condições de comprar uma casa em canindé de baixo eu tava lá, que disse que ia ficar uma represa lá, que ia encher de água tudo, por isso que eu vim embora de lá, não tinha vindo não. Sinto, foi onde nasci e me criei.

ENTREVISTA 4 – Moradora 4

1) Sobre morar na antiga cidade ribeirinha

Eu morava na rua de cima, aí depois que minha vó morreu eu fui morar na rua de baixo. A maioria (pescadores) era mais na parte de cima mesmo.

Eu morava na casa da minha vó. A casa era grande, uma parte de taipa, mais da metade era de tijolo. É, Juntava, fazia aquele mutirão, matava um bode, fazia uma cachaçada e a gente ia tapar. Se sustentava do rio msm, da pesca, aí depois eu casei aí trabalhei em roça, trabalhei em firma, aí depois que eu mudei pra aqui não trabalhei mais em firma não. Na hora que eu tava de folga, sábado e domingo que não trabalhava, aí ia pescar. As mulhe botava um pote na cabeça, umas lata e ia buscar (água) no rio, bem cedo e de tarde tinha que ir buscar. A luz era, já veio chegar depois de muito tempo. O que foi ruim pra gente só foi água, que tá a gente não pagava e aqui teve que pagar, até rede de esgoto agora o caba tem que pagar. Quem tinha condições, ia estudar em Propriá ou Paulo Afonso, depois Piranhas, aí ia de lancha, o caba sofria pra peste pra aprender ali. A feira era lá (Piranhas) que em Canindé não tinha. Naquele tempo todo mundo tinha uma criaçãozinha, o caba matava comia, ia no rio pegava um peixe pra comer...

Lá em Canindé era bom só o sossego, mas pra trabalha você tinha que sair de lá quatro hora da manhã pra vir aqui pra o Cuiabá, e todo dia tinha voltar, uma caminhada da porra, quem tinha um jeguinho ia de jegue, quem não tinha ia na perna.

2) Figuras conhecidas da época

Não sei muito dele.

3) Relação com o poder público

Mudou né, porque pra trabalhar já foi melhor. Em Canindé naquela época não tinha o que fazer não.

4) A construção da Hidrelétrica de Xingó e da nova cidade, e a participação da população perante os acontecimentos

Quando chegou foi a turma da CHESF, alugaram uma casa pra lá, aí foro fazer a topografia. Eu até trabalhei em uma pra fazer um poço de 60 metro, pra 6 meis tá pronto pra poder fazer aquela parede da barragem. Trabalhei na empresa, pra fazer um poço pra CHESF fazer a barragem, dali eles faziam um estudo pra ver se aprovava a rocha pra fazer a parede.

Rapaz, foi bom porque em Canindé tinha muito siviço, na época tinha umas 5 a 6 empresa trabalhando.

Quando chegou a notícia, primeiro ele falou com João Alves, né? (Prefeito), tinha que sair, João gostava muito dele aí através deles dois aí mudaro Canindé pra aqui. Não tinha outro meio não na época, vai ser mudado, no fim, no fim ficou lá, os alojamento lá, morando meio mundo de gente, disse que ia encher tudo d'água e nunca encheu... acho que porque não queria a gente lá mesmo, né?

[Valdeci (esposa)] também pra construir os condomínio pra botar a peñozada, né? como é que ia ficar lá com meio mundo de peño? não tinha espaço, aí desmancharam a casa da gente pra fazer os condominio... ali tudo era dormitório dos peño... quando você desse na ladeira que vai pra Piranha, não tem essa ruma de casa, lá na beira do rio? ali era ruas que era a nossas casa, quando tiraram fizeram os condominio. Quando a obra acabou, saiu tudo, ficou só os condominio

E o povo endoidou, quando viu as casa, aí quando viro as casa com as porta tudo rebocada toda bonitinha. O último que saiu de lá por último parece que foi eu e Dica, mas o resto endoidaram

[Valdeci (esposa)] mas ninguém se lembrou de um detalhe, da água, porque não era pra pagar água aqui, lá a gente pagava energia, mas água não

Tem um lugar aí que eles pagam energia, mas água não, agora vem até rede de esgoto pra gente pagar... a energia daqui vem de Paulo Afonso, né daqui não...

Era...

Hoje os pescador daqui só é mulher, tem daquelas que não vai nem no rio tomar um banho [inaudível], mas recebe o salário, né? Aqui não tem 10 pessoa que vive da pescaria, não tem, eu conheço só um que veve só do rio. Na época que fiquei (na colônia de pescadores de canindé) parece que tinha 600 ou era 700 pescador, hoje deve tá nuns mil e cacetada, rapaz... eu vi o caba falando na radia, aí, que de Neópolis pra cá tinha 27 mil pescador, até chegar em canindé.

Rapaz, não... De umas coisa a gente se lembra, né? Só do sossego, porque lá o sossego era, se você fosse, por acaso, tomar banho, deixasse o chinelo, um relógio, um negócio, o caba conhecia, "isso aqui é de fulano de tal", aí ia li entregar, hoje você vai pro rio, se você tirar o chinelo ali e der um mergulho quando você voltar o caba já tem levado. Aí, você chegava a boca da noite, a gente armava a rede, outros forrava esteira,

no verão um calor da gota, e dormia aquele magote de gente, hoje uns vagabundinho quando vê pega...

[Valdeci (esposa)] Era bom, era bom demais, aqui é bom, só não é muito sossegado, né? mais...

Festa lá tinha assim um forró, você não via um atento com ninguém.

[Valdeci (esposa)] Você fazia feira em oito e oito dia, agora faltar alguma coisa cê vai ali no mercado... Foi ruim, mas também tem muita coisa boa aqui que não tinha lá, hospital, essas coisas... Tudo vai mudando, né? aí a pessoa vai se adaptando.

ENTREVISTA 5 (não estruturada) – Agente de saúde

JS – *A Portelinha não era o nome Portelinha, o nome desse bairro aqui era Conjunto Adelson Gomes de Andrade, esse é o Conjunto Adelson Gomes de Andrade 1, a Portelinha lá no alto é o 2.*

Mateus Lima – *Então, você consegue localizar aqui com a caneta?*

JS – *Essas aqui foram as primeiras*

Mateus Lima – *E tinham quantas casas?*

JS – *Foram 50 casas primeiro construída, que essas primeira foram entregue toda completa, casa com energia, água encanada, rede de esgoto, rede de esgoto. Porque o projeto é esse, entregar as casas completa, é o que deveria ser feito, só que essas outras aqui nesse quarteirão aqui, o que acontece, aqui ficaram 5 casas que foram construídas com esses daqui*

Mateus Lima – *Isso foi 2009, né? Esse primeiro*

JS – *Não, esse aqui agora não lembro bem o ano*

Mateus Lima – *Acho que é 2007...*

JS – *Foi por aí... Esse aqui (fase dois da construção do conjunto) foi entregue em 2009, que esse aqui foi entregue de forma diferente*

Mateus Lima – *Mas cê lembra a quantidade de casas que foi entregue?*

JS – *Essas últimas foram entregue 150 casas, só que o que acontece, nem todas estavam 100% completas, o que aconteceu com esse conjunto nessa segunda parte da Portelinha? o projeto era entregar da mesma forma que essas 50 primeira, só que como foi não uma só empresa que pegou pra construir, foram duas ou foram três, as*

que pegaram as 50 primeira casa pra construir, construiu as 50 tava tudo ok, e aí não construíram as demais, aí foram pegando outras empresas pra construir essas casas, só que aí as casas que estavam prontas começou a ser invadida, aí o prefeito na época, Orlandinho, não vou brigar com a população. O que ele fez? chamou o engenheiro que trabalhava na secretaria de obra, eles nos reuniu e eles decidiu sortear, porque é por sorteio, decidiram sortear as casas pra que cada morador já soubesse qual era sua casa. Que aí a gente ia se responsabilizar também, era uma forma da gente, tá sabendo e tá cuidando do que é nosso. E aí ele disse o seguinte, aquele que sorteou o número da casa 20, a casa 20 já tá terminada? você já pode morar, esse quarteirão aqui não tava todo terminado, a minha casa tava na metade, a minha é 82, aquela que pegou a casa, aquele morador que a casa ainda tá em construção você vai ser o fiscal de obra da sua casa, foi o que me tornei, fiscal de obra da minha casa, eu peguei o número 82, a gente veio chegou aqui a minha casa tava na metade, aí eu disse e agora? agora você é a fiscal da sua casa, quando sua casa ficar pronta, você quiser morar você já pode.

Mateus Lima – Aí você ficou acompanhando a obra...

JS – Eu fiquei acompanhando a obra da minha casa, quando disse assim, tá pronta, levantou, cobriu, fez o piso, já tá pronta pra entregar? tá... não tinha energia, não tinha água, não tinha calçamento, não tinha esgoto, e eu peguei a chave da minha casa...

Mateus Lima – Sem essas coisa?

JS – Justamente, eu vim morar aqui não tinha nada disso, eu tinha minha casa, então...

Mateus Lima – Alvenaria o reboco?...

JS – Não era rebocada por dentro não, só por fora, eles não entregava rebocada por dentro. Só que nisso já tava fazendo o calçamento nas outras ruas, o calçamento chegou aqui em menos de um mês, e a energia chegou também com um mês, e a rede de esgoto veio no ano seguinte, só o que nunca chegou aqui pra nós foi a água, não tem água encanada pela Deso, nem pelo governo federal, estadual nem municipal...

Mateus Lima – E como é que faz?

JS – Aqui a gente usou algo diferente que todo mundo aqui usa, porque assim, a gente no início a gente pegava água do pessoal (vizinhos), onde tinha água, e puxava a mangueira pra cá, depois se tornou uma coisa muito complicada, você ia ter que ta

pedindo ao morador, aí alguns moradores descobriram onde passava a rede de água e começaram a fazer sua encanação própria, então a maioria fez encanação de cá. Nós é que quando começou a construir a outras casas ao redor e começou a ter mais dificuldade ainda dá água. Então nós aqui, juntamos aqui dois moradores, eu tenho água na minha casa dessa forma hoje, juntamos aqui alguns moradores, fizemos uma reunião de moradores, decidimos comprar cano e puxar água da rede que passa ali na Agrovila, no campo ali da Agrovila, tem um cano ali da Deso. Então nós compramos o cano pegamos de lá pra chegar água em nossas casa, isso já tem o quê? já tem mais de 8 anos que a gente passa por isso. 2012 ou foi 2013, se não me engano, aí nós fizemos isso a encanação de cá, esses moradores, tanto que muita gente, o que aconteceu?! o pessoal da invasão começou a fazer a gambiarra do nosso cano, nos prejudicando agora, eu exclusivamente sou prejudicada, na minha área não chega água todos os dias, então pra voce ver tá ali o reservatório... eu encho ali um tonel, quando ele tá cheio eu ligo a bomba que sobe a água pra caixa em cima, se não for assim a gente passa, três, quatro dias sem água na torneira. No início os moradores se reuniram e foram até a Deso, sempre a gente falou o seguinte, nós não queremos tá fazendo gambiarra, eu prefiro pagar todo mês e eu ter minha água em casa. Então a gente foi, procurou a secretaria de obra na época, que era responsável pela obra, sobre a água, “não, não é a prefeitura responsável, é a Deso”, aí a Deso: “é o prefeito”. E ficou jogando, e nisso, você faça a conta, 2009 pra 2022? Quantos anos se passaram?

Mateus Lima – *É, já tem 13 anos*

JS – *13 anos... é dessa forma que o povo aqui tem água...*

Mateus Lima – *Essa parte aqui (apontando no mapa) já foi mais recente? é tipo, sei lá, 2015...*

JS – *Justamente, começaram em 2015 e nunca terminaram, passaram já gestores e gestores e nunca terminaram, o que se sabe é que a verba vinha e a prefeitura pegava... a gente não sabe, o andamento dessa construção...*

Mateus Lima – *Provavelmente uma verba do Programa Minha Casa Minha Vida, que vinha pela caixa...*

JS – *Porque assim, eu até brincava aqui quando o pedreiro tava construindo aqui, ele disse assim, você sabe quanto vem em real pra construir sua casa? Eu disse não, não faço a conta, porque eu fui lá fiz o meu cadastro, e eu sei que a caixa...*

Mateus Lima – O cadastro você fez na secretaria de Inclusão social?

JS – Não, na época eu fiz o cadastro na prefeitura, quando começou a construir essas casas existia grupos, é... nós tínhamos reunião com a assistente social, todo mês, sobre cuidado, sobre moradia, sobre responsabilidade, sobre cuidar da casa, como você manter, era uma forma dele ensinar uma dona de casa a ser dona de casa, como cultivar um canteiro de horta... eu ia pra reunião todo mês, tinha um único dia que a gente ia pra essa reunião... quando começou esses dois conjuntos (Adelson Gomes de Andrade 1).

Mateus Lima – Então pelo que entendi, começou a construir as duas partes quase em seguida...

JS – Foi, logo em seguida, eles construíram esse e logo já vieram construir esse, só que fizeram a entrega da 50 primeira casa. Agora essas aqui... (alguém interrompe). Então, Mateus, ao passar do tempo o pessoal foram construindo, né? ao redor... hoje, se você falasse, Josefa, a sua microárea...

Mateus Lima – Dentro do Portelinha sua área tá onde?

JS – A minha área tá aqui (riscando)... Essa parte do conjunto, esse quarteirão

Mateus Lima – E essa parte das invasões...

JS – É, se o prefeito na época, Ednaldo, tivesse feito o mesmo que orlandinho (sorteado). Porque assim, existe uma ficha na secretaria de bem estar, existe um documento com o nome de todos os contemplados das casas, então se existe uma lista dos contemplados porque não sortear e entregar, aí assim muita gente invadiu, aí você chega lá as pessoas botaram porta, botaram vaso sanitário, botaram piso, alguns pintaram, porque assim, alguns ali não tinham casa, morava de aluguel, então tem uma casa ali vou entrar vou arrumar, vou entrar pra morar, porque pra muita gente abasta uma cobertura, bota uma talha, bota um pano...então foi o que aconteceu... se o prefeito na época tivesse feito isso, talvez não tinha acontecido o que tá aí...

Nessa Região por aqui, existe construções totalmente desorientada, descoordenada, porque? aqui não é pra construir, então as pessoas começaram a construir dentro do riacho invadir, começaram a invadir. Aqui, tá tudo separado as ruas, quadras, mas aqui não tá, então o pessoal foi e invadiu aqui... porque aqui já tem dono, aí eles vão e invade, aí acontece a mesma coisa que aconteceu aqui, aqui invadiram as casas,

pronto, aqui invadiram os terrenos e começaram a construir as casas aleatório, eu digo porque eu vou com a minha colega agente de saúde...

Mateus Lima – Quantas pessoas tinha na sua área?

JS – Aqui no meu tablet da pra ter uma noção pelo e-sus, o tablet ele fica sumindo as famílias, e a gente não pode cadastrar denovo, mas eu posso li dá um número não 100%, mas aproximadamente... Contabilizados aqui tem 149 da minha área, mas tem mais, só que sumiu algumas...

Mateus Lima – E esse aplicativo é do próprio governo, aí vocês usam pra cadastrar as famílias as informações?...

JS – É...

Mateus Lima – Vocês perguntam o que?

JS – Vou mostrar a minha família pra você ver... Aqui a gente coloca o tipo de endereço, a rua, número da minha casa... eu chamo aqui Portelinha 1, e aqui Portelinha 2. Aí tem se é urbano ou rural, o tipo de casa que é, se é pavimentação, quantos cômodos, alvenaria, rede encanada, lixo, tem energia...

As ruas não tem nome, por isso eu coloquei Portelinha 1,2, invasão no complemento, porque é o meu controle, aí eu boto Adelson Gomes de Andrade 1 ou 2. Entre um e outro foram doados terrenos, falaram que era da Caixa, se fosse eles não podiam fazer doação (Prefeitura), então não era da Caixa, ou eu não sei qual era os termos que usava pra dar esses terrenos aí, porque falaram que podia serem doados todos esses terrenos, menos esses porque eram da caixa, só que começaram a construir.

Nessa área aqui o pessoal conhece como "sem teto", porque esse pessoal eles se reuniam pra ter seu próprio terreno, então começaram a acampar aqui, aí a prefeitura foi e decidiu dar o terreno pra eles.

Mateus Lima – Mas é isso, Portelinha 1, esses dois primeiros que foram construídos, e essa parte 2 ou Conjunto Adelson Gomes de Andrade 1 ou 2?

JS – É.. aí, volta aqui, eu faço as informações da família, o número de pessoas, de famílias em uma moradia, quantos cômodos...

Mateus Lima – (mostrando o formulário feito para moradores do Portelinha) eu ia querer saber a quantidade de cômodos, se foi entregue com os acabamentos certinho, se tinha instalação hidráulica, elétrica, que vc acabou de dizer que não tinha, o saneamento

JS – As 50 primeira recebeu com tudo isso aí, menos rebocada por dentro, nenhuma casa, tem umas casa que foi entregue com porta no quarto e outras sem porta e chapiscado a casa. Aquelas que foram invadidas eles iam entregar assim, o projeto pra entregar aquelas era, que o mesmo pra entregar as nossas, a casa toda rebocada por dentro e por fora, cerâmica, o banheiro arrumadinho, mas o povo invadiu

Mateus Lima – Mas o povo invadiu e eles também nunca terminaram, né?

JS – Não porque eles não pode terminar enquanto tiver moradores, já veio um engenheiro aí, o engenheiro falou com os moradores “olhe eu peguei essa obra pra terminar dessas casas, mas eu não posso terminar com vocês dentro, vocês tem que saírem pra terminar”, eles não querem sair pra não perder a casa, aí a ação social, tem duas semanas, eu tava fazendo visita, lá em cima, e que encontrei uma turma da ação social e eles estavam fazendo justamente um cadastro, eles tavam de porta em porta pegando o nome e dados das pessoas pra saber o que fazer, porque na verdade isso aí tá na justiça... porque já veio a policia e... não resolve, porque o que acontece é o seguinte, a politica pra ela funcionar ela tem que ser feita politica, e não politicagem, e aí foi feito politicagem, no tempo da campanha, candidatos pra ganhar, mandou o povo invadir, garantindo o povo que eles iam ficar empossados. Então assim, eu sei de história de vereadores que mandava invadir, é... candidatos a prefeito “não, se eu ganhar eu num tira vocês de lá”, então isso assegura aquela pessoa. Aí o que acontece, hoje nenhum prefeito, qualquer um deles que ganhasse, não ia ter poder de tirar ninguém daí, porque eles usaram de politicage pra ganhar... pelo que eu sei isso aí já tá na justiça e agora não é nem mais a Defensoria pública, já é o juiz que vai determinar o que vai acontecer.

Mateus Lima – Eu vi antigamente também que teve uns casos, como voce fala, de politicagem, na época do governo do orlandinho, algumas casas ou terrenos foram doados de uma forma... sem ser pelo cadastro social, tudo certinho, por troca de voto mesmo...

JS – Na época que teve esse conjunto, fizeram o Conjunto Rosa Maria na Olaria, tem um conjunto na Curitiba e em Capim Grosso... e usaram de intermédio, o que acontece... foi feito um acordo entre prefeito e Caixa Econômica, a Caixa comprava o terreno, a prefeitura se responsabiliza em fazer a licitação pra empresa que ia construir e a prefeitura ia receber esse dinheiro pra mandar construir, era isso que o

pedreiro brincava comigo, ele dizia assim "vocês perderam oito mil", era dezesseis mil pra cada casa, construir cada casa... se vc for em outras cidades o projeto dessas casas é outro projeto, é casas maiores, bem diferente do que a gente recebeu aqui, a gente recebeu casa de passarinho, aquela coisa assim pequenininha, pra vc ter uma ideia, aqui na minha sala era um quarto, mas não era nesse tamanho não, eu cresci pra cá, cresci pra lá, era dois e meio por dois e meio, um algo assim, pequenininho, não cabia minha cama. Aí assim, veio essa verba, o projeto Minha Casa Minha Vida o morador ele pagaria simbolicamente um valor por essa casa durante um tempo, mas, segundo as informações, o prefeito na época ele fez um acordo com a caixa que ele pagaria esse valor simbólico pelas moradias, tanto que em 2011 nós assinamos o documento da nossa casa, quando eu fui contemplada com essa casa, o pessoal da Caixa vieram de Itabaiana com toda uma documentação e reuniu todo mundo, a gente assinou vários papéis, de que eu era contemplada com aquela casa...em 2011 me chamaram pra assinar o documento da minha casa no cartório, eu fui no cartório assinei o documento, a prefeitura assinou, e aí você diz assim "Josefa, onde é que tá o documento da sua casa?" nunca me entregaram.

Mateus Lima – *Ou seja, vocês não tem...*

JS – *O documento existe, mas ninguém tem documento...*

Mateus Lima – *Não tem a escritura?*

JS – *Nós não tem as escrituras das nossas casas, porque eu já fui atrás e eu já fui na secretaria de bem estar lá atrás dessa escritura... e o rapaz na época disse o seguinte pra mim "a escritura da sua casa tá ali, mas vocês não podem receber", porque? Na época a prefeitura se comprometeu de pagar 300 reais por cada casa e não cumpriu. Aí na época que eu procurei era Heleno prefeito, aí ele disse que o prefeito tá vendo se vai pagar ou não, aí eu disse assim "mas se nos pagar? eu tenho direito ao meu documento?" Ele disse que tinha que ver com a prefeitura. Aí assim, eu tentei juntar uma turma pra gente ir atrás mas ninguém se interessou. Só que assim, como agora tem conquistado mais algumas coisas, o Eldo (atual prefeito) ele tem dado brecha pra que a população tenha algumas coisas... e eu vou, eu vou fazer isso, eu vou procurar a secretaria, inclusive a assistente social que trabalha com essas coisa ela mora aqui, eu sou agente de saúde dela, eu vou me informar pra eu ter o documento da minha casa, porque assim é um direito nosso ter. Só que aí porque não dão o documento pra*

nós? Na verdade algumas pessoas [inaudível]... tá até os dados, a pessoa que ganhou trocou, porque quando a gente recebeu a gente não podia modificar a casa tinha um prazo que a gente não podia trocar, não podia vender, doar e não podia mexer na casa, eu vim mexer nessa casa aqui no ano passado, es cresci pra trás, mas não mexi na estrutura dela, quando foi ano passado, aí eu mexi... tem dessas aqui que trocou em uma mota, a casa era pra ser contemplada pessoas que realmente não tinha casa, mas questões políticas

Mateus Lima – *Mas você fala com relação a esse daqui, né, o primeiro?*

JS – *É, esse primeiro, já existe isso desde o primeiro e existe até hoje.*

Mateus Lima – *(Mostrando o formulário) Aí tem aqui, se o bairro tem área de risco... porque tem a questão do riacho aqui, né? Mas acho que ele afeta mais o Agrovila, né?*

JS – *Aqui tem o riacho (apontando), o alagamento quando chove muito começa por aqui, alaga aqui, alaga aqui*

Mateus Lima – *E tem uma construção perto?*

JS – *Tem construção dentro do riacho, dentro do riacho.*

Mateus Lima – *Tem uma ponte dentro do Agrovila que alagou?*

Josefa – *Que o rapaz morreu e tudo? Foi aqui! porque aqui é o campo, atrás do campo tem uma passagenzinha que passa o riacho, e aqui ele passa e sobe aqui pra a avenida, que é aquela ladeira, então essa ponte aqui alagou...*

Mateus Lima – *Mas aqui nessa outra ponte (da avenida) já chegou a alagar?*

JS – *Faz muitos anos, 2003 ou 2004, se não me engano. Eu tinha uma colega que morava aqui (aponta para o lugar), um dia ela levantou e quando baixou o pé a a lguá veio aqui, porque chovia, o riacho alaga, quando chove aqui embaixo a gente não passa não por aqui (atrás do campo?)*

Mateus Lima – *Onde?*

JS – *Nessa rua aqui, rua da fábrica (?)*

Mateus Lima – *Aí alaga?*

JS – *Alaga, porque eles destruíram né? aqui mesmo eles tamparam o riacho*

Mateus Lima – *Aterraram?*

JS – *Aterraram, como é que o riacho vai... vai fazer o que?/ vai se espalhar*

Mateus Lima – *Na onde o córrego mais ou menos?*

JS – *Aqui na pista*

Mateus Lima – Com o conjunto?

JS – Não, com o conjunto existia, tinha passagem de boa, só que o pessoal começou a construir aqui nesse terreno, com tudo que foi começando a construir aqui, aí foi tapando o riacho aqui, então a água desce aqui não sei como.